

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA**

**A COR DA FARDA:
AS RELAÇÕES RACIAIS NA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE**

GEORGE LUIZ PIRES

**SÃO CRISTÓVÃO/SE
2010**

A COR DA FARDA:
As relações raciais na Polícia Militar de Sergipe

George Luiz Pires

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Mestrado em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe – UFS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Profº. Dr. Frank Nilton Marcon

São Cristóvão/SE
2010

George Luiz Pires

A cor da farda:

As relações raciais na Polícia Militar de Sergipe

Aracaju, _____ de _____ de 2010.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Frank Nilton Marcon (UFS) – Orientador

Prof. Dr. Hippolyte Brice Sogbossi – Representante do Orientador

Prof. Dr. Lívio Sansone - Examinador

Prof. Dr. Wilson José Ferreira de Oliveira – Examinador

Profª. Dra. Fernanda Rios Petrarca - Suplente

A minha mãe, por tudo que sou.

AGRADECIMENTOS

“Celebrai com júbilo ao Senhor, todas as terras. Servi ao Senhor com alegria; e entrai diante dele com canto” (Salmo 100). A realização deste trabalho só foi possível graças ao bom Deus, por estar sempre ao meu lado iluminando o meu caminho, dando-me força, coragem e serenidade para vencer mais essa etapa de conquista, e seguir com perseverança a longa jornada da vida.

A minha querida e amada mãe, Damiana, meu porto seguro, valeu!! Obrigada por tudo! A você todo o meu amor e devoção. Tudo foi, é, e sempre será para você e por você. Amo você!!!

Aos meus queridos irmãos Daniel, Iranilde, Ivanize e Valtemir por estarem sempre ao meu lado, chorando as tristezas, compartilhando as alegrias.

A todos os meus sobrinhos, pela alegria que vocês me proporcionam.

A minha noiva, amiga, companheira, grande incentivadora, Dina Maria, pelo carinho, amor e compreensão. Você é muito especial em minha vida. Obrigado por tudo, meu amor, Amo você!!!!

Aos meus amigos-irmãos, Abraão, Álvaro, Hermes Augusto, Guiarone, Lauro, Cláudio, Fabrício, vocês foram e são muito mais que grandes amigos. Muito obrigado por tudo.

Aos meus queridos amigos que fiz na Universidade Federal de Sergipe, em especial, aos amigos da turma do mestrado, por tudo que vivemos, sofremos, superamos e conquistamos nesses dois anos de muito estudo e brincadeiras. Nunca esquecerei nenhum de vocês.

Agradeço ao nobre orientador Frank Nilton Marcon, pela paciência, auxílio e apoio prestado.

Não posso deixar de agradecer aos policiais militares que concederam as entrevistas, em especial, àqueles que trabalham no setor de identificação e arquivo da Polícia Militar de Sergipe, que forneceram dados importantes para realização desse trabalho. Sem eles, parte dessa pesquisa não seria realizada.

Agradeço a generosa ajuda dos Professores Ulisses Neves Rafael, Mônica Santana, Hippolyte Brice Sogbossi, Ernesto Seidl, Rodorval Ramalho, Jonatas Meneses, Rogério Proença Leite, Franz Josef Brüseke, Marcelo Alario Ennes e Christine Jacquet

pelos diálogos nas respectivas disciplinas e contribuição fundamental no meu processo de formação intelectual.

Ao professor, Paulo Sérgio da Costa Neves, pelas sugestões na Banca de Qualificação, que colaborou para o desenvolvimento desta Dissertação.

Existem algumas pessoas cujo apoio foi indispensável, minha sogra, Ana Fraga, Antonio Matos, Franklin Lima, Rogério Sena, Jeferson Neto, Marcelo Nunes, Daniella Fraga, Rodrigo Viana e Jeniffer Fraga. Muito obrigado a todos vocês.

E por fim, ao Ex-Comandante da Polícia Militar, Coronel Anselmo, que tornou possível a consulta aos arquivos da PMSE e ao contato com o rico material a partir da liberação concedida, bem como ao pessoal que integra todas as unidades, setores e sub-unidades da Corporação.

O Brasil vive “surto” de particularismo dentro de seu universalismo constitucional e consentido; afinal, como reza o ditado popular, “na prática a teoria é outra”. Mas nem por isso precisamos descartar a “democracia racial” como ideologia falsa. Como mito, no sentido em que os antropólogos empregam o termo, é um conjunto de idéias e valores poderosos que fazem com que o Brasil seja o “Brasil”, para aproveitar a expressão de Roberto DaMatta. Como tal, é seguramente nada desinteressante num mundo assolado pelos particularismos “raciais”, “étnicos” que alhures produzem sofrimento e morte no pretense caminho da igualdade.

Peter Fry (1996, p.134).

RESUMO

Neste trabalho desenvolvemos um estudo dos sistemas de classificação oficial e rotineiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe, visando mostrar como o policial se vê dentro da corporação em relação a sua cor. Considerando toda a problemática discutida em trabalhos anteriores, a respeito dos sistemas de classificação oficial do país e sua precariedade no que se refere ao número reduzido (ou o excesso) de categorias censitárias que visam dar conta da complexidade da sociedade brasileira. Assim analisamos as condições de trabalho e a realidade cotidiana das tarefas dos policiais, dentro Polícia Militar do Estado de Sergipe, onde realizamos vinte entrevistas em profundidade com soldados, graduados e oficiais dos Batalhões, Companhias Isoladas e Quartel do Comando Geral. Embora a pesquisa não tenha a pretensão de ser estatisticamente significativa, tentamos traçar um bom corte transversal da corporação. Para tanto escolhemos Batalhões do interior e da grande Aracaju, com um percentual maior de informantes soldados e cabos, devido representarem dois terços da instituição, compondo-se o restante entre graduados e oficiais de diversas patentes. O nosso foco é o policial, e suas relações sociais no tocante a cor ou a raça no ambiente de trabalho.

Palavras-chave: cor, polícia militar, raça, Sergipe.

ABSTRACT

In this work a study of classification systems and routine official in the Military Police of the State of Sergipe, aiming to show how the police can see inside the corporation in relation to their color. Considering all the problems discussed in previous works, regarding the official classification systems in the country and its precariousness in relation to the reduced number (or over) categories of census aimed at dealing with the complexity of Brazilian society. So we analyzed the working conditions and the everyday reality of the work of police, military police in the state of Sergipe, where he conducted twenty in-depth interviews with soldiers and senior officers of the battalions, companies and Isolated Command General Headquarters. Although the survey did not claim to be statistically significant, we tried to draw a good cross section of the corporation. We chose Battalions of the interior and the great Aracaju, a higher percentage of informants soldiers and cables, because they represent two thirds of the institution, making up the remainder between senior officers and several patents. Our focus is the police, and their social relations with regard to color or race in the workplace.

Keywords: color, police, military, race, Sergipe.

LISTA DE ABREVIATURAS

AAMSE – Associação de assistência aos militares do Estado de Sergipe

ABSMSE – Associação beneficente dos servidores militares de Sergipe

ACS-PMSE – Associação de Cabos e Soldados da PMSE

AMIRES – Associação dos militares da reserva da Polícia Militar

ASPRASE – Associação de Praças de Sergipe

ASSOMISE – Associação dos Oficiais Militares de Sergipe

BESP – Batalhão Especial de Segurança Patrimonial

BPChoque – Batalhão de Polícia de Choque

BPGd – Batalhão de Polícia de Guarda

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CFAP – Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças

CFO – Curso de Formação de Oficiais

CFS – Curso de Formação de Sargentos

CFSd – Curso de Formação de Soldados

CAO – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais

COE – Companhia de Operações Especiais

CTSP – Curso Técnico de Segurança Pública

EB – Exército Brasileiro

PAC – Posto de Atendimento ao Cidadão

PMBA – Polícia Militar do Estado da Bahia

PMSE – Polícia Militar do Estado de Sergipe

PMRJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMSP – Polícia Militar do Estado de São Paulo

PROERD – Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência

QCG – Quartel do Comando Geral

QOAPM – Quadro de Oficiais da Administração da Polícia Militar

QOPM – Quadro de Oficiais da Polícia Militar

QCOPM – Quadro Complementar de Oficiais da Polícia Militar

QPMP – Quadro de Praças da Polícia Militar

RDE – Regulamento Disciplinar do Exército

RP – Rádio Patrulha

SSP – Secretária de Segurança Pública

LISTA DE FOTOS E QUADROS

Foto 01 – Policiais em deslocamento para o local de trabalho na década de 1980.

Foto 02 – Oficiais negros desfilam à frente da tropa em comemoração ao 07 de setembro de 1980.

Quadro 01 – Nível percentual de escolaridade dos recrutas da PMSE de 1930 a 1960.

Quadro 02 – Efetivo da PMSE/2006.

Quadro 03 – Representação percentual da raça/cor do contingente da PMSE. Pelo centro de processamento de dados da Instituição.

Quadro 04 – Representação percentual da raça/cor do contingente da PMSE. Obtido através do resultado da pesquisa realizada junto ao efetivo da Instituição.

Quadro 05 – Nível de instrução em relação com o grau hierárquico.

SUMÁRIO

RESUMO	VIII
ABSTRACT	IX
LISTA DE ABREVIATURAS	X
LISTA DE FOTOS E QUADROS	XII
INTRODUÇÃO	15
I CAPÍTULO	
1 A POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE E A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL ..	30
1.1 O surgimento da PM	30
1.2 A Polícia Militar em Sergipe	32
1.3 A temática étnico-racial e demais estudos na PMSE	39
1.4 Discursos sobre raça e relações raciais em Sergipe	45
II CAPÍTULO	
2 RELAÇÕES RACIAIS E A HIERARQUIA INSTITUCIONAL	49
2.1 A idéia de igualdade e as organizações militares	49
2.2 O discurso corporativo	53
2.3 A construção dos estereótipos	59
III CAPÍTULO	
3 MOBILIDADES SOCIAIS E RETÓRICAS DE COR	64
3.1 A cor e o grau hierárquico	64
3.2 Retóricas de cor na PMSE	73
3.3 Retóricas de racismo na PMSE	84

	14
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95
ANEXOS	102

INTRODUÇÃO

Há muito que a entrada no mercado de trabalho em Sergipe é sempre muito difícil, devido à carência de vagas e, para um jovem que acabara de prestar serviço militar, sem muitas qualificações, um grande obstáculo. É nesse contexto, de poucas perspectivas profissionais, que há mais de quinze anos direcionamos pela primeira vez nosso olhar para uma possível carreira na Polícia Militar de Sergipe. Entretanto, havia um problema a ser contornado no seio familiar: devido às origens rurais de nossa família existia uma forte resistência a tal opção, em parte pela ausência de um histórico de seus membros desenvolvendo esta atividade profissional, e também pela péssima imagem da Polícia Militar em Sergipe à época, fruto dos quase trinta anos de ditadura militar, período ao qual a PM em todo País tornou-se um dos principais mecanismos de repressão. Vencida a barreira inicial, pois o que vale no final de tudo é sair da fila dos desempregados, prestamos concurso público e ingressamos na PMSE, em 1994. Apesar de nossa experiência no Exército Brasileiro, a PM de imediato mostrou-se diferente, seja pela natureza do trabalho policial, que torna os indivíduos mais próximos e unidos no sentido de grupo em face dos perigos enfrentados no dia a dia das ruas, ou pelo trato com a hierarquia que, mesmo sendo formalmente igual a do EB¹, na prática é mais flexível e tolerante dependendo do caso e da situação.

Nunca foi um desejo de infância ou de adolescência abraçar a carreira policial, mas há quinze anos exercendo tal atividade, desde o primeiro momento buscamos a melhor adaptação possível ao trabalho, e dessa forma trilhamos a nossa vida profissional. Nesse longo percurso dentro da instituição presenciamos muitas transformações, seja em sua estrutura operacional ou em aspectos normativos que orientam o desempenho da função policial, consequências da nova condição do País, como Estado democrático de direito, pós-constituição de 1988. Tais mudanças afetaram diretamente o material humano da Corporação, que à época de nosso ingresso na PMSE era formada, em sua maioria, por pessoas com baixa escolaridade e vindas das camadas menos favorecidas da população sergipana e de Estados vizinhos². Tal perfil foi alterado gradativamente nos últimos oito anos, devido ao aumento da procura por essa atividade profissional e também pelo aumento do grau de escolaridade exigido aos candidatos.

¹ Conforme lista de abreviaturas.

² Conforme dados obtidos através da análise dos Boletins Ostensivos e Fichas Disciplinares dos militares que ingressaram na PMSE entre os anos 1980.

Nesse ponto, há que se ressaltar que o impacto maior das mudanças se deu nas relações internas e no cotidiano da Corporação, na medida em que houve uma alteração na composição social da instituição, principalmente no quesito fenotípico, que sempre teve uma população negra significativa e serviu como ponto de atração para as camadas de baixo poder aquisitivo durante décadas. Nos últimos anos, ocorreram mudanças, a PMSE teve seu efetivo recrutado, em sua maioria, entre membros das classes sociais intermediárias.

Observando de maneira mais atenta o universo da PMSE, notamos que este nunca se apresentou como algo harmonioso no que diz respeito às suas relações cotidianas, principalmente no sentido étnico, e, no decorrer desses mais de quinze anos, em um momento ou outro, às vezes de forma sutil, víamos aflorar tensões raciais nas relações do cotidiano da PMSE. Tais tensões sempre foram ocultadas pelo discurso institucional, que sempre pautou a idéia da igualdade e da democracia como pilares da Instituição. É nesse ambiente em transformação e aparentemente ambíguo que há mais de uma década convivemos, e que na maioria das vezes é visto pela população sergipana como algo fechado e misterioso.

Sabemos que pelo fato de pertencermos à Corporação temos uma condição de observação privilegiada, enquanto cientista social, mas também estamos sujeitos a ser influenciados por pré-noções e juízos de valores que há muito fazem parte do nosso dia-a-dia. Todavia, acreditamos ser necessário o equilíbrio para compreendermos até onde pode ir o discurso do profissional de segurança pública, e onde começa realmente a fala do pesquisador. Entender e respeitar os limites entre estes papéis sociais é, sem dúvida, a chave para a realização desta análise sociológica.

Neste trabalho, desenvolvemos um estudo dos sistemas de classificação oficial e rotineiro na Polícia Militar do Estado de Sergipe, visando demonstrar como o policial se vê dentro da Corporação em relação à sua cor. Considerando toda a problemática discutida em trabalhos anteriores, como os de Florestan Fernandes (1965), Charles H. Wood (1991), Nelson do V. Silva (1994), Antonio Sérgio Guimarães (1995), Peter Fry (1995/96), Michael Hanchard (1996), Robin E. Sheriff (2002), a respeito dos sistemas de classificação oficial do país e sua precariedade no que se refere ao número reduzido (ou o excessivo) de categorias censitárias que visam dar conta do que se considera característico da complexidade da sociedade brasileira sobre a questão racial, ou da cor, e a ambiguidade dessas relações.

O sistema de classificação das instituições estatais há muito tempo é criticado por pesquisadores que o acusam de não representar a realidade do conjunto da sociedade brasileira no tocante a “cor” ou a “raça”. Essa discussão é reforçada por entidades do movimento negro que claramente demonstram rejeição às categorias oficiais, adotando bandeiras de luta pautadas em ações reivindicatórias ou afirmativas que aparentemente contribuem para a construção de uma idéia de sociedade marcada pela bipolaridade³. Por outro lado, a natureza do objeto de estudo introduz esta pesquisa em um contexto alimentado, principalmente, pelo fenômeno do crescimento da violência, que nos últimos anos impulsionou uma grande quantidade de estudos sobre segurança pública e as instituições que a compõe.

Após longo período como integrante da Corporação policial militar do Estado de Sergipe e conhecendo algumas pesquisas sobre a instituição, observamos que em nenhum momento um pesquisador, ou até mesmo a própria Polícia Militar, desenvolveu estudos sobre relações “raciais” dentro da PMSE. Há uma total ausência de trabalhos dessa natureza. Algo preocupante em um Estado onde a população corresponde, segundo o censo do ano 2000, realizado pelo IBGE, a 31.54% de pessoas de cor branca, **6.24% de cor preta**, 0.16% de cor amarela, **60.81% de cor parda**, 0.38% de indígenas, sendo que 0.87% não declararam a cor. Um contingente populacional constituído, a partir de todo um processo de colonização baseado na propriedade escravocrata, não fugindo a aspectos da colonização do litoral nordestino⁴. Nesse contexto, a PMSE e suas relações raciais internas reproduzem de forma microscópica os valores e contradições da sociedade que a criou. Entender esse universo é, sem dúvida, compreender os aspectos que norteiam as relações raciais no contexto do Estado de Sergipe.

O nosso estudo está centrado nas categorias de classificação de cor/raça utilizadas pelos sistemas de identificação da Polícia Militar do Estado de Sergipe e as implicações sócio-culturais que elas causam no que se refere à aceitação ou não das categorias por parte dos seus membros. Tomamos como objeto empírico os policiais

³ MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. P. 116 – 117.

⁴ BEZERRA, Felte. Etnias Sergipanas: Contribuição ao seu Estudo. Aracaju: J. Andrade, 1989.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe. Rio de Janeiro: José Álvaro, 1977.

FREYRE, Gilberto. Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: M & Schmidt/ José Olympio, 1933.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. Sergipe Dey Rey: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

lotados em Aracaju e área metropolitana, como também àqueles lotados em cidades do interior de Sergipe, o que significa um efetivo de aproximadamente sete mil policiais.

No final dos anos de 1990, ao entrarem na PMSE, os policiais eram classificados em relação a sua cor de acordo com observação feita por um militar entrevistador lotado na seção de identificação⁵, não existindo uma autoclassificação, fato que verificamos através de entrevistas e de análise documental. Em alguns documentos encontramos a presença do termo “moreno”, principalmente em fichas e boletins. Para Lívio Sansone (2002), em seu estudo sobre cor na Polícia Militar do Rio de Janeiro, este termo era usual como oposição ou alternativa aos termos “pardo”, “preto” ou “negro”. Através das pesquisas, na seção de identificação da PMSE, constatamos o uso deste termo nas fichas de identificação do pessoal desde os anos 50 até fichas mais recentes da década de 1990. Ao observarmos essa particularidade, podemos notar que ao levarmos em consideração àqueles que foram classificados como “morenos”, “pardos”, “pretos” ou “negros”, em relação aos classificados como “brancos”, entre os anos de 1950 a 1960, entendemos ser a PMSE, em tal período, um local de possível projeção social de negros e mestiços em Sergipe, com uma presença marcante no quadro de oficiais, de aproximadamente 70% (entre tenentes, capitães, majores, tenentes coronéis e coronéis).

A Polícia Militar em Sergipe tradicionalmente caracterizou-se, durante décadas, por ser uma instituição de atração para mestiços e negros⁶, que talvez por não possuírem alternativas profissionais no mercado de trabalho, acabavam por serem recrutados pela própria polícia de forma arbitrária ou por chefes políticos regionais, sem que houvesse qualquer tipo de concurso ou seleção. Esse fato foi claramente notado a partir de pesquisa realizada nos arquivos da polícia, tendo como base as décadas 1950 a 1960, onde observamos a baixa escolaridade dos policiais que entraram na Corporação nesse período e a grande proporção de negros e mestiços, seja entre soldados, cabos, sargentos ou entre os oficiais; dados estes extraídos das fichas de identificação e Boletins Ostensivos⁷ que se encontram no arquivo da Instituição.

⁵ Setor responsável por guardar todas as informações capazes de identificar qualquer membro da Corporação na ativa ou inatividade. Faz parte da PM1, órgão que cuida de toda documentação relacionada aos recursos humanos da Corporação.

⁶ Estamos usando aqui mestiço e negro, como noções de uso generalista e corrente dentro da PMSE, para designação de não-brancos.

⁷ BGO: documento confeccionado pela Subseção chamada de Ajudância Geral, localizada no Quartel do Comando Geral, de circulação interna, que tem a função de levar ao conhecimento de todos os membros da PMSE a escala de serviço, elogios, punições e toda e qualquer informação referente às determinações ou ordens do Comando-Geral da Instituição. É dever de todo militar lê diariamente esse Boletim e tomar

Situação semelhante encontrou Thales de Azevedo (1952) na Polícia Militar do Estado da Bahia, nos anos 50. Descrevendo em seu trabalho a Corporação baiana como uma instituição tradicionalmente popular, constituída em sua maioria por mestiços e negros com um sistema de promoções ou ascensão profissional bem definido e consolidado, o que, segundo o autor, proporcionava a esta camada da população a oportunidade de ascenderem aos quadros de oficiais⁸ e chegarem ao cargo de Comandante-Geral; função que em períodos de agitação política ganhava importância devido à necessidade governamental da lealdade da tropa nesses momentos delicados. Para Azevedo (1952), a Polícia Militar da Bahia também foi a instituição de onde saíram, à época, nomes para cargos na Polícia Civil e para a política. Fazendo uma relação com a Polícia Militar de Sergipe, no mesmo período, visualizamos a PMSE como local tradicional de atração e ascensão de negros e mestiços. Cargos como Delegado de Polícia, Diretor de Presídio e até mesmo de Secretário de Segurança Pública, eram escolhidos entre os graduados e oficiais da Polícia Militar Sergipana. Estes eram nomeados para cargos comissionados através de apadrinhamento político para exercerem funções de assessoria ou de mando. Verificamos na história da PMSE diversos membros que, durante quase toda sua carreira profissional, acumularam, além da graduação ou posto na instituição, o cargo de delegado, na maioria dos casos, de cidades pequenas do interior do Estado, como também coronéis que chegaram a acumular o cargo de Comandante-Geral e Secretário de Segurança Pública.

Entendemos que os aspectos que tornam a milícia sergipana em uma instituição de atração para os negros não estão presentes em apenas um determinado período de sua história; como tentaremos demonstrar adiante, mas acompanham o desenvolvimento da Corporação desde seus primórdios até os dias atuais, sendo marcados por um conjunto de transformações políticas e sociais alimentadas, em grande parte, pela promulgação da constituição de 1988 e consequente redemocratização do País. Dentro desse contexto, a PMSE não está imune aos acontecimentos e mudanças em curso. A Corporação é, inegavelmente, perpassada por um conjunto de demandas ou reivindicações que simbolicamente podem afetar ou não o conjunto das relações institucionais há muito estabelecidas.

conhecimento do seu conteúdo. Podendo teoricamente o militar ser punido se não fizer a leitura do Boletim Ostensivo diariamente. (Vide os anexos).

⁸ São os policiais que ocupam a função de direção, chefia, planejamento e comando na estrutura institucional da Corporação militar.

Dentro dessa realidade de transformação social nos últimos anos, no âmbito externo, entidades do movimento negro vêm reivindicando um conjunto de ações afirmativas que buscam desconstruir aspectos desfavoráveis em relação ao negro na sociedade brasileira. Dessa forma, instrumentos como as políticas de cotas raciais nas universidades, em concursos públicos e em empresas privadas são para a população negra a possibilidade de maior acesso à formação acadêmica e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho. Entretanto, ao contrário de algumas categorias profissionais marcadas por prestígio social, o universo policial em Sergipe, como já foi citado, caracteriza-se principalmente pela via contrária, ou seja, pela presença marcante de negros, há décadas, em seus quadros. Estando este trabalho ligado a tal contexto e tendo como objeto de estudo o policial militar e as “relações raciais” no que se refere à questão da cor/raça, é de suma importância, inicialmente, uma discussão ou análise sobre o significado da noção de raça e cor nas relações sociais no Brasil.

O conceito de raça na produção intelectual brasileira foi adotado principalmente a partir dos estudos e discussões de Silvio Romero e Nina Rodrigues, ponto inicial do desenvolvimento de uma espécie de teoria racial adaptada ao País, em fins do século XIX. Uma variante do modelo europeu tendo como influência autores como Spencer, Darwin, Lillré, Le Play, Le Bon e Gobineau, entre outros (Schwarcz, 2004).

Ao fazer uma análise das teorias raciológicas no Brasil, entre 1870 e 1930, Thomas Skidmore (1976) demonstra que havia certa divergência quanto ao uso dessas teorias, ficando isso perceptível na elaboração conceitual e na reflexão sobre as questões da miscigenação, entendida por Nina Rodrigues como forma degenerativa, e por Sílvio Romero como uma solução para o caso brasileiro, personificando um ideal de branqueamento, mas não deixando este último de comungar com alguns pressupostos de vertente ortodoxa. Com a entrada do Brasil na 1ª Guerra Mundial e com fortalecimento de um sentimento nacional, é que se começou a colocar em xeque àquelas formulações raciológicas, mesmo sem refutá-las. Para Skidmore (1976) naquele momento, tais teorias perderam a força analítica que tinham até então. Fato observado em relação ao ideal do branqueamento, que foi pensado como solução para o problema racial brasileiro, sendo que as premissas raciais do atraso e dos problemas brasileiros são substituídas por questões sociais e culturais pelo viés do debate sobre cultura, educação, civilidade, urbanização, modernização entre outros.

Com a publicação do trabalho de Gilberto Freyre, “Casa-grande e senzala”, em 1933, há uma desqualificação do argumento biológico até então aceito no País. Freyre (1933) destaca, em sua obra, o caráter das relações raciais existentes no Brasil, percebido a partir da mobilidade ascensional dos mestiços na hierarquia social, deslocando a discussão sobre a noção de raça do campo biológico para o campo cultural, vindo este a se tornar uma espécie de modelo que encontra excessos de significação na sociedade brasileira. Portanto, referência para o surgimento de um ideal ou movimento de democracia racial (Skidmore 1976).

Com o episódio da Segunda Guerra Mundial, as discussões sobre raça, baseadas em fatores biológicos, perdem força entre os intelectuais no Brasil como também no resto do mundo, sendo os estudos sobre raça retomados com os trabalhos financiados pela UNESCO, como política do Pós-Guerra. É relevante para a execução de nosso estudo, a discussão do conceito de raça como fruto da influência desses primeiros trabalhos; em particular os de análise minuciosa da questão, desenvolvidos por Florestan Fernandes (1965) que abordou a temática racial a partir do ângulo da desigualdade social. Em sua obra ele questionou não só a tese da democracia racial brasileira⁹, mas também as bases de sua construção. Fernandes (1965) problematizou a noção de tolerância racial contrapondo-a a certo código de decore, que na prática funcionaria como um fosso a separar os diferentes grupos sociais. Em lugar das análises culturalistas fez visadas sociológicas centradas no tema da modernização do País, a partir da investigação do processo que levava à passagem do mundo tradicional ao moderno (do rural ao urbano), abriu-se uma ampla discussão sobre a situação das classes sociais no Brasil pautada também por critérios étnico-raciais.

O conjunto das pesquisas de Fernandes (1965) apontou para novas facetas da miscigenação brasileira que sobreviveria como legado histórico, num sistema enraizado de hierarquização social que introduziria gradações de prestígio, partindo de critérios como classe social, educação formal, origem familiar e de todo um “Carrefour” de cores. Quase como uma referência nativa, o “preconceito de cor” faz às vezes da raça, tornando mais plurais e escorregadios os mecanismos de compreensão da discriminação.

⁹ SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

Nesse mesmo contexto, Oracy Nogueira (1955) tratou a noção de raça como um “fato social total”¹⁰ e buscou, na noção de cultura, uma chave explicativa não reducionista que influenciou interpretações como as de Peter Fry (1982) e Roberto DaMatta (1984). Este último autor diz que “... raça é igual à etnia e cultura. É claro que essa é uma elaboração cultural, ideológica e não tendo valor científico...”, ou seja, DaMatta conceitua raça como algo que se confunde com etnia, e ambas com ideologia a partir do que ele chamou de conceituação social elaborada no País. De fato, o conceito raça e etnia analisados na perspectiva desse autor e de outros como Roberto Cardoso de Oliveira (1976), tende a confundir-se com os fatores definidores de etnia, simbologias culturais, raciais ou religiosas, mas implicados por ideologia.

Mais recentemente, no campo teórico destes estudos, para autores como Philippe Poutignat e Jocelyne Streiff-Fenart (1997), o que interessa é a formulação de conceitos que tomam a etnia como grupo, pensando-a como etnicidade - etnia como um dado identitário do grupo social, para além dos vínculos primordiais¹¹. Essa concepção é tributária das teorias de etnicidade formuladas por Fredrik Barth (1969). Segundo este autor, a melhor maneira de utilizar o termo etnicidade é como conceito definidor de grupo, que permite descrever as fronteiras e as relações sociais em termos de contrastes altamente seletivos, utilizados de forma emblemática para organizar as identidades e as interações sociais pautadas por justificativas de origens compartilhadas *versus* diferentes.

Considerando as diferenças de abordagens teóricas e metodológicas que os distinguem de Barth; Poutignat e Streiff-Fenart buscam nesse autor o caráter inovador¹² de sua conceptualização sobre grupos étnicos, baseada no princípio da relação de alteridade (Nós/Eles). Tal reflexão representa um elemento central na compreensão dos fenômenos de etnicidade. Em um primeiro momento, reforça a idéia de que a pertença étnica não se configura senão em relação a uma linha de demarcação entre os membros e os não membros. Além disso, reitera a idéia de que a noção do grupo étnico só tem

¹⁰ MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: EPU, 1974.

¹¹ Na crítica ao primordialismo, invocada por Poutignat, esse caráter primordial de etnicidade torna-se uma propriedade essencial transmitida no e pelo grupo, independentemente das relações com os “out-groups”. Indo mais à frente, Poutignat reforça as críticas dirigidas ao primordialismo afirmando que alguns autores recusam-se a reconhecer um caráter específico das “ligações” étnicas, pois ignoram o aspecto econômico. Já outros consideram que as teorias primordialistas não possuem capacidade o suficiente para dar conta dessa especificidade.

¹² O texto de Barth é importante, segundo Molohom, porque ele representa um verdadeiro desafio para a maioria das teorias anteriores sobre esta questão, especialmente as da aculturação, da assimilação e da mudança cultural. (Apud, Poutignat:153).

sentido à medida que os atores consigam dar conta das fronteiras que demarcam o sistema social a que supõem pertencer, e aos demais atores implicados em outro sistema social.

A noção barthiana de grupo étnico liga-se, portanto, à idéia de que são tais fronteiras sociais, e não os aspectos culturais internos, que definem o grupo étnico e permitem que se dê conta de sua persistência. Assim, o que torna válida a permanência dos grupos e sua persistência no tempo é o fato de que essas fronteiras mantêm-se de acordo com os marcadores aos quais elas se fixam. Assim, na concepção barthiana, para que a manutenção das fronteiras étnicas se perpetue é preciso que haja uma organização efetiva nas trocas entre os grupos e a ativação de uma série de proscições e prescrições regendo suas interações. Consideremos, assim como, Poutignat e Streiff-fenart que a etnicidade é uma forma de organização social baseada na atribuição de categorias, que classificam as pessoas em função de uma origem suposta, o que seria validado na interação social, através da ativação de signos culturais socialmente diferenciadores¹³, demarcadores e constituidores de um sentido sobre o nós/eles.

Desse modo, não há dúvida que o conceito de etnicidade tornou-se um conceito mais amplo que o de raça para tratarmos de questões envolvendo “relações raciais”. Autores como Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (1995) definem grupos raciais como um conjunto particular de grupo étnico ou étnico restrito. Essa perspectiva de análise feita por estudos como o de Guimarães (1995) possibilita a formulação de um conceito de raça mais abrangente: “raça como um conjunto de marcas físicas, valores morais e culturais”, que se tornam critérios definidores de um dado grupo social, não sendo as características fixas definidoras desse conceito, podendo estas ser invocadas de maneira situacional de acordo com o recurso simbólico em disputa na relação entre nós/eles. O importante é compreender que determinadas características são formadoras dos grupos, sejam eles étnicos raciais ou não, e estão imersas no interior dos agrupamentos sociais, independente de serem características eleitas ou não como definidoras do grupo étnico, racial ou de qualquer outra definição de grupo. O conceito de raça, formulado aqui, se aproxima da idéia barthiana da existência de características que são fundamentais para o surgimento do grupo, mesmo não sendo todas eleitas, como tal, pelo próprio grupo.

¹³ Op.cit.141.

Esse conjunto de elaborações nos ajuda a entender como se opera a questão racial no Brasil. Desde o século XIX que os censos demográficos são uma fonte oficial de informações em nível nacional, sobre a composição racial da população brasileira. Porém, há muito se discute a confiabilidade dos dados censitários sobre características raciais da população e o que tais informações significam do ponto de vista da análise social. A questão repousa no esquema de classificação utilizado nos censos, que pelo menos desde a década de 1872 se baseia geralmente em cinco itens ou categorias censitárias de cor/raça, isto é: brancos, pretos, pardos, amarelos e índios.

Os questionamentos sobre a validade das categorias de classificação invocam a ampla gama de termos comumente utilizados para identificar as tonalidades de cor da pele. No entanto, há muito tempo observam que o modo pelo qual as pessoas classificam-se umas às outras no Brasil, não se baseia unicamente na aparência física, mas em distintivos de classe social, como nível de renda e de educação aparente, que também desempenharam um papel na definição, na autodefinição e nas avaliações subjetivas que governam o comportamento intergrupais.

Autores como Peter Fry (1995/96) afirmam que as complexidades dos termos de classificação de cor no Brasil marcam uma especificidade, de modo que suas pesquisas demonstram uma variação de termos utilizados comumente em um verdadeiro arranjo de cores, influenciado, principalmente, por fatores econômicos e educacionais. Fry (1996), discorda radicalmente daqueles que defendem a tese de categorias de recenseamento bipolar. Bipolar na medida que aceitam apenas duas grandes categorias de identificação racial. Em outra perspectiva, para Hanchard (1996) há, de certo modo, no Brasil, uma crescente polarização da sociedade no que diz respeito à auto-identificação em relação à condição racial do indivíduo. Este movimento provocaria uma redefinição das categorias de identificação racial que lembraria em dado momento os moldes da sociedade norte americana.

Ambos os autores discordam sobre o entendimento do sistema censitário brasileiro no quesito cor ou raça. Fry (1996), por entender que as categorias do censo não possuem validade devido à complexidade, à simbologia social e seu imenso número de formas de classificação, e Hanchard (1996), por discordar da utilização de mais de duas categorias de tipificação no censo. O trabalho de Robin E. Sheriff (2002), “Como os senhores chamavam os escravos: discursos sobre cor, raça e racismo num morro carioca”, aponta para outras possibilidades: a existência de duas formas de classificação concomitantes, através de uma série de termos para definir cor/raça dos indivíduos,

porém, com uma tendência prática, subjacente e direcionada à bipolarização das categorias definidoras de raça nos moldes norte-americanos.

Há muito, no Brasil, vem se discutindo o sistema de classificação de cor da população, no que se refere ao alcance do sistema oficial utilizado nas pesquisas e censos demográficos realizados no País, sistema que atualmente distribui a tipificação da cor do brasileiro em cinco categorias de cor ou raça: branca, preta, parda, amarela, indígena. Dentre estas, a categoria “parda”, apesar de presente há muitas décadas nos dados oficiais, não representa um uso corrente entre a população, mas sempre presente nos censos. A grande quantidade de termos utilizados no cotidiano da população para definir sua própria cor ou a do outro, como afirmam alguns autores, a exemplo de Nelson do V. Silva (1994), não levam em consideração a utilização no cotidiano da categoria parda. Os censos sempre coletaram a cor da população, mas esse quesito passou a ser investigado de modo sistemático somente há algumas décadas. Anteriormente os levantamentos censitários, por sua vez, trabalhavam a variável cor de forma diferenciada.

Em levantamentos censitários realizados após 1822 não foram coletados dados sobre mulheres, crianças e escravos, já que essas primeiras coletas tinham objetivos ou interesses subjacentes e claramente eleitoreiros. No censo de 1872, a categoria cor estava presente para todos os quesitos como subtópico da condição social, até então dividida entre livres e escravos, com critérios mistos ao utilizarem as categorias branco, preto, pardo e caboclo, que expressavam o fenótipo das pessoas e também a ascendência. Em 1890 o termo cor estava para a população em geral desagregada apenas quando discriminada pelo estado civil, com as categorias branco, preto, caboclo e mestiço. Entre 1900 e 1920 não foram coletados dados sobre a cor ou raça da população. Nos anos de 1940 e 1950 a cor estava presente para todos os quesitos pesquisados, na forma das categorias preta, branca e amarela, facultando ao recenseador optar por vocábulos como caboclo, mulato e moreno quando entendesse ser necessário, ou passar o traço no quadro de resposta quando para ele fosse impossível determinar a cor do entrevistado (Wood, 1991).

Em 1938 foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sendo o censo de 1940 o primeiro a ser realizado por essa instituição que responde pelos censos demográficos no país até hoje. Nesse período, criou-se como resposta ao grande número de termos de cor, identificados no censo de 1940, a categoria de cor “parda”, com a função de aglutinar termos como caboclo, mulato e moreno, vindo esta a figurar

como categoria de cor, no censo de 1950, juntamente com as demais categorias do censo anterior. Em 1960, a categoria cor aparece apenas para dados gerais da população com as categorias branco, preto, amarelo, pardo, incluindo nesta última os índios. No ano de 1970 não foram coletados dados sobre cor, ressurgindo a informação em 1980 como uma categoria desagregada apenas para alguns dados da população, com as definições branco, preto, amarelo e pardo. É só em 1987 que os dados sobre cor passam a ser coletados sistematicamente, permanecendo como variável nos censos posteriores, a exemplo do censo de 1991 e o de 2000, que utilizou as categorias branco, preto, amarelo, pardo e indígena.

Em trabalho desenvolvido na Polícia Militar do Rio de Janeiro, Lívio Sansone (2002) aponta para um conjunto de práticas rotineiras no uso de termos de cor ou raça por parte dos policiais, que em dado momento, seja no quartel ou nas ruas, quando em serviço, diferem do padrão oficial. Comumente, segundo esse autor, observam-se em relatórios de ocorrências termos de classificações alheias às categorias do IBGE. Na Polícia Militar de Sergipe encontramos uma situação análoga, a exemplo da milícia fluminense. A Corporação sergipana não difere do IBGE na utilização das categorias oficiais do censo, pois sua Seção de Identificação e Controle do Efetivo em atividade aplica o sistema de classificação oficial para definir a cor de seus membros, quando da confecção de documentos e recadastramentos do efetivo, utilizando tal padrão em vigor nas instituições militares do País.

Nesse caso, este não é apenas o padrão das polícias militares, mas também o mesmo utilizado nas Forças Armadas. Todavia, no levantamento de campo, observamos que esse procedimento é feito de forma arbitrária, não levando em conta em seu interior um conjunto de relações e possibilidades retóricas que traz em si uma infinidade de termos de classificação como “moreno”, “moreno claro”, “moreno escuro”, “marrom”, “saruaba”, “preto retinto”, “galego” entre outros, que no dia a dia da corporação, seja em conversas informais entre policiais de mesmo grau hierárquico ou quando um deles faz referência a um superior, vão muito além das categorias utilizadas formalmente no Brasil, como observou anteriormente Kabengele Munanga (2008), ao tratar das barreiras para constituição de identidades negras em nossa sociedade.

Nas situações do cotidiano policial ocorrem inúmeras formas de uso de denominações raciais. Que formas são essas? Em que situações aparecem? Como aparecem? O que querem dizer? Será que seus sistemas de classificação dentro da Corporação se concretizam a partir de um conjunto de termos ou códigos que variam de

acordo com a posição ocupada pelo policial na escala hierárquica da Instituição e do grau de relacionamento entre os “pares”, ou seja, do relacionamento entre policiais com a mesma função ou cargo? E dessa forma, o policial, que é visto por seus pares ou amigos de farda mais próximos como “pardo”, por exemplo, e se vê também desse modo, poderia não ser visto assim por seus subordinados, ou policiais com cargo de menor importância? Isso é definido como algo situacional ou é diretamente influenciado pelo contexto ou lugar de fala do indivíduo, corroborando para a formação de identidades a partir de uma fronteira não tão bem definida entre os grupos, e que se dá em relação e oposição ao outro, como frisou Fredrik Barth (1997)? Sendo assim, há por parte dos policiais militares alguma rejeição ou incorporação, mesmo que subjacente, aos termos utilizados oficialmente?

Partindo de tais questionamentos, nosso objetivo geral nesta pesquisa é compreender como o policial militar se define no que se refere à questão da cor, e se essa definição está ligada ou é influenciada pelo lugar de fala do policial e, neste caso particular, por sua posição hierárquica na carreira, analisando como funcionam as relações raciais dentro da Polícia Militar de Sergipe, a partir de uma reflexão sobre o sistema de termos e códigos oficiais e usuais de identificação étnico-racial, bem como, se de alguma forma estamos diante de algum tipo de tensão racial ou racismo subjacente nas relações entre policiais, que implicam em questões como a mobilidade social na carreira.

Buscamos em nossos objetivos específicos caracterizar como se dão as relações raciais no dia a dia da Instituição, com o intuito de perceber todo o conjunto de termos e códigos simbólicos utilizados pelos policiais militares para tratar a questão da cor ou raça. Para tanto, procuramos mapear as formas de classificação usuais e formais e as situações em que elas aparecem, bem como em que situação elas são utilizadas. Procuramos também descrever as relações sociais entre policiais de mesmo grau hierárquico e entre superiores e subordinados, atentos à presença de categorias raciais, além de apontar quais fatores influenciam a definição da cor por parte dos policiais e se essa questão pode sofrer influência da hierarquia.

Na fase inicial do trabalho foi realizado um levantamento bibliográfico dos estudos que se referem ao tema étnico/racial, como também sobre as instituições policiais e suas atividades, a fim de podermos dominar de maneira considerável o tema a ser estudado. Nesse ponto, foi dada atenção às obras relacionadas à temática étnico/racial no Brasil, e em Sergipe de modo particular, principalmente àquelas que

fazem a análise da categoria étnico/racial em diversos momentos da história do País, com ênfase na condição do negro enquanto presente em um determinado campo ou área de atuação profissional. Fizemos, também, uma observação de trabalhos que versam sobre o surgimento das instituições policiais no Brasil, sua manutenção, atividades diárias e problemas estruturais.

A partir desse ponto, desenvolvemos uma pesquisa de análise documental, na qual foram analisadas de maneira minuciosa as fichas disciplinares¹⁴ dos militares em atividade, como também documentos administrativos da Corporação: Boletins Internos¹⁵ e “Boletins Ostensivos” no período de 1930 a 2006, dos quais extraímos aspectos da vida profissional dos policiais no decorrer de suas carreiras, bem como, o tipo de percepção que a Instituição tem em relação à cor dos militares ao longo de sua vida profissional. Essa pesquisa foi realizada no setor de identificação e no arquivo da Polícia Militar de Sergipe, e vislumbrou uma análise qualitativa a partir de amostras previamente definidas.

Ao final dessa fase, realizamos uma pesquisa de campo junto às Companhias¹⁶, Batalhões¹⁷ e Seções¹⁸, que tomamos como base para uma observação participante e de acordo com as necessidades de aprofundamento dos trabalhos aplicamos cem questionários, que serviram como base para a realização de entrevistas semi-estruturadas a partir de uma amostra qualitativa de aproximadamente vinte policiais, entre homens e mulheres, obedecendo a critérios de proporcionalidade em relação ao gênero e de participação nos diversos níveis da escala hierárquica institucional. As entrevistas consistiram em conversas previamente marcadas que foram realizadas com os policiais, balizadas por um roteiro de perguntas abertas e que tiveram as respostas registradas por meio de anotações.

A observação participante se desenvolveu no decorrer do serviço diário, pois na condição de membro da Corporação procuramos capturar de forma objetiva, no desenrolar das atividades administrativas dos quartéis e de policiamento ostensivo, os termos diversos e os aspectos das relações sociais em que afloram questões raciais nas

¹⁴ Documento de uso interno da PMSE onde se encontram, além das características físicas dos policiais, todas as informações sobre sua vida profissional dentro da Instituição, a exemplo de promoções, elogios e punições. São documentos individuais, ou seja, existe uma para cada militar. (Vide os anexos).

¹⁵ Documento de uso interno das unidades da PMSE no qual constam informações de interesse dos policiais, como escala de serviço, elogios, punições e as ordens do comandante da unidade.

¹⁶ Denominação dada a uma unidade operacional da PMSE responsável pelo policiamento de uma subárea territorial de um Batalhão.

¹⁷ Denominação dada a uma unidade operacional da PMSE responsável pelo policiamento de uma área.

¹⁸ Denominação dada a repartições administrativas da Instituição de modo geral.

conversas e interações do dia a dia no ambiente de trabalho. Para o desenvolvimento dessa atividade utilizamos anotações de campo sistemáticas.

A corporação foi estudada em dois momentos distintos, sendo: a primeira pelo viés de como o policial se vê em relação a sua própria cor; e a segunda como o policial vê seus pares, superiores e subordinados em relação à cor, visto que o que nos interessa é a comparação no que diz respeito às classificações nesses dois momentos distintos.

Para tal análise, dividimos essa dissertação em três capítulos. No primeiro, trataremos da contextualização da Polícia Militar de Sergipe partindo de sua criação e inserção no aparelho estatal como instituição que representa, antes de tudo, o monopólio da força legítima, fazendo um panorama das transformações pelas quais a Corporação passou e que ainda estão em curso. Destacamos a ausência de trabalhos na Instituição que tratem da temática racial, apesar de sua composição étnica e de uma visível tensão social interna, mesmo quando consideramos toda a discussão sobre segurança pública e as instituições que a compõem, e que nas últimas décadas provocaram um variado número de trabalhos monográficos sobre a polícia, mas que em momento algum procuram preencher a lacuna de discussão dessa temática na Polícia Militar de Sergipe.

No segundo capítulo, tratamos das formas oficiais de classificação da PMSE, onde de maneira minuciosa analisamos como o policial é visto pela Corporação no decorrer de sua carreira profissional, desenvolvendo uma discussão sobre o formalismo institucional e sua contribuição ou não para a formação de uma percepção sobre a identidade étnica racial dentro da Corporação; buscando mostrar como são tratadas as questões que envolvem as relações raciais em confronto ou contato com a hierarquia institucional.

No terceiro capítulo apresentamos o cotidiano da corporação marcado por práticas rotineiras e classificações usuais que, no decorrer do serviço diário nos quartéis ou nas ruas em contato com a população, aparecem de maneira subjacente e em oposição ao formalismo institucional, mostrando o caráter das relações sociais que afloram em um universo retórico e são vistas em momentos de tensão.

I CAPÍTULO

1 A POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE E A TEMÁTICA ÉTNICO-RACIAL

1.1 O surgimento da PM

Nas duas últimas décadas o fenômeno do crescimento da violência no Brasil impulsionou uma grande quantidade de estudos sociológicos sobre segurança pública e as instituições que a compõe. Pesquisadores como Marcos L. Bretas (1997), entre outros, buscaram estudar as origens e a formação da instituição policial em nosso País e no mundo. O conjunto dessas pesquisas não chegou com certeza à origem da instituição policial, porém, o que se sabe é que a instituição esteve presente no decorrer da história das mais diversas sociedades, com um discurso orientado para a idéia de bem comum, como algo proveniente do poder do Estado. Na concepção de autores como Anthony Giddens (1991), esta é uma característica da modernidade: o surgimento de instituições que personificam a presença do poder do Estado perante a sociedade no tocante ao uso da força e aplicação das leis. Corporações policiais e militares tiveram sua efetivação e porque não dizer, crescimento acelerado principalmente com o advento do Estado moderno ocidental em fins do século XVIII.

É com a chegada de D. João VI ao Brasil, no início do século XIX, que a idéia de polícia moderna começa a ser implantada no País, provocando mudanças significativas no aparato policial existente na, até então, colônia de Portugal. Com a justificativa de prover a segurança e a tranquilidade na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cuja população tinha aumentado de forma considerável devido aos novos negócios que afluíram abundantemente à localidade, foram tomadas medidas relacionadas a uma melhor estruturação da polícia. Em 1808, foi instituída a Intendência Geral de Polícia e do Estado do Brasil. Várias eram as atribuições do Intendente-Geral, muito próximas das conferidas aos alcaides e dos atuais prefeitos: cuidar dos equipamentos coletivos urbanos - como as fontes de água e a iluminação pública; ajudar na realização de obras públicas; resgatar escravos em quilombos; dar suporte às atividades de higiene e limpeza públicas; fiscalizar os eventos sociais e festeiros; disciplinar jovens rebeldes; estabelecer toques de recolher; normatizar o comportamento público; etc. Só no ano seguinte, mais precisamente no dia 13 de maio de 1809, é que

foi criada a Divisão Militar da Guarda Real, primeiro dispositivo legal considerado por muitos como sendo o embrião da hoje conhecida como Polícia Militar brasileira (Bretas, 1997).

Após a independência brasileira, no ano de 1822, ocorreu uma reorganização das instituições nacionais, com a finalidade de adequar a uma nova realidade. No caso específico da instituição policial, deu-se de forma gradativa o melhoramento das organizações policiais acompanhando, dessa maneira, as mais recentes transformações pelas quais passava o contexto da nação independente. Surgiram novas leis, novas orientações e novos métodos semelhantes aos dos aparatos de outras nações que haviam aprimorado a instituição policial no aspecto de prevenção e repressão ao crime. (Bretas, 1997).

As Províncias, aos poucos, reproduziram os modelos da corte. As origens das Polícias Militares estaduais se confundem, muitas vezes, com a história das Forças Armadas do Brasil. No século XIX, dada a inexistência de órgãos especializados no serviço de policiamento, os integrantes das segundas e terceiras linhas das Forças Armadas eram normalmente empregados nesse serviço, zelando pela segurança e manutenção da ordem nos primeiros núcleos populacionais do País. Em Sergipe existiu até o ano de 1834 a Guarda Municipal Permanente da Província. Esta denominação foi extinta no ano seguinte (1835), dando lugar à Força Policial da Província, denominação com o qual a Polícia Militar de Sergipe inicia a sua história.

No documento de criação da Força Policial de Sergipe, (Carta de Lei de 28 de fevereiro de 1835), observa-se a primeira fixação do efetivo do Corpo Policial, contando-se naquela época com um total de 201 integrantes, entre oficiais e praças. Faziam parte dessa instituição oito soldados montados, fato esse que caracterizou o embrião do atual Esquadrão de Polícia Montada. No decorrer de sua história, passou por uma série de transformações que estão ligadas às diversas fases políticas pelas quais passou o País. Em um primeiro momento, que dura até o final da República Velha, é usada como um exército estadual a serviço da oligarquia no poder, a exemplo das demais polícias do País. A subida ao poder de Getúlio Vargas representa um controle maior por parte das Forças Armadas sobre a polícia, e a corporação sergipana passa por esse processo que se completa com o Golpe Militar de 1964, quando a Instituição passa efetivamente a ser força auxiliar do Exército.

Com a redemocratização do País, foi ressaltada a autonomia da Polícia Militar, reforçada pela promulgação da Constituição de 1988. A partir de então, as

Polícias Militares tiveram suas atribuições regulamentadas em seu artigo 144, que em seu parágrafo 5º diz:

... Às Polícias Militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de Bombeiros Militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividade de defesa civil...

E em seu artigo 37, inciso II, diz:

... A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na formas previstas em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração...

O que provocou um processo de profundas transformações na instituição, que por consequência aumentou significativamente o grau de escolaridade dos indivíduos que entraram na Corporação após 1988, reflexo imediato da exigência de concurso público estabelecida pela nova legislação, como também rompeu com outros mecanismos de recrutamento possibilitando também a entrada de mulheres na instituição.

Atualmente, a Polícia Militar do Estado de Sergipe conta com Comando-Geral, Estado Maior, oito Batalhões distribuídos em todo o Estado, sendo três na Grande Aracaju (1º, 5º e 8º BPMs) e os demais no interior (2º, 3º, 4º, 6º e 7º BPMs), além do Batalhão Especial de Segurança Patrimonial (BESP), do Batalhão de Policiamento de Choque (BPCHOQUE) e do Batalhão de Policiamento de Guardas (BPGd), do Hospital da Polícia Militar, do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, do Esquadrão de Polícia Montada, da Companhia de Polícia Rodoviária, da Companhia de Polícia de Trânsito, do Comando de Operações Especiais, da Companhia de Polícia Fazendária, da Companhia de Polícia de Radiopatrulha, da Companhia de Polícia Ambiental e 10 Companhias de Polícia Comunitária (4 Companhias no 1º BPM, 3 no 5º BPM e outras 3 no 8º BPM) englobando um total de 26 Postos de Atendimento ao Cidadão (PAC's)¹⁹.

1.2 A Polícia Militar em Sergipe

Durante muito tempo a formação do policial militar em Sergipe, como em qualquer outro lugar do País, sempre foi algo colocado em segundo plano e

¹⁹ Observar lista de abreviaturas da Polícia Militar de Sergipe.

extremamente simplório, dentro de um contexto que visava muito mais a idéia de combate a um possível inimigo interno do que o trabalho policial propriamente dito. A militarização das forças públicas estaduais, em 1917, e o reforço dessa condição durante a década de 1930, no governo de Getúlio Vargas refletem a dimensão e qualidade da formação dada aos policiais à época, bem distante de sua realidade de trabalho diário, sendo o ápice dessa condição os governos militares das décadas de 1960, 1970 e 1980, quando as Polícias Militares passam a ser força auxiliar do Exército, com normas e hierarquias semelhantes. Na década de 1990 vem à tona o fenômeno do crescimento da violência nos grandes centros urbanos, expondo o despreparo e retardo no desenvolvimento e aprimoramento da formação do policial no Brasil diante das novas exigências de seu labor diário.

De fato, nunca a PMSE teve uma grande atenção com a formação e especialização de seus quadros, existindo ações muito pontuais e sempre dentro de uma ótica de orientação nacional. Na verdade, a instituição, historicamente, nunca demonstrou muita preocupação com seus recursos humanos, ou seja, se os indivíduos tinham ou não condições adequadas para o exercício da função. Exigências como concurso público, entre outras, é algo muito recente e reflexo da redemocratização do País, existindo uma ausência na Corporação de estudos que dão conta da condição social ou até mesmo da origem dos indivíduos que dela fazem parte.

Porém, é notório que atualmente o efetivo policial de Sergipe recebe a cada novo concurso um grande contingente de candidatos oriundos das classes intermédias da sociedade sergipana, todavia nem sempre foi dessa forma. Durante muito tempo não existia concurso público para ingressar na Instituição. Dificilmente havia interesse pelo trabalho policial entre os membros da classe média, tendo a PMSE que fazer recrutamentos entre as camadas menos favorecidas. Naquele contexto histórico institucional, um contingente imenso de negros e mestiços adentraram à Corporação, tendo em vista a forma e o extrato social onde eram feitos os recrutamentos, e que segundo dados do IBGE é o extrato que comporta a maioria esmagadora da população negra em Sergipe e nos Estados vizinhos, de onde provinham os recrutados. Não há um documento que demonstre claramente as origens do efetivo da PMSE no decorrer dos mais de 170 anos de sua existência, mas em alguns períodos históricos é possível se ter uma visão mesmo que parcial da origem e de suas relações dentro da sociedade. Destacamos nesse ponto a importância das Fichas Disciplinares e Boletins Ostensivos

da Corporação, que quando analisados minuciosamente nos dão pistas valiosas sobre esta questão.

O Boletim Geral Ostensivo – BGO é um documento informativo de circulação interna na Corporação, de publicação diária. Neles são publicados todas as ordens do Comando da Corporação no que diz respeito às Escalas de Serviço diárias, Assuntos Gerais e Administrativos, todas às ordens referentes à formação e aprimoramento técnico do policial, ou seja, a instrução, e todas às ordens voltadas à manutenção da disciplina na instituição. É um documento de suma importância para todos os militares, porque é nele que são publicadas as determinações e ordens vigentes na PMSE. Todos os policiais, do soldado mais moderno ao oficial mais antigo, tem o dever de lê diariamente o boletim após sua publicação e tomar conhecimento das determinações do Comando sob pena de incorrer em transgressão disciplinar e até ser punido. É publicado no Quartel do Comando Geral, mais especificamente numa subseção, denominada, Ajudância Geral²⁰.

Foto 01: Policiais em deslocamento para o local de trabalho na década de 1980.



Fonte: <http://www.pm.se.gov.br/modules/xccgal/displayimage.php?pid=901&fullsize=1>. Acesso em 14/06/2010.

²⁰ Vide nos anexos modelo ilustrativo de um BGO.

Nos Boletins Ostensivos é possível identificar claramente a cor e grau de instrução dos recrutados no momento em que entraram na Corporação, sendo essa característica um padrão utilizado há mais de sete décadas na instituição, ainda persistindo na atualidade. Fazendo uma análise desses dados, entendemos ser possível ter uma idéia aproximada da condição social dos indivíduos que fizeram ou fazem parte da PMSE em diferentes períodos históricos, já que no Brasil o grau de instrução das pessoas esteve durante décadas ligado intimamente com a condição ou posição sócio-econômica dos indivíduos na sociedade, e que ainda nos dias atuais é recorrente, apesar do advento da escola pública e gratuita e das mudanças provenientes de seu surgimento.

Partindo desse princípio, analisamos os Boletins Ostensivos das décadas de 1930, 1940 e 1950 com o intuito de observar as publicações que tratam da entrada de recrutas na instituição, ou que trazem aspectos da formação escolar e da cor dos policiais. Chegamos então ao entendimento de que o baixo nível de escolaridade dos policiais e os mais de 70% de pretos e pardos que entraram na Corporação nesse período delimitado, apontam de forma clara para as origens humildes do efetivo da época, em todos os níveis hierárquicos da Instituição.

Quadro 01: Nível percentual de escolaridade dos recrutas da PMSE de 1930 a 1960.

ALFABETIZADOS		NÃO ALFABETIZADOS
Oficiais e Praças		Oficiais e Praças
Branco	42,7%	57,3%
Preto		
Pardo		
Amarelo		
Índio		

Fonte: Dados obtidos através de pesquisa junto ao Arquivo Geral da PMSE – Fev/2008.

Um dos poucos documentos que corrobora com nossa análise e nos dá mais informações sobre a condição social e origem dos policiais militares em Sergipe é o trabalho monográfico de Dilson Ferraz (1997), que trata da atuação da Polícia Militar de Sergipe durante a Revolução Constitucionalista de 1932, onde o referido autor expõe as

orientações do interventor do Estado à época, quanto ao recrutamento de novos policiais para corrigir as deficiências no efetivo da Corporação, provocadas pelo desfalque daqueles que foram enviados para lutar na Revolução e suprir futuros envios de tropas para o fronte paulista. As informações são esclarecedoras, pois o então interventor orienta para uma convocação que tem como critério de seleção apenas a observação de que os futuros recrutados sejam reservistas do serviço militar, sendo este documento de orientação ao recrutamento uma ou, senão, a única pista direta da origem do policial militar sergipano em toda história, não restando na atualidade outra ferramenta de análise que não utilize as Fichas Disciplinares ou Boletins Ostensivos, mesmo que o objeto de análise seja o efetivo atual.

Foto 02: Oficiais negros desfilam à frente da tropa em comemoração ao 7 de Setembro 1980.



Fonte: <http://www.pm.se.gov.br/modules/xccal/displayimage.php?pid=891&fullsize=1>. Acesso em 12/06/2010.

A composição demográfica atual da PMSE, bem como a sua estrutura funcional, tem origem na Lei de Organização Básica da Corporação de 1996, que dispõe sobre o tamanho do efetivo, a existência dos quadros de oficiais²¹, de praças²² e de suas

²¹ Círculo formado por tenentes, capitães, majores, tenentes coronéis e coronéis.

²² Círculo formado por soldados, cabos, sargentos e subtenentes.

determinadas funções. Essa lei que trata do esqueleto funcional também delimita, por exemplo, os requisitos daqueles que comandarão a Instituição e do acesso às carreiras da estrutura funcional da Corporação, entre outras questões. Na estrutura funcional, os quadros dos oficiais formam cerca de 30% da PMSE, e o das praças aproximadamente 70%. Mas as formas de acesso e a formação profissional são diferenciadas, apesar do ingresso de ambos os quadros serem pela via do concurso público.

O grau de escolaridade exigido pela Corporação é igual tanto para oficiais como para as praças, mas os candidatos a oficial fazem o concurso público e, após aprovação passam de três a quatro anos em uma Academia de Polícia de outro Estado da Federação, e só depois de formado passa a exercer suas funções de policial. Já os futuros praças fazem o concurso público e posteriormente passam por uma formação que atualmente dura em torno de dez meses a um ano de curso intensivo, em um centro de ensino destinado a praças pertencente à própria PMSE. Os oficiais são, por suas atribuições previstas em lei, os gestores da Corporação, e têm como ápice de sua carreira atingir ao posto de coronel e, se possível, exercer o comando da Instituição. As praças são consideradas os fiscais e executores da atividade fim da Corporação, ou seja, o policiamento ostensivo, sendo o ápice de sua carreira a possibilidade de atingir por meio de promoções o quadro dos oficiais e, conseqüentemente, chegar ao posto de major.

As relações de poder nesse contexto se dão principalmente pautadas por esta forte divisão hierárquica institucional, e que acaba por influenciar conseqüentemente as relações sociais extra-Corporação. Nesse quesito, apesar de notarmos semelhanças nas origens de classe social entre oficiais e praças, os policiais após vivenciarem as estruturas corporativas costumam direcionar seu círculo de amizade pessoal tendo como parâmetro a hierarquia funcional, mas não sendo essa uma regra fixa, podendo existir exceções que consideramos insignificantes diante da existência de associações e clubes de lazer que reproduzem em sua estrutura e ações as divisões hierárquicas da PMSE (ACS-PMSE; ABSMSE; AAMSE; AMIRES; ASSOMISE; ASPRASE)²³. Apesar de existir associações para cabos e soldados, para subtenentes e sargentos, e para oficiais, a oposição preponderante é indiscutivelmente aquela que se configura entre praças e oficiais. As relações internas de poder levam também em consideração esta divisão. A idéia de identidade nesse contexto é marcada pela condição de pertencimento ao grupo.

²³ Vide lista de abreviaturas.

Nesse caso, ou grupo das praças ou o dos oficiais. Aqui o importante não é a origem étnica, social, ou sua condição econômica; o que vale é o ser oficial e, como tal, ser respeitado e gozar de privilégios, independente de sua origem étnica ou cor, na oposição de um grupo para outro ou dentro da verticalidade da escala hierárquica.

Contudo, a Instituição não está imune a determinadas características da sociedade. As tentativas de diminuição das diferenças apoiadas em aspectos de cordialidade (Holanda, 1969) ou o uso do famoso “Jeitinho Brasileiro” (DaMatta, 1980), no sentido de inversão nas relações de poder, estão presentes apesar da forte hierarquia militar.

Há relações de poder que se formam a margem da estrutura formal, e nesse caso encontramos alguns exemplos de praças que, partindo de relações com características cordiais, exerceram influência de maneira informal em todo conjunto institucional e até mudaram a legislação vigente na Corporação, em uma verdadeira inversão das relações de poder. Na década de 1980 um determinado cabo fez uso da relação pessoal que tinha com o Governador do Estado, e conseguiu em dois mandatos, do mesmo político, uma série de promoções que o elevou a condição de capitão, mas que teoricamente não teria direito, pelo fato do referido cabo há época ser um analfabeto funcional e, portanto, não possuir condições intelectuais para o exercício da função, segundo a lei de promoção vigente no período; além de sua posição na escala hierárquica não ser favorável.

Em um período mais recente, fatos semelhantes voltaram a ocorrer, desta vez tendo como protagonista um sargento, que valendo-se de boas relações com políticos locais e autoridades importantes conseguiu modificar a lei de promoção por um curto período, a revelia de todo escalão de comando da Corporação. Tal fato possibilitou a esse sargento a ascensão ao quadro de oficiais e consequente promoção ao posto de capitão com perspectiva de futura promoção a major. A questão é que tanto a origem como a formação dos membros da PMSE, no passado ou na atualidade, corrobora para o surgimento de um contexto diferenciado, mas que tende a reproduzir aspectos das relações de poder da sociedade brasileira a partir de um reordenamento das características preponderantes nessas relações, como demonstrado nos exemplos acima.

1.3 A Temática étnico-racial e demais estudos na PMSE

As duas últimas décadas foram marcadas pelo crescimento, em todo País, de pesquisas científicas que tentam esclarecer os mais variados aspectos do trabalho policial e das instituições que tratam da segurança pública. Em sua grande maioria, estas pesquisas buscaram tratar de aspectos que estão ligados à parte técnica do trabalho policial, a exemplo de pesquisa sobre policiamento comunitário e desenvolvimento de estratégias para controle da violência nos grandes centros urbanos. Dentro dessa perspectiva, está o desejo de uma maior eficiência das instituições policiais no cumprimento de suas funções institucionais. Fora dessa linha de trabalho, encontramos algumas pesquisas em número reduzido que tratam de aspectos mais variados do trabalho policial, seus agentes, suas relações institucionais e do cotidiano. Como exemplo desse modelo de pesquisa, podemos citar o trabalho de Lívio Sansone (2002), que trata da cultura corporativa e da cor na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Em Sergipe não é diferente. Esse fenômeno provocou uma quantidade considerável de monografias ou artigos de final de curso, produzidos em sua maioria por alunos concludentes dos mais variados cursos de formação mantidos pela PMSE, a exemplo do Curso de formação de oficiais (CFO), ou do Curso de aperfeiçoamento de oficiais (CAO), entre outros. Em tal período os trabalhos desenvolvidos também tiveram relação com aspectos técnicos voltados ao controle da violência, ou para implantação e gerenciamento de novas modalidades de policiamento, sendo a temática da filosofia de policiamento comunitário uma das mais estudadas e debatidas, como também a integração das polícias Civil e Militar, temática que figurou em pesquisas no âmbito nacional e que em Sergipe foi alvo de trabalho monográfico no mesmo período²⁴.

O aumento do nível de escolaridade, principalmente entre soldados e cabos provocou, a partir da década de 1990, o surgimento de um grande número de monografias nas universidades e faculdades locais, tendo como temática a polícia em seus mais variados aspectos, fruto de um maior acesso dos membros da corporação à educação superior e o interesse de muitos destes em estudar a própria polícia. Encontramos nessas pesquisas uma maior diversidade de temas abordados, a exemplo dos trabalhos: “Gestão estratégica do policiamento comunitário: o caso dos PAC’s na

²⁴ ROCHA, Aelson Resende. Possibilidade de unificação das Polícias estaduais sob a ótica dos policiais civis e militares, 2004.

cidade de Aracaju”, de Abigail Souza (2000)²⁵, que trata do tema da Polícia Comunitária sob o ponto de vista da administração estratégica, bem como do diagnóstico estratégico sob a ótica do policiamento comunitário. Mostra, por exemplo, a insatisfação que os componentes da Polícia Comunitária têm nos PAC’s com relação às suas estruturas físicas. Aborda também as distorções na estruturação logística dos PAC’s de acordo com as condições sócio-econômicas nas quais estão instalados e a má distribuição de equipamentos. “Polícia e Escola: um estudo de prevenção às drogas e a violência no ensino fundamental de Aracaju”, de Sérgio Bomfim da Costa (2004), um trabalho monográfico de final de curso em que, através de sua experiência pessoal como policial militar e membro do PROERD²⁶, faz uma radiografia de cunho sociológico sobre os impactos do programa de prevenção às drogas e à violência nas escolas de ensino fundamental de Aracaju, programa esse mantido pelas PMs nos demais Estados do País em conjunto com órgãos e secretarias responsáveis pela educação de crianças e adolescentes em cada respectiva unidade da federação. “A violência da Ordem: Polícia Militar e representações sociais sobre violência em Sergipe” de Marcos Santana de Souza (2008). Esta última dissertação, escrita por Souza (2008), pela originalidade do objeto em relação às demais citadas, inaugura uma nova perspectiva no tocante a temática abordada, com um estudo sobre as percepções de violência dos policiais com uma orientação direcionada aos aspectos sociológicos que envolvem o tema, o que torna este um trabalho diferenciado entre as pesquisas feitas até então, e sendo um dos poucos trabalhos dessa natureza em Sergipe dentro do campo policial.

Entretanto, como entender um quadro de tensão social no que se refere às relações raciais que envolvem e estão presentes permeando o dia a dia da PMSE, reflexo direto da composição de uma sociedade envolta por contrastes e diferenças sociais que vêm sendo alvo, nos últimos anos, de discussões acaloradas por parte de determinados setores e entidades que tentam viabilizar ações que possam diminuir ou amenizar o quadro de desigualdades no Brasil. De certa forma, tensões sociais com ênfases raciais já existentes são potencializadas por essa crescente discussão em todo País e, como não poderia deixar de ser, também na sociedade sergipana. A desigualdade racial e a possibilidade de correção ou diminuição das diferenças a partir de medidas

²⁵ Abigail Souza quando realizou sua pesquisa era soldado da Polícia Militar, sendo depois aprovada em concurso público para Polícia civil e conseqüentemente transferindo-se em seguida para a referida instituição.

²⁶ Programa educacional de resistência às drogas e à violência, mantido pelas Polícias Militares em todo país.

que possam promover um maior acesso à educação e inserção no mercado de trabalho, por parte dos negros, têm figurado entre os principais temas de pesquisa no Brasil.

A Polícia Militar de Sergipe, desde sua criação até a atualidade, foi sempre uma instituição marcada pela hierarquia militar e consequentemente por um discurso formal, pautado racionalmente ou não, por uma idéia de negação de identidades particulares e nesse caso específico, de uma identidade étnica racial. De fato, tal procedimento institucional já não é tão desconhecido, sendo objeto de estudo para autores em outros locais do País, a exemplo de Thales de Azevedo, na Bahia (1952), e Lívio Sansone no Rio de Janeiro (2002). É senso-comum no seio da Polícia Militar de Sergipe que sempre existiram diferenças raciais promovidas pelas relações interpessoais, e que estas sempre vêm à tona em momentos de desentendimentos pontuais. Há tempos, desde que entramos na PMSE, escutamos relatos e presenciamos acontecimentos ou fatos que demonstram tais questões. Daí vem nossa preocupação e interesse pela análise e compreensão dessas relações e das implicações destes fatos.

Falar da constituição de identidades dentro da Corporação ou em dado campo profissional é falar de algo que se concretiza situacionalmente e sempre em oposição ou em relação ao outro, como características daquilo que prepondera nas tensões sociais na PMSE ou em qualquer outra instituição policial. Apesar da negativa institucional, as relações diárias nos mostram o contrário. Acontecimentos a nós relatados e àqueles aos quais presenciamos são a mola propulsora desta pesquisa. Os acontecimentos, por mais insignificantes que sejam para alguns, estão sempre presentes entre os menos graduados e também no alto escalão, carregados e envolvidos por uma forte carga simbólica. Um dos relatos mais populares entre os policiais é o que fala da preferência de determinado coronel, que durante sua carreira buscava escolher a cor dos militares que trabalhariam na unidade a qual comandava, sendo notória a preferência por policiais de pele clara, e que na necessidade de transferir um policial de sua unidade, os de pele escura eram sempre escolhidos para serem enviados para outro lugar.

Tal procedimento provocava constrangimento entre os policiais das mais diversas graduações ou postos, sendo mais forte entre soldados, cabos e sargentos porque o referido oficial tentava sem sucesso a todo instante demonstrar o contrário, com frases do tipo “ele é pretinho assim mais é meu amigo”, entre outras. Há outro relato comum entre os policiais da Corporação, que fala de um coronel que foi maltratado por outro, e achando que tal atitude tinha a ver com sua aparência física ou

cor, teria respondido que não era “coroné”, pois havia se formado em curso superior, ao contrário de quem o ofendeu, em uma típica invocação de prestígio a partir de sua educação formal, a exemplo do que nos é apontado como uma das características de distinção ou diferenciação dentro da sociedade brasileira, encontrados nos trabalhos de Florestan Fernandes (1965) e de outros.

Lembramos que em certa ocasião, na década de 1990, em uma formatura para a recepção de uma autoridade, em que também estávamos presentes, um determinado capitão repreendeu um cabo argumentando que o mesmo estava em local errado na formação. A tropa não entendeu, pois sendo o cabo naquele momento o mais graduado na formação estaria o mesmo em local adequado, à frente da tropa. Mas, para espanto de todos, o superior ordena que o cabo entre na formação bem ao fundo, na retaguarda da tropa, ordenando que um soldado de pele clara tomasse o lugar do cabo no dispositivo, mesmo sendo tal procedimento um equívoco perante o regulamento. Naquele momento ficou a suspeita de que o motivo de tal mudança estaria na aparência fenotípica dos militares.

Em outro relato, um sargento conta sobre sua experiência desagradável quando foi transferido de uma determinada unidade comandada por um major já conhecido por suas atitudes inadequadas perante militares de cor escura. Evocando uma suposta imparcialidade, o major propõe um sorteio entre os sargentos para definir aquele que será transferido. De imediato são preenchidos papéis com, supostamente, os nomes de todos os sargentos da unidade e, em seguida, foi realizado o sorteio, sendo o sargento de pele mais escura o sorteado para ser transferido. Até este ponto nada estranho, se não fosse a curiosidade de um soldado que ao fazer a limpeza depois do expediente, verificou no lixeiro os papéis e descobriu que havia um único nome escrito em todos os papéis, justamente o daquele sargento apontado pelo major para transferência. Tal fato poderia representar outro tipo de perseguição ou interesse, se não fosse esse superior já conhecido por atitudes semelhantes com oficiais e praças negros. Também demonstra certa permissividade sobre este tipo de situação na instituição policial.

Para entendermos melhor tal perspectiva podemos fazer um paralelo com outra Polícia Militar, nesse caso a de São Paulo, onde no ano de 2005 ocorreram casos que foram expostos na mídia nacional e que trouxeram à tona de modo constrangedor problemas internos, no tocante a forma de pensar e lidar com as diferenças dentro da Corporação, e nesse caso específico, o que abrange as questões étnico raciais. Tudo teve

início quando um jovem dentista negro foi abordado por policiais militares em via pública na cidade de São Paulo, e ao tentar mostrar seus documentos de identificação foi atingido por disparos efetuados por um dos policiais, que alegou em seu relatório que pensava ser uma arma os documentos que o dentista tentara mostrar durante a abordagem. Segundo explicações desses mesmos policiais, o jovem teria sido alvo da desastrosa ação apenas por sua aparência e pelo fato de estar com um carro de luxo importado, sendo na ótica dos mesmos um possível ladrão de carros.

Este episódio exposto na mídia acabou provocando manifestações de repúdio à ação da polícia por parte de entidades negras e dos direitos humanos, que acusaram a Polícia Militar de São Paulo de discriminação. Para a Corporação paulista, o constrangimento foi um problema muito maior, pois se descobriu em seguida que o pai do dentista era também um policial militar e, portanto, colega de trabalho dos algozes de seu filho. Tal situação provocou uma atitude inusitada por parte do Comandante da PMESP, que foi à casa do sargento, pai do dentista, pedir desculpas pela morte de seu filho.

O fato também provocou uma série de discussões na sociedade a respeito de como as relações raciais eram tratadas pela polícia internamente e se tais procedimentos poderiam ter influenciado àquela ação ou outras ações semelhantes. Em um programa mantido pela PMESP à época, na Rede Vida de Televisão, um major ligado ao setor de formação da polícia expôs o pensamento institucional em uma notória resposta aos questionamentos da sociedade:

... Não é só a questão da cor, mas a nossa sociedade é preconceituosa com índio, asiático e etc... (major da PMESP em 10.11.2005, Rede Vida de Televisão).

Com esse tom a Corporação paulista tentou justificar-se com uma meia-culpa, fazendo um alerta no sentido de ser a polícia reflexo da sociedade que a critica e, portanto, estando nela a origem de suas contradições internas, continuando sua argumentação da seguinte forma:

... A Polícia Militar traz no currículo de formação dos policiais disciplinas que tratam da questão racial. Para a corporação o policial chega à polícia trazendo do meio familiar toda a socialização adquirida nos determinados grupos sociais a qual está inserido. A missão da Polícia Militar é instruir o policial no sentido de tratar todos como iguais... (major da PMESP em 10.11.2005, Rede Vida de Televisão).

Como foi exposto, o fenômeno dos trabalhos sobre polícia, com temas variados, espalhou-se por todo País, e São Paulo como centro irradiador de conhecimento não poderia ficar de fora das pesquisas. A fala do major apresentando a percepção institucional é bastante esclarecedora e demonstra uma postura da PMESP envolvida com ações voltadas para temática das relações raciais. Todavia, ainda perpassada pela idéia da uniformização e possibilidade de neutralização ou não formação das identidades (Sansone, 2002). Quando se fala em grupos sociais aos quais policiais estão inseridos e em seguida se faz uma argumentação para a idéia de tratamento igualitário do cidadão, entendemos ser esta socialização, modeladora de um ambiente corporativo que busca inconscientemente ou não, neutralizar a manifestação das diferenças.

A exemplo do que foi observado na argumentação do major de São Paulo, há na PMSE um discurso semelhante que questiona a pertinência ou não de se discutir a idéia de identidade étnica dos policiais, tendo em vista não enxergarem nesse tipo de discussão uma utilidade prática para o desempenho do trabalho diário da Corporação; sendo para policiais sergipanos a socialização do universo corporativo com seus códigos e regras, a construção simbólica de um padrão de tratamento igualitário para todos os cidadãos independente de sua cor e origem social. Entretanto, aparentemente este discurso deixa transparecer uma preocupação com a manifestação das diferenças e o perigo que essa possibilidade leva a tradicional manutenção da idéia de unidade do grupo, característica marcante das instituições militares. Sendo talvez esta mais uma barreira que dificulta o desenvolvimento de trabalhos sobre a questão nos organismos policiais em todo País.

Mas entendemos que na atual conjuntura social brasileira, continuar a relegar diferenças internas é não enxergar que os mais de 5000 policiais militares sergipanos são oriundos de uma sociedade heterogênea e marcada por contradições. Ao analisar as questões sociais internas da polícia, estamos, nesse momento de fecunda produção acadêmica sobre temática de segurança pública e das instituições que a compõem, dando um passo no sentido do reconhecimento das diferenças, não só como pertencentes à Corporação, mas como uma extensão da própria sociedade que através do Estado a criou, a moldou e a mantém como representação física do monopólio legítimo da força estatal (Weber, 1999).

1.4 Discursos sobre raça e relações raciais em Sergipe

Quando examinamos com profundidade a temática étnico-racial em Sergipe é interessante notar que apesar da ausência de trabalhos sobre tal tema ligados a atividade policial, encontramos uma infinidade de pesquisas que tratam da presença negra no Estado. É recorrente entre muitos sergipanos a idéia que teria sido Sergipe um lugar do Brasil onde a escravidão do africano teria, aos moldes do trabalho de Gilberto Freyre (2007), “Casa Grande & Senzala”, uma certa brandura no tratamento para com os cativos, por parte dos senhores de engenho que tratavam os escravos com maior humanidade que em outras partes do mundo. A força desse discurso permanece muito forte na atualidade, mesmo já existindo trabalhos que demonstram outras facetas da violência da escravidão²⁷. Em programa recente, de uma emissora de televisão local, um determinado médico e agricultor membro de uma família tradicional do Estado ao referir-se ao avô como senhor de engenho e de escravos, o reconheceu muito mais como um amigo dos empregados e escravos do que senhor dono de cativos²⁸. Mesmo analisando a condição de neto que tem boas recordações familiares, é de se perceber o discurso abrandado e direcionado à existência no passado de cordialidades entre senhores e escravizados. Mas como explicar a existência e persistência de tal discurso em Sergipe?

Apesar de particular, em relação aos demais Estados nordestinos, no caso de Sergipe, esse fenômeno assemelha-se à situação encontrada em outros Estados brasileiros, a exemplo de Santa Catarina. Mesmo considerando as características peculiares que marcam a colonização ou povoamento daquele Estado e dos demais da região sul do Brasil, encontramos aí um discurso pautado também na idéia de brandura das relações entre senhores e escravos ou, até mesmo, a negação da existência dessas relações. É com o trabalho de pesquisa de Ilka Boaventura Leite (1996) sobre o tema, em Santa Catarina, que podemos compreender o surgimento dos discursos sobre a brandura nas relações raciais e suas influências na constituição de uma interpretação hegemônica.

É bem verdade que não temos pretensão de realizar um trabalho com a mesma profundidade sobre a questão de um discurso das particularidades da escravidão

²⁷ MOTT, Luiz Roberto de Barros. Sergipe Dey Rey: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundesc, 1986.

²⁸ Programa “Terra Serigy” apresentado pela TV Sergipe em dezembro de 2009.

no Estado, mas entendemos ser o estudo dessa pesquisadora uma orientação ou ponto balizador para uma reflexão sobre o uso da categoria étnico-racial em Sergipe, bem como, principalmente sobre as origens do discurso sobre a brandura da escravatura e das relações raciais nesse Estado. Assim como para o caso catarinense, nos parece que há uma rica produção intelectual que trata da figura do negro em Sergipe desde os primórdios da sua colonização até a contemporaneidade, procurando identificar as particularidades da escravidão no Estado. Dentro desse contexto, podemos citar autores como Sílvio Romero, Felisbelo Freire, Felte Bezerra, Luiz Mott, Ariosvaldo Figueiredo, Beatriz Góis Dantas, entre outros, que abordaram os mais variados temas, desde trabalhos que tratam da economia e contingente populacional, durante o período colonial e império, como é o caso do estudo de Luiz Mott (1986), passando por obras que tratam da formação e origem da população, a exemplo da obra de Felte Bezerra (1952), como também estudos sobre religiões de origem africana e suas influências, exemplo da obra de Beatriz Dantas (1988).

Apesar da diferença de abordagem dos autores sobre o negro em Sergipe, e levando em conta os contextos históricos em que foram produzidos os diversos trabalhos, tentamos traçar uma panorâmica da visão que se formou sobre o negro, a escravidão e as relações raciais em Sergipe. Um dos pioneiros a lançar um olhar para condição do negro é Sílvio Romero, que a partir da observação do cenário nacional, no tocante à miscigenação, construiu sua argumentação em favor da possibilidade de um branqueamento da população brasileira pela introdução de imigrantes europeus, como forma de solucionar ou eliminar de maneira gradual o contingente negro do País. Na verdade, a obra de Sílvio Romero tem muito mais um caráter de visão macro do suposto “problema nacional” das populações de cor, do que um olhar restrito da condição do negro em Sergipe, apesar do autor ter nascido em Lagarto e ser considerado uma das referências nacionais sobre o assunto no final do século XIX, é também uma referência de grande monta como intelectual sergipano.

É de entendimento de alguns estudiosos da temática étnico-racial que, já no período colonial, Sergipe era um local diferenciado no tocante as condições de vida do escravo. Algo que dizem ser recorrente em documentos e no discurso dos senhores de engenho. É Felte Bezerra (1952), no livro *Etnias Sergipanas*, que vem reforçar ou consolidar esse pensamento durante um determinado período. Este autor constrói parte de sua argumentação respaldado em citações da obra de D. Marcos Antonio de Souza (1944), que trata dos aspectos econômicos, geográficos e populacionais de Sergipe no

período colonial. A partir dessas citações o autor procura demonstrar as boas relações e condições de vida dos escravos sergipanos em relação a outras regiões da colônia a exemplo da Bahia, sendo essa situação particular, a comprovação, para ele, da boa interação entre negros e brancos em todo percurso histórico de formação da população sergipana.

Em uma análise profunda do contexto em que esteve inserido o trabalho de Bezerra (1952) e suas influências, entendemos ser sua concepção ligada principalmente ao ideal de branqueamento presente nos estudos de Sílvio Romero, bem como assentado nas idéias de Gilberto Freyre (1933), que duas décadas antes havia publicado “Casa Grande & Senzala”, tornando-se à época referência para entender a sociedade brasileira em suas complexas relações, sendo ponto de partida para a idéia de democracia racial no Brasil. Sendo assim, o texto de Bezerra (1952) é também marcado por uma forte referência a Freyre (1933), seja em crítica moderada ao autor ou por tomá-lo como ponto de referência para explicar as boas relações de brancos e negros em Sergipe. Ou seja, o autor relaciona o discurso recorrente na história sergipana, que seria de tratamento mais humano para com os escravos, às conclusões culturalistas de Freyre (1933). Reproduz argumentos que defendem a existência de uma raça social, ou seja, de que se existe algum tipo de discriminação dentro da sociedade, esta é por conta da classe social do indivíduo e não por sua origem étnica. Idéia chave do pensamento de Freyre (1933) e evidenciada entre os intelectuais brasileiros. Ao discutir a natureza das relações raciais ressalta a possibilidade de mobilidade social e ascensão a partir de comprovada competência e mérito intelectual do negro, argumento que se torna recorrente também no período como fruto da produção intelectual nacional.

As argumentações de Bezerra (1952) acabam por consolidar um discurso recorrente entre a intelectualidade sergipana. O seu livro funciona como uma espécie de comprovação daquilo que há muitas gerações povoava o ideário sobre a formação étnica do “Povo Sergipano”. Esta perspectiva terá fôlego de uma década aproximadamente, até que surjam as primeiras contestações em meados dos anos 70 do século XX.

Em uma perspectiva de refutação da idéia de relações harmoniosas entre senhores e escravos, Ariosvaldo Figueiredo (1977) publicou sua pesquisa demonstrando o lado da violência dessas relações étnicas, contrariando o argumento das relações amenas em Sergipe. Nessa mesma direção Luiz Mott (1986) também busca desconstruir a idéia das relações brandas entre senhores e escravos na história colonial sergipana, baseado em seu trabalho de pesquisa sobre a população, economia e sociedade

sergipana do período colonial e imperial. Seu trabalho trata inicialmente dos censos demográficos em Sergipe desde meados de 1802, fazendo também uma relação com as realidades no restante do Brasil à época.

Mott (1986) apresenta as relações de brancos e negros como conflituosas, ao contrário do que se afirmava sobre a condição escrava em Sergipe. Ao argumentar sobre o tratamento dado ao negro em Sergipe colonial citando Felte Bezerra (1952) e sua tese de tratamento brando aos cativos e da natureza harmoniosa das relações entre os senhores e os escravos. O autor refuta tal argumentação por entender que faltou em Bezerra (1952) uma fonte mais precisa para validar tal afirmação. Sendo ele, devido à quantidade elevada de revoltas documentadas por autoridades da época, os conflitos eram inúmeros. Porém, esse autor trabalha com duas categorias para as populações de cor, argumentando que em seu entendimento “pardos e pretos” não formavam um grupo étnico naquele contexto, aos moldes dos conceitos trabalhados por Barth (1997). Apesar de dizer que em momentos críticos haveria certa unidade situacional entre eles, pois ambos eram vistos como perigosos pelas elites, sendo agregados na definição social como “pessoas de cor”.

O estudo realizado por Luiz Mott (1986) é um contraponto ao pensamento intelectual sobre a condição do negro em dado momento histórico da província de Sergipe, mas que vem desmistificar argumentos que eram aceitos até então como absolutos. Todavia, apesar do processo de contestação, sobrevive na prática o ideário do tratamento brando ao negro na história sergipana, coexistindo ainda na atualidade ambos os pensamentos. Uma visão do abrandamento como singularidade e uma visão dos conflitos em generalidade.

II CAPÍTULO

2 RELAÇÕES RACIAIS E A HIERARQUIA INSTITUCIONAL

2.1 A idéia de igualdade e as organizações militares

As organizações militares como as conhecemos na atualidade surgem como uma das características marcantes da modernidade. Segundo Giddens (1991), essa existência só é possível pelo fato de ser a sociedade moderna fomentadora da hierarquização nos diversos setores da vida social, reflexo da perda dos valores tradicionais e consequente aparecimento de uma nova ordem marcada pela divisão social do trabalho, como não se tinha conhecido antes na história ocidental. Isso se dá particularmente pelo fortalecimento do Estado Moderno que viabiliza a criação de instituições com o objetivo de exercer maior controle e presença do Estado junto à sociedade, possibilitando uma contínua idéia de ordenamento. As instituições policiais militarizadas como as conhecemos no mundo, remontam a este período embrionário quando a revolução industrial põe em curso uma nova era de desenvolvimento econômico e o consequente crescimento dos aglomerados urbanos na Europa e, logo depois, nos Estados Unidos da América.

Mas apesar da forte hierarquização dentro dessas instituições, há um aspecto que deve ser ressaltado: a idéia de pertencimento a um grupo com seus próprios códigos de conduta e regulamentos, muito mais bem definidos e severos em relação aos que vigoram dentro das sociedades que mantêm essas organizações. Esse ponto é importante quando falamos de corporações que em sua maioria baseiam-se em uma forte separação, exercida com barreiras fixas entre os mais variados graus. Mais que em uma relação de dentro para fora, ou seja, quando em relação aos demais membros da sociedade (nós/eles), traz a tona um discurso pautado por uma referência ao grupo homogêneo por sua característica de submissão às regras e códigos de conduta, que teoricamente valem para qualquer membro da organização militar, dos mais graduados aos menos graduados. Mesmo que as práticas rotineiras demonstrem diferenças na obediência às regras e na aplicação de punições àqueles que fazem parte dos escalões de comando e são responsáveis pela gestão dessas instituições militarizadas.

Quando discutimos este aspecto direcionando para a idéia de igualdade, ressaltando o pertencimento ao grupo em detrimento da concepção interna constituída em torno da hierarquia, talvez seja essa uma das chaves que possibilitam entender a militarização nos países socialistas, como a representação de força, unidade e homogeneidade da nação. Os princípios da igualdade que tanto são pregados pelas teorias socialistas não sofrem abalo diante da hierarquia das organizações militares, pois são estes resguardados pela possibilidade de todos poderem lutar pela idéia de uma nação, independente do gênero ou origem étnica. Mas o fato é que seja nos países socialistas ou em democracias capitalistas essas relações não são tão perfeitas; a unidade do grupo muitas vezes foi colocada “em cheque” em países como os Estados Unidos da América, onde as forças armadas durante muito tempo segregaram os negros, dificultando sua entrada e ascensão hierárquica dentro das corporações. Na atualidade, tanto as forças armadas dos Estados Unidos da América como as de outros países, a exemplo do Brasil, passam a imagem de um local onde se preservam a igualdade e homogeneidade do grupo em sua composição.

Quando direcionamos o olhar para a situação brasileira, e particularmente a Polícia Militar de Sergipe, nos vem de imediato o questionamento sobre as relações dessa instituição com a reprodução e perpetuação desses valores universalistas que formam o sustentáculo ou a base de um discurso formal de homogeneidade, mesmo sendo a Corporação formada de um contingente social e étnico diversificado. Nesse caso, a negação da identidade étnico-racial ou sua invisibilidade diante do olhar institucional, construído em função do discurso de unidade corporativa, de forma aparentemente racional, tenta inibir as possíveis tentativas de invocação de determinadas categorias que possam tornar viável a formação de uma identidade étnico-racial.

Diante de uma instituição formalista como a PMSE, certas características nos permitem desenvolver uma análise aprofundada e bastante razoável do ponto de vista institucional. Compreendemos que tal aspecto dessa Corporação não tem formas palpáveis, nem tão pouco se encontra publicado em editais. Nosso trabalho de pesquisa recai nesse quesito sobre algo que inegavelmente está internalizado, povoa e perpassa todos os ambientes de trabalho diuturnamente no pensamento dos policiais e que tomam forma como uma espécie de cultura corporativa ou discurso institucional. Mas não se trata aqui da análise de artifícios ou subterfúgios assimilados no decorrer dos anos de exercício profissional, aos quais alguns oficiais da Polícia costumam referir-se como

“subcultura” da tropa. Neste capítulo, nossa análise lançou de forma intencional e objetiva um olhar direcionado para um discurso específico e extremamente massificador, que está presente em todos os âmbitos da PMSE, desde a fala oficial do comandante da milícia, passando por todos os demais setores administrativos, até chegar ao serviço diário, transpondo todas as esferas funcionais. A visão que foi objeto de nosso interesse ou observação analítica está presente nas falas dos policiais militares, mesmo que corriqueiras e aparentemente desinteressadas.

Instituição tradicionalmente estratificada, a Polícia Militar de Sergipe é dividida em círculos formados por praças e oficiais que compartilham e são influenciados por uma visão formal e corporativa, que poderíamos também chamar de discurso institucional. É o poder desse discurso que fomenta a resistência às mudanças, principalmente as desencadeadas nos últimos anos pelo novo Estado democrático brasileiro, no tocante a garantias institucionais dos cidadãos e consequentemente dos próprios policiais, como já foi mostrado. Questões políticas, como a integração das polícias Civil e Militar (Rocha, 2004), por exemplo, sofrem resistência interna, apesar de algumas opiniões favoráveis. Dentro desse universo, o discurso formal da Corporação tenta passar a idéia de que é possível trabalhar em conjunto com a Polícia Civil, mas nunca poderia acontecer uma fusão ou integração total das instituições. São questões como essas que demonstram como é difícil a concretização de mudanças nas estruturas, havendo na maioria das vezes apenas uma flexibilização do discurso como instrumento de adaptação a novas realidades.

Essas características institucionais de adaptação permitem a manutenção de uma visão voltada para unidade, e consequente submersão ou tentativa de anulação das singularidades, sejam elas étnicas ou não, conforme nosso entendimento e análise da estrutura que sustenta o conjunto de regras corporativas dessa secular milícia.

Apesar desse discurso formal de homogeneidade, os membros da PMSE experimentam condições de trabalho muito diferentes. As praças estão mais expostas aos perigos da profissão e, consequentemente, tem muito mais probabilidade de figurar nas estatísticas referentes aos policiais mortos no exercício profissional, ou nos chamados “bicos”, que são aquelas atividades desenvolvidas em dias de folga do serviço, que muitos policiais militares exercem paralelamente para aumentar sua renda mensal, mesmo configurando tal atividade ilegal perante as normas institucionais. As condições de trabalho dos sargentos, cabos e soldados são geralmente bem inferiores às ofertadas aos oficiais, principalmente em relação às escalas de serviço, no tocante à

carga horária semanal, que na PMSE não existe legalmente, mas que na prática acaba fazendo os soldados, cabos e sargentos trabalharem em demasiado e os oficiais muito pouco. Esta situação ocorre independente da cor do policial, ou seja, se for um oficial negro gozará dos privilégios destinados aos demais oficiais, e se for um soldado branco trabalhará em demasiado como qualquer soldado negro.

Os dormitórios para soldados e cabos são bem inferiores em relação ao dos oficiais. Em alguns casos, alimentação é também diferenciada. Esta situação é sustentada pelos rígidos códigos e normas militares que regem a vida da Corporação e que atribuem aos oficiais uma condição privilegiada, como chefes e gestores da Instituição e, portanto, detentores de benefícios e vantagens que os demais integrantes da PMSE não possuem. Tal característica é um fenômeno recorrente entre empregados de alto escalão do serviço público brasileiro em geral, e no caso das Polícias Militares quase que uma unanimidade em todo o País. Há oficiais que ao encerrarem suas carreiras podem contar com a possibilidade de acumular seu salário com a renda proveniente de nomeações políticas, a exemplo daqueles que exerceram o cargo de Comandante-Geral e Chefe do Gabinete Militar, entre outros²⁹.

QUADRO 02: Efetivo da PMSE - 2006

QUADRO	CARGO	QUANTIDADE	
		ABSOLUTA	PERCENTUAL (%)
Oficiais	Coronel	26	0,49
	Tenente-Coronel	40	0,75
	Major	27	0,50
	Capitão	82	1,53
	1º Tenente	72	1,35
	2º Tenente	80	1,50
SUBTOTAL		327	6,12
Praças	Aspirante	21	0,39
	Aluno Oficial	23	0,43
	Subtenente	117	2,19
	1º Sargento	185	3,46
	2º Sargento	201	3,76
	3º Sargento	544	10,17
	Cabo	1521	28,42
	Soldado	2412	45,06
SUBTOTAL		5024	93,88
TOTAL		5351	100

Fonte: Centro de Processamento de Dados/Sistema de Controle de Pessoal – Set/2006.

É nesse ambiente de aparente separação, que mais se assemelha a uma divisão de classes bem definida, que sobrevive de forma surpreendente o discurso de

²⁹ Ver em anexos: relação com nomes do comandante e ex-comandantes da PMSE.

igualdade na Instituição. Esse ambiente de divisão e ao mesmo tempo de homogeneidade dentro da PMSE está relacionado com uma cultura corporativa para a qual contribuem todos os setores dessa secular milícia, desde o aparato administrativo do Quartel do Comando Geral em Aracaju ao mais longínquo Destacamento Policial Militar (DPM) do interior do Estado, e que é entendida ou interpretada de maneiras diferentes, conforme a posição hierárquica ou lugar de fala dos indivíduos. Para visão oficial da PMSE, todos são iguais, apesar das divisões provocadas pela hierarquia. A Corporação é apresentada como um instrumento para a reivindicação de melhores condições de trabalho e melhorias salariais devido ao tamanho de seu efetivo e a importância de sua missão constitucional como parte do aparelho do Estado, e acredita-se que a democracia pode combinar-se com a hierarquia militar, ou seja, que o Regulamento Disciplinar do Exército é compatível com a função policial no novo Estado democrático brasileiro, sendo perfeitamente conciliáveis quando há acima de tudo profissionalismo. Nesse caso, essas idéias sobre a igualdade militar, quando questionadas minuciosamente, trazem à tona os discursos há muito questionados na sociedade brasileira sobre o tema da democracia racial, ou mito da democracia racial, que envolve ou circunda a sociedade como parte e elemento integrante de sua constituição. Todavia, a igualdade racial pode ser vista dentro de uma perspectiva diferente, dependendo da posição hierárquica de quem fala, conforme analisou Sansone no Rio de Janeiro (2002), nesse caso indo de encontro ao discurso oficial.

2.2 O discurso corporativo

Para a visão oficial, tanto os policiais negros quanto os demais policiais são pessoas privilegiadas por pertencerem à PMSE. No discurso institucional, encontramos uma confrontação da vida profissional na Corporação com as dificuldades e percalços pelos quais passam os militares dentro da sociedade na condição de cidadãos comuns; há uma valorização da Polícia Militar como sendo uma das poucas instituições em que os brasileiros negros sentem-se iguais aos demais cidadãos.

Os mecanismos capazes de proporcionar a ascensão hierárquica na PMSE são considerados justos e de conhecimento de todos dentro da Corporação. Segundo os argumentos institucionais da Polícia Militar de Sergipe, o negro ou quaisquer outros, serão promovidos e progredirão se forem disciplinados, se cumprirem corretamente as ordens e rituais em vigor na PMSE, incorporando integralmente sua cultura

corporativista, a ponto desta não ter que lhe ser imposta nem ensinada, pois passa a fazer parte de sua vida, sendo assimilada pelo policial em sua experiência cotidiana. Essa idéia é reforçada pelo discurso do comandante atual e de comandantes anteriores que enaltecem a transparência do sistema de promoção da Instituição, que garante a ascensão na carreira do policial, seja ele praça ou oficial, através de regras estabelecidas em lei³⁰ e que são conhecidas desde o primeiro momento que o policial entra na corporação e que em momento algum deixam de ser cumpridas.

A representação formal da Corporação, parte na maioria das vezes, de uma argumentação voltada para o reforço dos valores universalistas em detrimento das diferenças, - a reprodução involuntária do discurso oficial se dá de maneira inconsciente e internalizada. Há, no discurso institucional, de certo modo, um contraponto da polícia com o ambiente externo à milícia, escorado em critérios universais. O discurso institucional incorporado pelos policiais negros e pelos demais tenta, de certa maneira, passar a noção de que independente de cor, raça, gênero, classe social ou posição na escala hierárquica, todos formam uma só Corporação a serviço da sociedade, ou seja, para o cidadão na ótica da PMSE o que vale é a solução dos problemas cotidianos de segurança, não sendo importante para a instituição as características físicas ou origem étnica dos seus integrantes. Até que ponto esta visão não reforça interpretações distorcidas do cumprimento da lei no serviço diário, já que o discurso institucional deixa transparecer uma nítida relação com a sociedade baseada em clara oposição nós/eles? Como se relaciona a questão da diferença de cor com esse contexto hierárquico?

Com essa visão de dentro para fora, os policiais militares ao reproduzirem o discurso institucional procurarão legitimá-lo de forma inconsciente, enfatizando a existência de algo essencialmente diferente na vida dentro da Corporação ou, por assim dizer, na vida sobre suas diretrizes e regras. Não há muita diferença no tratamento dado por esta milícia a policiais negros e não-negros. Mas observamos que os policiais ligados por maior tempo às atividades de maior risco, como as de “radiopatrulhamento”, por exemplo, tendem a reproduzir em suas argumentações a idéia de homogeneidade corporativa de maneira mais contundente, reproduzindo a idéia de que entre os membros da PMSE não existe cor, estando todos na mesma situação extrema e,

³⁰ Decreto nº 3874 de 15 de dezembro de 1977 que regula a promoção de oficiais, Lei de promoção de praças nº 4378 de 29 de maio de 2001, alterada pela Lei nº 6013 de 30 de outubro de 2006.

portanto, tendo que confiar uns nos outros. Visualizamos nesse discurso, de certa maneira, uma invocação ou celebração da igualdade racial diante dos perigos da profissão, mesmo que sendo invariavelmente a reprodução do discurso formal da PMSE. Mas como funciona este discurso fora do ambiente de perigo? Todavia, ainda sob o controle da hierarquia e consequentemente dentro do ambiente e regras institucionais, será que, como prega a visão de unidade corporativa, todos os policiais militares sergipanos têm realmente a mesma cor?

A insistência na idéia de democracia racial diante dos “perigos da profissão” significa, para PMSE, portanto, fomentar uma certa forma de sociabilidade na qual o princípio basilar mantêm-se sustentado por relações de intimidade, apesar da forte hierarquia institucional. Neste aspecto, há uma reprodução da tradição que muitos afirmam impregnar a sociedade, advinda da idéia recorrente de que a iniciativa de colonização do Brasil teria sido entregue a particulares, residindo aí à singularidade do modelo ibérico marcado pelos vínculos pessoais que tornam fluidas as delimitações entre esferas públicas e privadas. A exposição dos policiais ao perigo diário, possibilita a aproximação e surgimento de vínculos pessoais entre superior e subordinado, apesar da separação sustentada pela hierarquia institucional. Os vínculos pessoais provocam uma quebra de barreiras apoiada em aspectos de cordialidade nos mesmos moldes encontrados na sociedade o que pode fomentar a possibilidade de vantagens pessoais futuras a partir dessas relações.

Não foram poucos os pensadores que atentaram para essa questão. Sérgio Buarque de Holanda, em 1936, chamava a atenção para um traço definido da cultura brasileira, conhecido por meio da expressão “o homem cordial”. “Raízes do Brasil” trazia um alerta ao apego irrestrito aos valores da personalidade numa terra onde o liberalismo impessoal teria se caracterizado apenas como um mal entendido (Holanda, 1969:119). É nesse sentido que se podem traçar paralelos, por exemplo, com a expressão “dialética da malandragem”, elaborada em trabalho de Antonio Cândido (1970/1993). Por meio da figura do bufão, e tendo como base o romance de Manuel Antonio de Almeida, Cândido alcança uma estrutura específica, uma certa dialética da ordem e da desordem na qual tudo seria lícito e ilícito, sério, verdadeiro e falso. Também Roberto DaMatta (1981) retomou essa complicada relação entre esferas públicas e privadas de poder, mostrando a existência de uma sociedade dual, na qual conviveriam duas formas de conceber o mundo. Um mundo de indivíduos sujeitos à lei

e outros de pessoas para as quais os códigos seriam apenas formulações distantes e destituídas de sentido.

Sem ter a pretensão de enveredarmos profundamente sobre tal discussão, já que essa é apenas uma das faces da questão, é possível dizer que no Brasil esse sempre foi um tema muito discutido. Em uma sociedade marcada pela desigualdade e pelos privilégios, a raça/cor fez e faz parte de um ideal pautado por duas atitudes paralelas e simétricas: a exclusão social e a assimilação cultural. Apesar de grande parte da população permanecer desprovida de cidadania, a convivência racial é, paradoxalmente, inflacionada sob o signo da cultura e reconhecido como ícone nacional. É ainda forte e corre de forma paralela, portanto, a interpretação culturalista dos anos de 1930, que transformou a miscigenação em nosso símbolo maior. No entanto, se a mistura de grupos e culturas foi, nos termos de Gilberto Freyre, sinal de amolecimento, significou, também, o enrijecimento do sistema de dominação que passa a ser reproduzido no âmbito da intimidade. Nesse sentido, é na evidenciação do mito que talvez esteja uma das pistas para a recuperação da especificidade desse racismo brasileiro, que já não se esconde na imagem indelével da democracia racial, mas mantém a incógnita de sua reiteração constante. Se, por um lado, o mito deixou de ser oficial, e perdeu seu estatuto científico, por outro lado ganhou o senso comum e uma série de outras possibilidades ou versões.

O discurso institucional deixa transparecer uma condição de ambigüidade, pois transmite a idéia de que o policial não tem cor quando dentro da Corporação, e que sua função é servir à sociedade e, ao mesmo tempo, aponta de forma contrária para a possibilidade de só entender a Corporação aquele que faz parte dela; sendo a sociedade colocada também em uma situação de oposição como um ser doente que precisa de uma cura. Entretanto, a PMSE não é uma Corporação indiferente à cor como a princípio nos parece. A cor está presente nas fichas e formulários, no policiamento diário e no seu vocabulário específico. Nas mais variadas situações, como ao fazer relatórios por escrito, o policial é solicitado a descrever a cor de uma vítima ou de um suspeito. Teoricamente, isso deveria ser feito de acordo com o código formal de classificação racial no Brasil, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que divide a população brasileira em cinco grupos de cor/raça (branco, pardo, preto, amarelo e índio), como já dissemos. Na realidade, ao redigirem seus relatórios, muitos policiais acabam usando mais termos designativos da cor do que apenas os cinco oficiais. Todavia, ao preencher os formulários, provavelmente são influenciados pela grande

quantidade de termos que as pessoas da sociedade brasileira possuem para designar o próprio fenótipo ou o de terceiros (Munanga, 2008).

Essa situação está ligada a um hábito cultural brasileiro que é ao mesmo tempo complexo e relativizante, no momento de denominar a cor ou a raça, e que leva uma mesma pessoa a ser definida como tendo cores diferentes, em diferentes contextos. Os policiais também são influenciados pelo fato de estarem habituados a outro sistema classificatório, mais antigo - o dos formulários que todos têm que preencher ao ingressar na Corporação. Esses formulários, concebidos há mais de cinquenta anos, usam uma outra classificação racial, que reflete a grande influência de Cesare Lombroso, criminalista italiano que serviu de referência com seus estudos para os sistemas policial e judiciário do Brasil, bem como de outros países da América Latina desde fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial (Sansone, 2002). Pelo modelo de Lombroso, os formulários são preenchidos por um policial entrevistador em contraste com a indagação sobre a cor no qual se baseia o sistema de autoclassificação, além de conterem informações relativas às dimensões corporais e ao tamanho dos pés e da cabeça, incluem dados sobre o tipo e cor do cabelo e sobre a cor dos olhos. A cor da pele oferece cinco possibilidades, que vão do muito escuro (preto) ao muito claro (branco), com três grupos intermediários de mestiços (moreno, pardo claro e pardo escuro). Tais formulários vêm sendo substituídos gradualmente na atualidade por outros um pouco mais simplificados, e pelo preenchimento da ficha de identificação pelo próprio policial no momento de sua entrada na Instituição³¹.

Dentro da Corporação, afirmam todos, que o racismo não existe ou é apenas ocasional, decorrente de algumas poucas situações no seu seio. Que a mesma seria intrinsecamente anti-racista por centrar-se numa hierarquia militar e em patamares de carreira que são indiferentes à cor. O discurso oficial passa a noção de que o fato de ser negro para o policial representa, no entendimento corporativo, uma motivação a mais para estudar e trabalhar com afinco e dedicação, no intuito de obter sucesso profissional. Esse discurso formal é enquadrado de acordo com as regras corporativas e também da sociedade como um todo, tendo como referência a mobilidade social e o aprimoramento educacional geral, no qual os brasileiros negros têm que mostrar, realmente, que são tão bons e tão inteligentes quanto os demais cidadãos. Perspectiva ou faceta da sociedade brasileira já há muito discutido em trabalhos como os Florestan

³¹ Vide os anexos.

Fernandes (1965) relacionados à temática. A PMSE tenta transmitir a imagem de uma Corporação hierarquizada, mas aberta e até potencialmente multicultural, na qual a mobilidade depende do esforço de cada um e a cor não é uma influência considerável no resultado da trajetória social dos indivíduos.

De modo geral, falar em racismo dentro da PMSE tem sido menos embaraçoso. Há uma mudança nas gerações mais novas em decorrência do padrão educacional atualmente exigido para o ingresso na Polícia Militar, e da realidade democrática em contraste com a formação recebida durante a ditadura (1964-1985), o que aconteceu com parte da geração mais velha de PMs. Essa mudança na nova geração também reflete uma tendência mais geral: há uma década, aproximadamente, segundo Sansone (2002), a maioria dos estudos e pesquisas de opinião demonstrava que quase todas as pessoas negavam a existência de racismo no Brasil, de modo que, atualmente, começa-se a aceitar a constatação de que ele existe. Isso é confirmado segundo este autor pelos trabalhos mais recentes que tratam sobre atitudes raciais no Brasil. É interessante notar que fazendo uma relação com outras corporações e instituições, a PMSE tenta minimizar ou coibir as formas declaradas de racismo em suas fileiras, pois a sua hierarquia e sua cultura corporativista não combinam facilmente com políticas ou atitudes influenciadas pela afirmação de diferenças de cor.

A igualdade, baseada na idéia de um modelo caracterizado por critérios universalistas, possibilitou dentro de condições das mais variadas possíveis, uma certa mobilidade social ascendente aos afro-brasileiros em várias carreiras no funcionalismo público, como no Exército e nas Forças Policiais. Na Polícia Militar do Estado de Sergipe isto acontece dentro de uma rigorosa hierarquia militar com direitos e deveres bem definidos. Nesse caso, ascensão social e profissional pela via da carreira militar em Sergipe tem um custo elevado: a possibilidade de formação de uma personalidade autoritária do policial em conjunto com a elaboração de uma severa distinção nós/eles, que se traduz em tolerância para com regras rígidas e arbitrárias da Corporação, e a intolerância para com os demais cidadãos fora da Instituição, a exemplo do que foi analisado por Sansone (2002) no Rio de Janeiro.

A PMSE não é uma caixa fechada como a primeira mão nos parece, em que todas as regras estão previamente arranjadas como em um jogo de “dados viciados”; na verdade é também reflexo da sociedade, e nesse caso específico, como um espelho ela reflete certas tendências gerais, presentes em nosso cotidiano e que às vezes não percebemos ou demoramos a compreender também em suas especificidades.

Entendemos que, embora a visão institucional não seja cega para a cor, a PMSE é formalmente uma milícia na qual a raça/cor é absorvida por outros fatores em que classe, *status* ou posição hierárquica, aparentemente em seu discurso tem mais importância, sendo à primeira vista um lugar que tende a dificultar a formação de uma identidade étnica negra. Mas a depender de determinado contexto, a Polícia Militar de Sergipe se constitui em um lugar no qual as identidades negras têm condições de emergir a partir da reunião de fatores favoráveis e de determinadas características submersas na idéia de homogeneidade institucional e, portanto, tendendo a serem acionadas no cotidiano das relações dos indivíduos situacionalmente e que analisaremos no próximo capítulo.

2.3 A construção dos estereótipos

Mesmo não sendo a espinha dorsal desta pesquisa, o tema violência acaba em alguns momentos perpassando os diálogos dos policiais, às vezes como uma reflexão espontânea de seus encontros com a população em meio à execução do serviço rotineiro, ou simplesmente, pela exposição de suas percepções sobre o tema violência em meio a questionamentos frequentes de movimentos sociais e entidades ligadas aos direitos humanos que buscam respostas para ações policiais que consideram fora dos parâmetros legais. Dentro dessa ótica corporativa permanente de oposição da Instituição frente à sociedade, em certo momento, assistimos a um debate sobre o tema da violência policial em uma organização não governamental. Em meio a discussões acaloradas uma pergunta feita por um ativista do movimento negro nos chamou a atenção: “... o que ensinam aos policiais negros em seu treinamento que os fazem não reconhecer ou se identificar com os negros que são alvos de sua violência e maus tratos, nas comunidades carentes em todo lugar do Brasil...?” (Militante do movimento negro em Sergipe, 05 de julho de 2009).

Foi a reflexão sobre os aspectos que norteiam esta pergunta, principalmente do caráter de não formação das identidades que às vezes o discurso corporativo deixa transparecer, é que surgiu a possibilidade de construção desse tópico a partir de uma análise da formação dos estereótipos que estão presentes no cotidiano do policial sergipano, seja ele negro ou não, e a influência nesse processo do discurso corporativo para sua consolidação e permanência na atualidade.

Muito tem se falado sobre a violência policial no Brasil, como um dos males resultantes de todo período obscuro que representou a Ditadura Militar (1964 – 1985) para o país. Virou quase um consenso na sociedade a idéia de que práticas, no trabalho policial, de tortura e de desrespeitos a direitos constitucionais, principalmente dos cidadãos pertencentes às classes menos favorecidas economicamente, ou indesejadas (brancos pobres, negros e mestiços) é algo fruto dos resquícios de uma política de segurança nacional voltada para o combate de um suposto inimigo interno ou externo. Entidades de defesa dos direitos humanos que ganharam notoriedade pós-ditadura pela luta contra a manutenção desse tipo de prática, estabelecem uma conexão entre o modelo de repressão e tratamento desumano dado aos presos políticos no regime militar recente e a perpetuação no Brasil atual de uma violência policial ou conjunto de práticas à margem da lei, em Delegacias de Polícia civil ou mesmo no serviço ostensivo diário executado pela PM.

Entidades do movimento negro e defensores dos direitos humanos, e porque não dizer a sociedade de modo geral, tentam já há algum tempo discutir e entender as motivações ou fatores que possibilitam a existência e manutenção de um modelo informal de repressão e violência contra as classes indesejadas, e que englobam em seu seio uma esmagadora maioria de mestiços e negros, sendo esta camada da população brasileira e nesse caso específico da população sergipana, o alvo costumeiro dessas práticas ilegais de abuso e tortura, entre outras. Carlos Nobre (2010) reconhece a possibilidade de conexão das práticas brutais do regime militar e a violência policial na atualidade, em parte, pois em sua ótica os Governos militares apenas potencializaram ou deram visibilidade através de suas ações a um modelo de repressão policial baseado na tortura que sempre esteve presente no decorrer da história brasileira. E nesse ponto, a verdade é que teriam os militares estendido velhas práticas usadas até então em desfavor das classes indesejadas ou menos favorecidas economicamente, contra estudantes universitários oriundos da classe média intelectualizada do país, e que naquele momento formavam a principal oposição a seu regime, provocando um choque na sociedade que até este momento histórico não enxergava ou reconhecia os maus tratos impostos a brancos pobres, negros e mestiços nas periferias das cidades e rincões do País.

Para Nobre (2010), antes de a violência policial ser um resquício da Ditadura Militar, configura-se em seu entendimento na perpetuação de algo construído desde os primórdios da formação do Brasil, perpassado por um legado escravista baseado na submissão do negro através de inúmeras formas de tortura e maus tratos que

viabilizava sua coesão pela força. O combate à violência policial por entidades ligadas aos direitos humanos e movimento negro, como fruto ou reflexo de um determinado momento histórico da sociedade brasileira, aparentemente visualiza apenas um recorte proveniente de um dado momento histórico para tentar compreender velhas práticas, e de certo modo negligenciando, ou não querendo enxergar toda uma construção histórica baseada na violência e tortura, que não se remonta apenas ao período do regime militar. Nesse caso, o quadro de violência atual, antes de ser um resquício, é muito mais o retorno as origens no que tange ao uso da violência na repressão dos negros e pobres nas periferias das cidades brasileiras, sendo a ênfase na luta pelos direitos humanos uma espécie de contra ponto a possibilidade dessa violência policial se voltar novamente como no período da Ditadura Militar contra a classe média intelectualizada do País.

Dentro dessa conjuntura e tentativa de entendimento de tal fenômeno e sua perpetuação, surgem questionamentos sobre o porquê da reprodução entre os policiais, desses aspectos e expedientes ilegais, quando levamos em consideração a formação e treinamento do profissional de segurança pública no novo Estado brasileiro pós-redemocratização. A Polícia Militar de Sergipe não está imune a este processo, como órgão de segurança pública sofre também com uso, por parte de seus membros, de velhas práticas no decorrer do serviço diário que, muitas vezes, acabam por provocar questionamentos na sociedade sobre a legitimidade de suas ações na manutenção ou preservação da ordem. Como já foi mencionado, o fim do regime militar no país é quase que um retorno ao que antes do Golpe militar era corriqueiro no submundo do trabalho policial em relação ao uso da violência contra os menos favorecidos ou pobres, já que durante o regime militar a classe média também foi alvo, mas com o fim da ditadura, as práticas de violência policial contra este último grupo diminuíram drasticamente. Tal aspecto de separação na sociedade daqueles que podem sofrer violência ou não, tendo como critério sua classe social e condição étnica, só é possível existir através de uma concepção internalizada pelo policial militar sergipano e brasileiro, via a manutenção de sua cultura corporativa baseada na idéia de unidade já mencionada.

Isso é explicado pela construção dos estereótipos e reforça a idéia de uma relação de contraposição da Corporação com a sociedade ou relação entre nós e eles. É certo que como foi enfatizado no capítulo anterior em uma fala de um oficial da PMESP, os policiais militares recém incorporados, seja em São Paulo, Sergipe ou qualquer outra unidade da federação, trazem consigo as mais variadas socializações, que fatalmente o convívio corporativo tenta aos poucos moldar. Antes da existência de

qualquer cartilha ou conjunto de normas que norteiam o procedimento do policial no serviço diário, o policial militar sergipano constrói seu agir profissional de forma intuitiva ou inconsciente, tendo como base o discurso informal corporativo e suas experiências como cidadão comum. Em uma sociedade marcada por uma idéia de democracia racial e ao mesmo tempo por um conjunto de códigos e valores que acabam depreciando e tornando negativo o ser negro, torna possível uma vez dentro da corporação, o incremento desses valores negativos na formulação de um código de conduta informal.

A idéia de construção da imagem do possível suspeito ou possível criminoso perturbador da ordem, alvo freqüente de abordagens desastrosas e carregadas de violência policial tem seu nascimento possivelmente neste caldeirão formado pela idéia de unidade corporativa em conjunto com a socialização anterior dos policiais, e que acaba na maioria das vezes por se personificar na figura do cidadão negro pertencente às classes menos favorecidas economicamente. Sendo esta uma construção inconsciente do policial, seja ele negro ou não, aquilo que também o afasta de uma identificação com essa camada da população, mesmo sendo o próprio policial em sua maioria, oriundo dessa mesma camada.

Entidades do movimento negro e dos direitos humanos em Sergipe e em todo País, questionam a utilização dos mais variados estereótipos por parte dos policiais como fruto de uma orientação para o trabalho diário e ostensivo através de cartilhas, que teve início no regime militar e que ainda atualmente deixa sua marca na “sub-cultura” dos policiais em desfavor do cidadão negro e pobre. De fato, se observarmos a história recente de algumas Polícias Militares do Brasil, encontraremos cartilhas que foram muito usadas principalmente durante os governos militares e em outros casos também no final dos anos de 1980 e começo dos anos de 1990 como nos informa Nobre (2010). Todavia tal fenômeno foi pontual localizado em sua maioria nas Polícias Militares de Estados do Sul e Sudeste como: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, entre outros, porém não sendo o caso específico de Sergipe onde não verificamos a publicação ou adoção desse tipo de cartilha ou manual, entretanto como já foi mencionado, há uma reprodução de práticas e valores pelos policiais militares sergipanos que muito se assemelham as práticas existentes nas demais Polícias Militares do País e que em algum momento de sua história possuiu este tipo de manual.

A discussão sobre a construção dos estereótipos e comportamento do policial negro nas comunidades periféricas dos centros urbanos e sua não identificação

étnica com grupo de origem é talvez a grande interrogação das entidades que estão ligadas ao movimento negro e muitas vezes há um entendimento que tal comportamento só teria explicação pela sobrevivência no inconsciente de aspectos da influência desses antigos manuais de trabalho, mas como explicar este fenômeno na PMSE, onde não existiram tais cartilhas e manuais. Em nosso entendimento essa existência se justificaria não por resquícios de uma política de trabalho anterior, mas por uma reprodução de aspectos preponderantes dentro da sociedade como um todo que definem uma escala de valores e um conjunto de códigos simbólicos e suas nuances (Fernandes, 1965), que acabam por atribuir ao negro por sua cor e condição social um valor menor dentro desta complexa sociedade, sendo potencializado e adaptado pelo discurso corporativo de unidade do grupo, onde todos os policiais têm a mesma cor, “a cor da farda que vestem”.

O que realmente nos parece é que a violência do policial militar sergipano negro ou não e os estereótipos e características que viabilizam sua existência estão muito mais ancorados em uma tradição de tortura e maus tratos para com o escravo e seus decentes, que vem desde o período colonial, do que à idéia de uma instituição policial fechada, que em um determinado momento reproduziu aspectos de uma política ligada a uma doutrina de segurança nacional. Apesar de não haver um consenso entre aqueles que discutem o assunto no País, entendemos ser, pelo menos em Sergipe, esse fenômeno explicado por uma composição de fatores internos do inconsciente corporativo (o discurso de unidade), e fatores externos a PMSE (visão da sociedade em relação ao negro e os menos favorecidos economicamente).

III CAPÍTULO

3 MOBILIDADES SOCIAIS E RETÓRICAS DE COR NA PMSE

3.1 A cor e o grau hierárquico

Na América Latina, e especialmente no Brasil, há uma associação muito intensa entre classe e raça/cor, ou seja, a percepção da raça/cor de uma pessoa além de se basear nas suas características fenotípicas é também muito influenciada pela sua posição socioeconômica, o que Silva (1994) denomina de raça social. Esse fenômeno, certamente, interfere no processo classificatório seja ele resultante de uma autoclassificação ou não. Essa influência foi observada ainda por vários estudiosos³² ao constatarem que as pessoas de melhor nível socioeconômico tendem a assumir uma cor mais clara em suas formas de autoclassificação. É o que mostrou Silva (1994), com base nos dados de um estudo em que os indivíduos tanto se classificaram como foram classificados quanto a sua cor, constatando-se uma discrepância entre a autoclassificação e a cor atribuída pelo classificador em função do nível socioeconômico dos indivíduos. Ou seja, os que divergiram da classificação do entrevistador na direção do embranquecimento eram os de melhor nível socioeconômico e, ao contrário, os que divergiram na direção do escurecimento eram de nível socioeconômico mais baixo.

A interferência do fator socioeconômico também leva as pessoas a mudarem suas percepções sobre a cor na medida em que melhoram de vida. Wood (1991), trata dessa questão ao mencionar a melhoria dos níveis de renda, de educação, e mobilidade ascensional ocorrida no Brasil nas últimas décadas. A partir desses fatos e com base na hipótese de que o dinheiro embranquece, pondera que o grande número de pessoas que se identificaram como pretas no passado, posteriormente se redefiniram como pardas, mencionando também uma tendência semelhante de os pardos reclassificarem-se como brancos. Nesse sentido, seu estudo sobre a estabilidade da auto-classificação, utilizando técnicas que permitem estimar a proporção de pessoas que migraram de uma categoria

³² SANSONE, Lívio. Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões). Estudos Afro-asiáticos 23. Rio de Janeiro, 1992.

WOOD, Charles H. Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil. Belo Horizonte: UFMG/CEPEPUR, 1991.

racial para outra, mostra que aproximadamente 38% do número total de homens e mulheres nas faixas etárias entre 14 a 29 anos, que na época do censo de 1950 se classificaram como pretos, reclassificaram-se como pardos à época do censo de 1980. Os resultados também sugerem que uma pequena proporção de brancos se reclassificou como “pardos”, resultado que pode estar indicando uma atenuação do estigma social ligado à denominação de “pardo”.

Silva (1994), também chama atenção para a interferência da percepção do classificador em função do nível socioeconômico de quem está sendo classificado. De um modo geral, dada uma certa combinação fenotípica, quanto melhor a posição socioeconômica do indivíduo no momento da classificação, mais próxima do branco será a categoria utilizada para classificá-lo. Nesse sentido, se pode conjecturar que a percepção que um classificador terá de uma pessoa não branca, mal vestida, poderá ser diferente da sua percepção de uma pessoa com mesmo tom de pele, mas bem vestida, considerada bem apessoada. Mas como já observara Silva (1994), há um limite para a interferência da posição de classe, que tenderia a ocorrer entre indivíduos não muito distantes racialmente.

A Polícia Militar de Sergipe nesse aspecto reúne semelhante nível de influências de natureza social sobre a classificação étnico-racial. Há que se considerar o peso do grau hierárquico no processo de classificação e, nesse sentido, por suas características históricas, esta Corporação possibilita dentro de uma estrutura organizacional rígida, aparentemente condições para uma mobilidade ascensional e consequente melhoria do nível socioeconômico de seus membros, que se dá formalmente por critérios que valorizam o mérito intelectual, não existindo aparentemente obstáculos ou pré-requisitos que possam inviabilizar a ascensão do indivíduo por causa de sua condição étnico-racial ou por sua cor. Entretanto, ao analisar o quadro de coronéis da PMSE, no ano de 2006, cargo que se constitui no último posto da carreira profissional dos policiais, constatamos que apesar de critérios teoricamente bem demarcados e claros para a ascensão na instituição e a possível mobilidade social, encontramos discrepâncias entre o percentual de negros e pardos existentes na Corporação e o percentual de negros e pardos que eram coronéis nesse período.

QUADRO 03: Representação percentual da Raça/Cor do contingente da PMSE.

RAÇA/COR	PERCENTUAL
Branco	10%
Preto	13%
Pardo	69%
Amarelo	07%
Índio	01%
TOTAL	100%

Fonte: Centro de Processamento de dados Sistema de Controle de Pessoal – Fev/2009.

Observamos que mesmo com os brancos representando cerca de 10% da Corporação, conforme o quadro 03 acima, eles compunham 42,3% de todos os coronéis em atividade na Instituição, sendo os pardos e negros 57,7% de um universo formado por 26 coronéis à época. Partindo desses números iniciais, poderíamos deduzir que no universo corporativo existem barreiras informais sobre o critério raça/cor que não seriam tão visíveis nas relações e normas institucionais. Entretanto, mesmo levando em conta essa particularidade, podemos afirmar que realmente há indícios muito claros de que a ascensão ocorre também entre os policiais militares negros dentro da PMSE. Todavia, fatores extra-corporação acabam por influenciar essa possível ascensão. A condição socioeconômica e a escolaridade tendem a funcionar como importante balizador para uma mudança ou ascensão na Instituição, e nesse aspecto a PMSE acaba por reproduzir os mesmos mecanismos que são preponderantes para a mobilidade social e ascensão do negro dentro da sociedade. Mas até que ponto essa mesma mudança ascensional dentro da Polícia Militar de Sergipe não provoca em meio às relações sociais um rearranjo na classificação de raça/cor dos policiais, que se processa a partir das relações destes com seus subordinados, pares e superiores hierárquicos, com tendência a configurar-se em uma espécie de mobilidade social em parte consciente e em parte involuntária para aqueles policiais que acabam sofrendo esse processo.

Um grande percentual dos policiais militares de Sergipe que se assumem como negros e pardos na faixa etária entre 10 a 25 anos de profissão tendem, quando perguntados sobre a cor de um superior hierárquico, responder de forma a clareá-lo. Uma das explicações para esse fenômeno do "embranquecimento" repousa a exemplo do entendimento de Silva (1994), em fatores sociais que influenciam de forma decisiva o processo de classificação. As respostas dadas pelos policiais em relação à raça/cor dos superiores hierárquicos possibilitam a formação de um quadro discrepante quando confrontado com os dados oficiais de raça/cor da Instituição, o fenômeno estudado por

Silva (1994) na sociedade processa-se na PMSE de forma significativa quando comparamos os dados obtidos através das perguntas abertas realizadas aos policiais militares e o percentual de raça/cor dos dados oficiais do centro de processamento de dados pessoais da PMSE, no quadro acima.

O clareamento é notado pelo aumento acentuado no percentual de policiais Brancos em 13%; elevando de 10% no quadro 03, para 23% os policiais brancos da Corporação no quadro 04. Como também a diminuição significativa dos pardos e amarelos, e em menor proporção a redução no percentual de pretos, mostrando um rearranjo de cores já mencionado, através da condição do policial na escala hierárquica institucional.

QUADRO 04: Representação percentual da Raça/Cor do contingente da PMSE.

RAÇA/COR	PERCENTUAL
Branco	23%
Preto	12%
Pardo	61%
Amarelo	03%
Índio	01%
TOTAL	100%

Fonte: Dados obtidos através do resultado de pesquisa realizada junto ao efetivo da PMSE – Dez/2009.

Por sua vez, a socialização, no contexto corporativo, mostra que policiais mais jovens, com menos de 10 anos na Corporação e em sua maioria com ensino superior, são mais atentos à discriminação e não só procuram conscientizar os colegas, como procuram fornecer-lhes referências que suavizem e os ajude a lidar com problemas decorrentes das relações raciais, não sendo notado, por exemplo, o fenômeno do embranquecimento do superior hierárquico de maneira significativa nessa faixa etária, durante a pesquisa.

O tempo de serviço, por si só, não é um fator determinante e nem tão pouco o tipo de vivência e influência a que o indivíduo esteve exposto no decorrer da sua existência. Durante a pesquisa, notamos que os policiais militares que têm maior vivência em contexto urbano, certa estabilidade econômica e certa escolaridade, são aqueles que enfrentam com maior serenidade e firmeza situações discriminatórias vividas no ambiente corporativo, como também demonstram ter noção de como agir

nessas situações. Analisando as respostas dos policiais militares de Sergipe sobre sua raça/cor, percebe-se que embora os policiais negros ou não negros confirmem algumas falas do discurso institucional, referente à igualdade, tendem a se contradizer quando se referem às humilhações e ao tratamento a que estão sujeitos; a maior parte deles não acredita ser sua cor o fator preponderante para a existência de determinadas situações discriminatórias no ambiente de trabalho da Corporação. De qualquer modo, grande parte dos depoimentos dos policiais revela que assumir-se enquanto negro é um processo que se constrói, na maioria das vezes, em contextos senão francamente discriminatórios, pelo menos, desfavoráveis ao negro. Como consequência, há os que adotam comportamentos exemplares, procurando construir uma imagem para si diferente daquela que a sociedade tem dos negros em geral; outros, entretanto, reagem agressivamente, o que às vezes pode lhes custar à desistência ou o adiamento de certos projetos. São em circunstâncias como essas, que a visão em relação ao outro, seja ele negro ou não, se forma entre a boa imagem do ser negro e a imagem negativa, construída pelo policial.

Outro ponto que se sobressai nos depoimentos é que a postura da Instituição perante o policial parece exercer um papel importante na atitude que os policiais negros irão adotar nesse processo. A Corporação trata o policial de certa maneira que os conduz a ocultar a condição de negro ou de sua identidade étnica. Há policiais que ainda nessa situação conseguem construir uma boa imagem do ser negro. Muito embora também haja policiais que nessas circunstâncias não conseguem construir uma boa imagem para sua condição de negro e, conseqüentemente, o policial estará mais propenso a construir uma visão com tendência ao clareamento daqueles que estão acima dele na escala hierárquica ou em outra situação social. Isto pode ser observado por diferentes posturas de oficiais e praças dentro da PMSE no tocante a discussão sobre raça/cor, já que é possível encontrar policiais engajados nos discursos de entidades do movimento negro, e em contra partida oficiais e praças que acham totalmente dispensável este tipo de discussão, defendendo que todos possuem dentro da Corporação a mesma cor: “a da farda”; em uma perfeita reprodução da idéia de unidade do grupo e submissão das diferenças.

De qualquer maneira, o que se pode perceber através desses exemplos é que a identidade racial do indivíduo e, conseqüentemente, a cor que ele se atribui ou lhe é atribuída, não são estáticas - variam em função da situação econômico-social e de uma série de contingências. Esse fato foi muito evidenciado numa pesquisa realizada por

Lívio Sansone (1992) em duas áreas da região metropolitana de Salvador, em que ele demonstra a mudança de identidade entre a geração jovem em comparação com os seus pais, em decorrência da crise ocupacional que atingiu a região à época. Em suas palavras, “a complexa relação entre a nova descoberta da negritude entre os jovens das classes baixas e o relativo fechamento dos canais de ascensão social através do trabalho, que havia sido utilizado pelos seus pais.” (Sansone, 1992, p.73). Destacamos que este pesquisador observou que a terminologia da cor usada pelas pessoas, especialmente as negras, para se autoclassificarem e classificarem o outro é muito fluida. Ela pode mudar com a faixa etária, o contexto espacial, temporal e social: o nível educacional, a renda, o nível de contato com o branco. Assim, uma pessoa negra pode se definir, ou ser definida, de diferentes maneiras: como parda na certidão de nascimento, preta no censo do IBGE e morena, morena escura ou negra na vida privada. Na Polícia Militar de Sergipe não é diferente, o policial pode ser enquadrado em diferentes categorias de raça/cor pela própria Polícia, ou pelos colegas de trabalho, sejam eles subordinados, pares ou superiores. Relações de amizade, muitas vezes, levam os policiais a usarem termos que eles consideram mais positivos para classificar o outro. Usa-se “moreno” ao invés de “preto”, por exemplo. Muitos tendem a branquear os parceiros de serviço, como foi notado. Mas se o termo “negro” é evitado para designar os parceiros de trabalho mais próximos, isso não ocorre no que se refere a subordinados e pares distantes, e que não possuem com aquele que classifica relações cotidianas de trabalho, não havendo preocupação em usar termos como os que seriam considerados de conotação positiva para designar a cor de outro policial.

Policiais brancos mostraram uma tendência mais significativa em relação à consistência na sua identificação com o termo. Em geral, o indivíduo é branco na certidão de nascimento, na classificação do IBGE e em quase todos os contextos. Mas entrevistamos alguns policiais brancos que ao serem perguntados sobre sua cor, respondem: pardo, amarelo ou outro termo diferente de branco. Porém, quando fizemos a mesma pergunta utilizando as categorias do IBGE usadas na Corporação, os mesmos se autoclassificam como brancos.

Ao discutir sobre os problemas subjacentes à classificação da cor, não queremos invalidar os dados censitários oficiais utilizados pela Corporação, mas mostrar as ambiguidades provenientes do conjunto de relações sociais que se formam a partir da mobilidade ascensional dos policiais e, em particular, dos policiais negros dessa instituição, em contraponto às características da sociedade brasileira. A despeito

das ambiguidades dentro da PMSE, na classificação de cor influenciada pelo grau hierárquico, esse estudo observou que mesmo tendo os policiais militares sergipanos origens sociais que podem ser semelhantes, as relações de poder se dão guiadas pelo nível econômico-social, escolaridade e etc, que na Polícia Militar se traduz na importância e no poder que representa os mais variados graus hierárquicos existentes na Corporação. Nesse quesito, uma parcela dos policiais não se diferenciam da sociedade em geral, pois independente da classificação oficial da instituição, que é fixa em toda sua carreira, a classificação subjacente se processa de forma situacional e principalmente influenciada por promoções e condições de poder que estas possam proporcionar ao policial negro ou a qualquer outro, durante suas vidas na corporação.

Outro fato que sugere essa ambiguidade do sistema classificatório dentro da PMSE é a constatação de que não se tem uma forte correlação entre as respostas obtidas em perguntas fechadas feitas aos nossos entrevistados e as obtidas em perguntas abertas, também feitas a esses mesmos policiais. Ou seja, 38% dos indivíduos que se classificaram de um jeito na pergunta aberta se classificaram de forma diferente na pergunta fechada, e isso é um dos indícios das possibilidades que podem ocorrer quando um cabo classifica a cor de um soldado e quando esse mesmo cabo classifica a cor de um capitão ou de um coronel.

QUADRO 05: Nível de instrução em relação com o grau hierárquico

QUADRO	CARGO	QUANTIDADE	% DE MILITARES QUE POSSUEM NÍVEL SUPERIOR	% DE MILITARES QUE NÃO POSSUEM NÍVEL SUPERIOR
OFICIAIS	Coronel	26	87,5%	12,5%
	Tenente-Coronel	40		
	Major	27		
	Capitão	82		
	1º Tenente	72		
	2º Tenente	80		
PRAÇAS	Aspirante	21	30,43%	69,57%
	Aluno Oficial	23		
	Subtenente	117		
	1º Sargento	185		
	2º Sargento	201		
	3º Sargento	544		
	Cabo	1521		
	Soldado	2412		

Fonte: Centro de processamento de dados – Sistema de Controle de Pessoal – Set/2006

Em nossa pesquisa, pedimos aos policiais entrevistados para indicarem a sua cor e, num segundo momento, para que se autoclassificassem em uma das cinco opções de cor utilizadas pelo IBGE e que são referência para Corporação. Os resultados mostraram que há uma diferença na maneira como os policiais se autoclassificaram. Quando havia as opções de categorias foi maior a porcentagem dos que se autoclassificaram como brancos e pretos do que quando não tinham as opções. Os dados do estudo também mostraram que os que se identificaram como “morenos” na situação de livre escolha pareceram igualmente propensos a se reclassificarem como brancos, pretos e pardos, pois apenas 37,4% dos que se auto-identificaram como morenos na escolha livre, o fizeram como pardos quando lhes foi oferecida as cinco opções em que se constava esta categoria. Esta observação, no nosso entender, sugere de maneira indicativa que entre os policiais apontados como brancos pelos dados oficiais da Corporação, incluem-se uma alta proporção de policiais que se consideram como não brancos; e que a categoria preta inclui uma alta proporção de pessoas que nem sempre se consideram pretas.

A pergunta que se coloca é quem são “os brancos” e “os não brancos”, uma vez que o estudo mostrou que entre os brancos há muitos não brancos e entre os não brancos há muitos brancos. Por outro lado, dada a tendência de os indivíduos de melhor nível socioeconômico na sociedade se classificarem como brancos; pode-se inferir que os policiais que se classificam como morenos, e que em seguida se classificam como brancos mesmo quando as opções incluem a categoria parda, são aqueles de melhor nível socioeconômico ou àqueles que ascenderam através de promoções na escala hierárquica, e quando se autoclassificam o fazem não de maneira fixa, mas sempre de forma situacional.

Nesse sentido, para nossa pesquisa, a mobilidade dos policiais negros se traduz na existência de duas ou mais formas de classificação dentro da Corporação, coexistindo no cotidiano do policial militar sergipano. Wood (1991), com base em seus estudos, sugere uma tendência dos pretos e pardos com mobilidade ascensional se reclassificarem nas categorias mais claras, e chama a atenção para um viés que pode ocorrer ao longo do tempo nas medidas variáveis como renda e nível educacional entre os pretos, uma vez que os mais destituídos são os que permanecem nesta categoria. E no caso da Polícia Militar de Sergipe, aqueles que não ultrapassaram a barreira que delimita o quadro das praças e dos oficiais, ou seja, aqueles que não atingiram o posto

de tenente e seguem adiante, podem ser comparados aos mais destituídos, apesar de inconscientemente estarem envolvidos nas relações e participarem do processo de reclassificação subjacente; enquanto que aqueles que atingem o quadro de oficiais e progridem na carreira e chegam a coronel, tendem a participar ou sofrer o processo de reclassificação subjacente de forma mais efetiva e, às vezes, também de maneira involuntária.

Como se observa, as questões subjacentes ao processo de classificação da raça/cor na PMSE são complexas e exigirão ainda muitas pesquisas para serem devidamente dimensionadas. Não se sabe ao certo a influência no processo de classificação dos policiais da geração com menos de dez anos de Corporação, já que há uma diferença marcante entre estes e os demais, pela formação escolar e o contexto sócio-político vivenciado nos últimos anos, envolvido fortemente no debate sobre políticas de afirmação identitárias e direitos humanos. Porém eles não foram alvo de nossa pesquisa em uma amostra separada, tendo em vista os problemas aqui levantados e analisados sobre a determinação da cor e a questão envolvendo a hierarquia na PMSE em geral.

Nesse sentido, o processo de classificação dos policiais mais jovens, em parte, dependerá e muito da sua faixa etária, do seu grau de consciência e envolvimento com as questões raciais, da maneira como eles próprios lidam com sua identidade racial e, ainda, da sua própria trajetória de vida e experiência que se configuram na sua escolaridade e inserção no sistema produtivo. Como observamos, a pesquisa sugere que os policiais negros mais jovens estão mais atentos aos problemas que poderão enfrentar na Corporação em função de sua condição racial. Os negros com nível de escolaridade elevado, vivência no meio urbano e certa estabilidade econômica ou que são participantes do movimento negro, embora conscientes da força da ideologia do branqueamento, tentam anular a sua influência. Assim, há que se considerar até que ponto essas vivências influenciam a maneira como esses policiais classificam seus colegas de trabalho é algo a ser estudado, porém há fortes indícios de que elas exercem certo grau de influência; até que ponto, também, essas classificações vão ser confirmadas pelo indivíduo no decorrer da sua existência e carreira é outra questão que tem que ser levada em conta em uma futura análise do efetivo da PMSE.

Aspectos do processo de classificação da cor dos policiais e a tendência ao branqueamento como influência do grau hierárquico mostra as ambiguidades e questões pendentes no processo classificatório dentro do cotidiano da PMSE. Ao discorrer sobre

estas questões esperamos ter demonstrado a complexidade que lhe é subjacente, bem como ter contribuído para o entendimento e tradução dos aspectos que representam a idéia de raça/cor em Sergipe e em certa propriedade, porque não afirmar, sua complexidade no Brasil.

3.2 Retóricas de cor na PMSE

Os policiais militares sergipanos recorrem a vários discursos sobre raça e cor, que personificam uma visão retórica diferente em relação à identidade de raça e de cor. A princípio, demonstraremos a existência de um estilo cotidiano com o qual os membros da Polícia Militar de Sergipe descrevem suas próprias características físicas, bem como as de outros policiais de suas relações cotidianas. Em seguida, destacamos um modo pragmático de discurso cotidiano por meio do qual as pessoas manipulam conscientemente os termos sobre raça/cor. E, finalmente, exploramos o que Robin Sheriff (2002) chama de “estilo racial de discurso”, que não ressalta nem a cor nem a aparência, mas um ponto de vista bipolar de identidade racial.

Há muito os brasileiros se identificam e se descrevem utilizando uma infinidade de variações sutis para definir a cor da pele, textura do cabelo e os traços faciais (PNAD, 1976)³³. Termos como “preto”, “mulato”, “sará”, “branco” e “moreno” podem ser utilizados para descrever a aparência ou fenótipo dos indivíduos. A cor dos que não são considerados ou não se consideram nem pretos nem brancos pode ser descrita como “morena”, “morena escura”, “morena clara”, além de uma infinidade de outros termos menos populares. Os indivíduos considerados mais escuros podem ser descritos como “pretos”, “negros”, “escuros” e etc. As pessoas mais claras podem ser descritas como “brancas”, “amarelas” ou “galegas”. O cabelo é descrito com termos como “crespo”, “ruim”, “duro”, “cacheado”, “liso” ou “bom”. Os traços são descritos como “grossos”, “chatos”, “finos” e “bem feitos”. Os policiais militares sergipanos conhecem um número imenso de termos para descrever a cor de alguém em suas relações cotidianas, mas apenas um pequeno número desses termos são usados com frequência. Algumas vezes, em diálogos com outros colegas, um policial pode ser descrito como aquele escuro, aquele preto, aquele moreno ou aquele de cabelo cacheado. Com a mesma frequência, o policial é descrito por meio de comparações, em

³³ PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio que foi realizada pelo IBGE em 1976.

expressões como “ele é um pouco mais escuro que eu”, na maioria das vezes em situações em que o policial presta uma informação, a exemplo do que foi analisado por Sheriff (2002) em seu trabalho.

Utilizados dessa forma, esses termos, como enfatizou Sheriff (2002), não categorizam nem classificam. Designam, antes de tudo, o que se considera como características físicas mais ou menos singulares de um indivíduo. Em outras palavras, são usados de maneira essencialmente adjetiva e não substantiva. Em outros termos, essas palavras contêm associações raciais, mas não passariam conscientemente uma noção concreta de identidade racial. Entretanto, transmitem, como ressaltou a referida autora, uma descrição provisória de aparência. O que ela denomina de discurso de descrição não é diferente de outras maneiras não-raciais de descrever um indivíduo como baixo, alto, gordo, magro e etc. Esses termos podem estar englobados em um conjunto de hierarquias culturais de valor, mas, muitas vezes, temos a intenção de usar essas palavras como observadores neutros, em geral, com a intenção de utilizá-las para passar uma informação de modo direto ou objetivo.

Entretanto, por mais que tentemos, parece que nunca conseguiremos nos desvencilhar do conjunto de sentidos culturais dos termos que utilizamos. Nesses mais de quinze anos em que estamos na Corporação ouvimos e participamos de uma imensidão de conversas cotidianas e, durante o período em que nos dedicamos exclusivamente à pesquisa, sempre que necessário solicitamos aos entrevistados que dissessem claramente qual o significado dos termos relativos à raça/cor que usavam no dia a dia de suas relações. O mais simples questionamento do que significa esta ou aquela expressão mal compreendida, muitas vezes dava margem a uma descrição de traços físicos, mas com a mesma frequência, a exemplo do trabalho de Sheriff (2002), suscitava argumentos nos quais os policiais falavam sobre as maneiras como interpretam, usam e manipulam o vocabulário sobre raça. Alguns termos relativos à raça/cor utilizados no cotidiano da corporação são considerados depreciativos ou pejorativos. Muitos entrevistados, ao comentar diretamente essa questão, ressaltaram que dependia muito do jeito como se fala e a situação em que o termo é evocado. Assim, ficou claro que o significado de uma determinada palavra não é totalmente definido por uma dimensão semântico-referencial, mas pode ser estrategicamente manipulado nas conversas e nas intenções subjacentes.

Em nossa pesquisa na PMSE, compreendemos que os policiais quando se reportam sobre a maneira de falar estão estabelecendo uma diferenciação entre o que

eles entendem como sua cor e a que os outros policiais atribuem como sua cor. Os entrevistados apontaram para um universo pragmático do discurso. O humor aparente em seus comentários não só demarcavam uma consciência da função não-referencial de termos que usavam, como também assinalaram uma postura sarcástica em relação às convenções discursivas. Como nos disse um determinado sargento com aproximadamente vinte anos de serviço: “Neguinho é uma maneira de tratar uma pessoa que se tem amizade com camaradagem, e demonstrar afeto ou carinho”. Entendemos ser esta uma definição de trabalho do universo pragmático dos termos relativos à raça/cor. Quando os policiais militares sergipanos ressaltam este universo, não se referem de maneira neutra, objetiva ou meramente informativa à cor de uma pessoa ou de outro policial, mas escolhem entre uma variedade de termos com a intenção de tratar uma pessoa de uma determinada forma. Esse universo é pragmático, pois constrói o contexto no qual se concretiza ou acontece.

Para esclarecer ainda mais o que queremos dizer, é preciso observar o exemplo dado por Sheriff (2002) sobre a utilização dos termos “senhor” e “você” no Brasil, que se encaixa claramente nesse universo ou dimensão pragmática. Os dois termos se referem a um interlocutor, mas quando se usa “senhor” queremos comunicar uma postura respeitosa ou distante em relação ao interlocutor, ao passo que ao usar “você” comunicamos uma postura familiar. Assim sendo, esses termos demarcam a posição relativa dos participantes em uma conversa. Ao escolher um desses dois termos, demarcamos, construímos ativamente os termos de nossa relação com o interlocutor e vice-versa.

Quando conseguimos compreender os dois ou mais aspectos da força dos termos relativos à raça/cor e entendemos também o significado dessas duas formas diferentes de discurso, percebemos que o termo mais lembrado do conjunto de palavras que na ótica dos policiais definem raça/cor é o termo “negro”, e outros termos a ele estreitamente relacionados que personificam e articulam muito das associações que definem os significados raciais e de cor. Todavia, é possível que muitas das formas de discurso girem em torno de tentativas de evitar ou dominar, de apropriar-se ou reapropriar-se do poder profundo e difuso dessa palavra (Sheriff, 2002).

Partindo desse ponto, podemos demonstrar de certa maneira como o termo negro é usado em um discurso racista na Polícia Militar de Sergipe, já que na maioria das vezes no discurso cotidiano, essa palavra é utilizada em contextos abstratos de comentário social e em situações envolvendo brincadeiras. Por exemplo, costuma-se

ouvir comentários depreciativos que incorporam aspectos de um discurso racista ligado a uma suposta condição de inferioridade e de débito do negro para com o restante da sociedade: “Todo negro mim deve um conto e por isso não tem condições de falar de ninguém”. Em outro pólo pode-se observar o uso do termo “negro” em uma situação de brincadeira no cotidiano do serviço, invocando camaradagem, amizade e proximidade social: “Pense num neguinho gente boa, ele é minha corrente é não pode sofrer no serviço de jeito nenhum”.

Ao definir o termo “negro”, muitos policiais militares se referem muito mais às qualidades morais negativas e dimensões indiciais associadas ao termo, do que a cor propriamente dita. Disseram-nos que o termo “negro” é usado para humilhar ou para criticar as pessoas. Também nos informaram que a palavra é preconceituosa e geralmente é usada por pessoas racistas. O termo “negro” também é associado de forma sinônima ao termo preto. Como nos disse em uma determinada ocasião um capitão com vinte e três anos de serviço: “A palavra preto, se dita de determinada maneira, também pode ser ofensiva, mas geralmente causa menos repulsa do que negro”. Quando então solicitamos que definisse os termos relativos à raça/cor que havia citado em nossa entrevista para classificar a cor de outros policiais, o capitão argumentou que:

“... Se deve evitar chamar o outro de negro, pois eu mesmo não gostaria caso fosse chamado dessa forma, mesmo tendo consciência de que é essa minha cor, a não ser quando chamado de forma amigável por meus amigos mais próximos em determinadas situações...”. (Capitão, 45 anos de idade, 23 anos de serviço, ensino superior completo).

Mas em seus comentários o capitão aponta não só para “negro” e “preto” como as únicas palavras que ofendem. Há outras palavras, tais como: “crioulo”, “macaco”, entre outras, quando também associadas pejorativamente e que às vezes são utilizadas por alguns policiais em determinados momentos com uma imensidão de combinações e variações.

Esses termos também são utilizados com certa frequência em situações lúdicas. Um bom exemplo ocorre quando o policial quer ressaltar as habilidades de um colega na execução do serviço, ao transpor obstáculos para efetuar uma prisão, usando expressões do tipo: “Você parece um macaco! Não sei como consegue saltar muros tão altos”. Todavia, é necessário notar que o sentido nesse caso está num tipo determinado de inversão. Por um lado o uso dessas palavras têm humor, precisamente porque sugere uma espécie de transgressão social. Entretanto, sua utilização, “na brincadeira”, é

aceitável porque ao cometer o que normalmente seria interpretado como uma transgressão social, marca e demonstra sua intimidade com o interlocutor. Pois parece ser evidente que não se pode chamar um estranho na rua de “neguinho”, mas só àqueles com os quais se têm uma relação de camaradagem e confiança. Como no caso de apelidos, o uso de um termo desses em outro contexto poderia ser, a depender da situação, um indicativo de racismo.

Estas argumentações indicam que o poder desses termos repousa muito mais em seu universo indicial do que na semântica-referencial. Além disso, qualquer palavra que supõe cor escura relativamente tende a ser usada com certo cuidado. Um cabo com dezoito anos de serviço, ao apontar a cor de um sargento seu colega de companhia, comentou com certo cuidado no uso dos termos referindo-se àquele como “muito escuro”. Como indicamos anteriormente, parece que não podemos escapar da semântica cultural das palavras que utilizamos. Esses significados e associações estão ancorados dentro das próprias palavras e, em certo ponto, independem do contexto. Além disso, embora tenhamos escolhido a palavra “negro” para demonstrar sua capacidade de ofender, particularmente quando usada de maneira indicial, está claro que a maioria dos termos relativos à raça/cor, senão todos eles, estão inseridos em uma hierarquia cultural, subjetiva e relacional de valor.

De maneira mais geral, as pessoas escuras da Corporação, quando denominadas por qualificativos de cor, quase sempre são chamadas ou mencionadas por meios diminutivos suavizados, como “pretinho”, “escurinho” e “neguinho”. Estes diminutivos são associados na maioria das vezes a carinho e assim usados de modo basicamente indiciativo, e não referencial. Os membros da PMSE de pele escura também são chamados e chamam a si mesmos de “morenos” e “pardos”, palavras das quais, como nos disseram os policiais, não costumam se ofender quando assim são chamados. Quando solicitamos para um soldado com oito anos de serviço que nos fornecesse termos relativos à raça/cor para uma lista de pessoas que conhecíamos, ele usou termos como: “mulato”, “moreninho” e “escurinho”. Alguns dos nossos entrevistados conceituaram a palavra “moreno” em termos puramente alusivos, como alguém que não é nem preto nem branco, mas, na verdade, as mesmas pessoas em conversas informais, referiam-se a policiais muito escuros como “morenos”. A exemplo do que expõe em seu trabalho Frank Marcon (2005), os termos postos em seus usos sociais estão de alguma forma carregados de duplos sentidos em uma espécie de ambivalência, ou seja, como algo possível de ter vários significados que podem ser

acionados ao mesmo tempo ou de maneira alternada, mas nunca estabelecendo uma fixidez desse significado e mantendo-se sempre flexível ou carregado de múltiplos sentidos.

Portanto, esse discurso pragmático parece constituir uma formalidade conscientemente mantida em que devemos evitar referências diretas à negritude e seus complexos, basicamente a associação pejorativa; enquanto no descritivo, no estilo referencial de discurso que discutimos acima, o termo *moreno* pode referir-se a uma pessoa de cor intermediária, talvez com cabelo mais ou menos liso. No estilo pragmático de discurso esse termo parece ser frequentemente usado como uma maneira educada de se referir a alguém que é muito escuro. Nesses casos, trata-se de um eufemismo cuja finalidade não é só evitar-se outros termos ofensivos, mas também demonstrar respeito ou, ainda, ironizar (como são as sutilezas do racismo). A brincadeira como um tipo de transgressão social é, na verdade, uma evocação de transgressão em contexto de intimidade que tem sua própria etiqueta especial regida por normas (Sheriff, 2002).

Essas convenções discursivas, movidas pelo uso indicial, desempenham papel significativo na construção e negociação de relações sociais. O universo ou dimensão indicial depende do significado referencial no sentido de que os eufemismos, por exemplo, precisam ter um referente original, mas na polícia é comum ouvir termos relativos à raça/cor usados não de maneira estritamente referencial, mas sim como indicativos descritivos.

Boa parte da ambivalência que rodeia palavras como *moreno* é resultado do fato de que a cor é discursivamente constituída tanto em termos referenciais quanto pragmáticos. Para fins de análise trataremos essas duas dimensões em separado. Mas os contextos em que elas ocorreram frequentemente se superpõem e, de fato, uma afirmação única pode, e com frequência, fazer parte de ambas as dimensões ao mesmo tempo. Como insistiram muitos dos policiais entrevistados, o significado de um termo depende do jeito de falar. Isto pode parecer uma ambivalência puramente semântica, podendo ser, em parte, o que Sheriff (2002) denomina de ambiguidade multifuncional, ou seja, termos como “*moreno*” funcionam de formas diferentes em diferentes contextos.

Entendemos que nenhum desses discursos cotidianos é verdadeiramente classificatório. Quase todas, se não todas as palavras do conjunto que definem raça/cor estão inseridas em uma hierarquia de valor, mas não são usadas nesses discursos para

classificar ou categorizar. Na verdade, o discurso pragmático subverte a classificação em sua tendência a nivelar diferenças e a sugerir, de maneira retórica, uma cegueira à cor por parte do interlocutor. A chamada verdadeira cor de uma pessoa é oculta e noções de uma identidade racial estática são retoricamente indeterminadas ou negadas, o que nos direciona a idéia presente na obra de Stuart Hall (2003), no que se refere à condição de descentramento do sujeito, ou seja, o indivíduo surge de noções abertas, contraditórias, inacabadas e fragmentadas da identidade.

Esses discursos não são, propriamente falando, raciais, mas referem-se, antes, a conceitos de cor e aparência que podem dar conotação racial a uma dada relação. Para Frank Marcon (2005), as designações raciais podem ser ambivalentes e repletas de condicionantes de interesses, e nesse caso, quando não se consegue perceber as intencionalidades negociadas em cada situação, não temos condições de compreender que, o discurso retórico sobre a “raça” ou a “cor” só vêm à tona em palavras apoiadas nas circunstâncias em que as relações e conflitos de interesses se sucedem.

Todavia, isso não indica que os policiais militares não sustentem discursos de identidades e classificações raciais. O que entendemos, é que existe uma terceira forma que enfatiza tanto a raça quanto a noção de categorias raciais distintas. Ou seja, tendem a referir-se às categorias de “branco”, “preto”, “negro”, ou “branco”, “mulato” e “negro”. Quando solicitado a um soldado com doze anos de serviço, com pele clara e cabelo cacheado, que nos dissesse a cor dos policiais do posto em que trabalha, ele primeiro apresentou a questão como muito complicada e depois como muito simples. Disse primeiro que era “branco”, mas depois, não totalmente branco. Na verdade uma mistura, porque sua mãe é mulata. E quando perguntado sobre a cor do cabo que trabalha no posto, responde que: “Só existe duas cores, ou se é branco ou se é preto”, ou seja, há uma sustentação do discurso de classificação racial em parte meio flexível, não tendo uma definição totalmente estática.

Em outra oportunidade, perguntei a um coronel com vinte e cinco anos de serviço, qual era sua cor e depois lhe perguntei sobre a cor de um major conhecido dele. O coronel respondeu que era “negro”, dizendo que o major era “negro também”, argumentando que: “Só existe branco e preto, o resto não existe”. Isto, apesar da nítida diferença entre as feições fenotípicas de ambos. Um subtenente com vinte e um anos de serviço, em outra entrevista, fornece outro exemplo interessante dessa noção sobre duas raças. Perguntamos ao subtenente sua cor e ele respondeu: “preta”; e depois disse “negra”. E logo em seguida argumentou ser negra ou preta e olhou para um subordinado

que assistia a conversa, esperando uma espécie de confirmação. O subordinado com aparente espanto disse que a cor do subtenente era “parda”, e também disse que sua cor era “parda”. Todavia, quando esse mesmo subordinado foi entrevistado, referiu-se continuamente a si mesmo como “negro” e usou expressões como “sangue negro” e “nossa raça”. Quando lhe solicitamos que classificasse outros policiais conhecidos em relação à raça/cor, e que os conceituasse, os termos mais usados foram “negro”, “preto”, “moreno”, “parda” e “mulato”, deixando transparecer que no seu entendimento esses termos significavam mais ou menos a mesma coisa. O referencial utilizado pelo policial subordinado do subtenente sobre o uso indicial do termo pardo, leva-nos a supor que sua referência ao subtenente como mulato também não está descrevendo sua cor, nem classificando-o de maneira exata, mas seguindo um uso educado, convencional, situacional, pois ele insiste em que, pelo menos em seu entendimento, mulato significa negro. No entanto, ao mesmo tempo, parece que o subtenente não faz distinção alguma; todas as palavras que lista significam, para ele, “preto” ou “negro”.

Uma sargento, com dezoito anos de serviço, ao ser entrevistada, respondeu os mesmos questionamentos de forma parecida. Quando questionada sobre a cor de um determinado cabo conhecido por ela, respondeu que apesar dele ter a pele clara não o considerava branco, porque ele possuía cabelo “duro” e “enrolado”. Então questionamos qual seria a cor do cabo e ela disse que em seu entendimento ele era mais negro de que muitos policiais militares de pele escura, devido às características antes mencionadas. Mais adiante, na entrevista solicitamos a sargento que definisse os termos que listara. Iniciou por “preto” e mais adiante ouvimos outras variações desse termo, conhecidas por ela e provavelmente pelo resto da Corporação.

Ao entrevistar um cabo com vinte anos de serviço, o mesmo fez vários comentários durante a entrevista. Ao ser questionado sobre sua cor respondeu que era pardo, mas que pertencia à raça negra. Nossa entrevista continuou e, em comentários, ele fez referência a si mesmo em termos de mistura de raças. Ele refutou, ao menos parcialmente, a noção de que no Brasil, ao contrário dos Estados Unidos, a identidade racial é determinada não pela família ou parentesco, mas pela cor da pessoa. Ao falar sobre família de origem, parece basear-se em uma concepção mais ou menos genética de raça, ao passo que, quando se refere a seus colegas policiais do posto onde trabalha, parece adotar uma noção de solidariedade racial. Então, perguntamos como ele definia a cor de um de seus colegas do posto. Sobre um dos soldados ele disse que o policial tinha cabelo “duro” demais e em seu entendimento era negro, apesar desse soldado ter

pele branca e traços finos. O cabo pareceu sugerir que seu colega do posto de policiamento comunitário era “realmente negro”. A sargento entrevistada anteriormente sugerira a mesma coisa, mas também dissera que ele é mestiço. Para pessoas como a sargento e este último cabo, uma “pessoa misturada” ou um mestiço e um negro ou da raça negra não são categorias mutuamente excludentes, como muitas vezes, o senso-comum teria tendência a supor.

Alem disso, há outros discursos em que as pessoas articulam visões racistas de identidade. Entendemos que o conceito de cor é, em diversos sentidos, utilizado de modo diferente do de raça. A expressão “pessoa de cor”, ou seja, mais coloquialmente, “de cor”, é usada na Polícia Militar de Sergipe com ambivalências. Pode ser uma palavra educada, ou seja, indicial, para designar pessoas mais ou menos escuras. Mas, em termos referenciais, elas também são usadas para designar os que não são brancos. Ou ainda, serve como designador de preconceitos.

É precisamente no contexto da descrição de relações com os chamados “brancos” que a expressão de “cor” tende a ser usada. Ao referir-se a um superior que estimam, por exemplo, alguns policiais muitas vezes dizem que esse superior respeita sua “cor”. Em narrativas de racismo, é mais frequente ouvir os comentários de que um determinado superior não gosta da “cor” de um determinado subordinado. Ao descrever o racismo de maneira geral, há policiais que dizem que foram maltratados por causa da “cor”. O conceito de racismo em si, é mais frequentemente designado pela expressão preconceito de “cor”. Como ficou explicitado na argumentação de um determinado soldado com catorze anos de serviço, tanto no discurso descritivo como no pragmático, os termos não são utilizados apenas por policiais que convencionalmente se identificariam como pretos ou negros, ou por aqueles que a eles fazem referência.

O termo “cor” é usado com maior frequência em discursos que articulam a divisão entre brancos e “pessoas de cor”, embora a palavra raça também seja usada; a palavra “cor” parece ser mais frequente e mais aceita. Alguns policiais disseram-nos que entendem as palavras “cor” e “raça” como sinônimos, ao passo que outros afirmam que elas têm significados diferentes. A distinção semântica entre cor e raça ficou particularmente clara quando perguntamos a esses policiais qual era a diferença entre as palavras “preto” e “negro”. Algumas disseram que eram a mesma coisa; outras, que os negros são ligeiramente mais escuros que os pretos; mas a maioria disse que preto é cor, negro é raça. Isso ajudaria, é evidente, a esclarecer a noção de que não seria preciso ser preto para ser negro, segundo a definição de alguns policiais.

Entretanto, ressaltamos que alguns membros da Polícia Militar de Sergipe estabelecem conexões bastante explícitas entre o discurso pragmático e as noções raciais de identidade. Um soldado com dez anos de serviço, ao ser entrevistado, disse-nos que: “A cor morena não existe”. Mais adiante, na entrevista, perguntamos quais eram os termos relativos à raça/cor que tendiam a ofender as pessoas, e então comentou que era contra o “movimento negro”, pois suas ações criariam uma situação em que os brancos e os negros seriam completamente separados, como nos Estados Unidos. Todavia, o mesmo não se referia a si como negro, mas sim como mulato. Há, na argumentação do soldado, uma postura ambivalente, que em parte reflete a idéia defendida por Michael Hanchard (1996), e muito discutida nas duas últimas décadas sobre a tendência de bipolarização da sociedade no tocante ao uso de apenas duas categorias étnico raciais, e a viabilidade de adoção do padrão norte americano nos censos demográficos realizados pelo IBGE. Por outro lado, ao se definir como “mulato” acaba por invocar o pensamento de Peter Fry (1996) e sua oposição à possibilidade de uma bipolarização da sociedade, tendo em vista a existência de uma infinidade de termos ou categorias que formariam a complexidade ou a essência da estrutura social do País. A discussão se fundamenta e está batizada pela aceitação ou não das categorias étnico-raciais de forma bipolar ou não, e o reconhecimento de sua validade para representação da composição étnica do Brasil. Nesse ponto, o referido policial reproduz algo semelhante a uma fusão das duas idéias, que sofre influência em parte do contexto em que é invocada e se manifesta.

Quando fazemos uma relação entre o que Sheriff (2002) chama de discurso de descrição, que enfatiza a cor, e essa noção de raça, o termo mulato é usado como se fosse quase sinônimo de negro, que o soldado parece utilizar, na última parte de seus comentários, mais no sentido de raça do que no de cor. O soldado também referiu-se ao discurso pragmático quando faz comentários como uma espécie de brincadeira metadiscursiva, semelhante ao que descrevemos anteriormente. Chamando a atenção para as ironias do discurso pragmático e, embora ele mesmo costumasse usá-lo, estava zombando desse tipo de discurso. No sentido que já mencionamos, o discurso pragmático tem o seu efeito retórico de nivelar diferenças entre oradores e interlocutores. Em outro sentido, contudo, também uma tendência a estabelecer distinções entre pessoas de cor. Quando um policial diz que todo mundo é “macaco”, está não só fazendo uma espécie de discurso racista, mas também está violando e zombando da delicadeza com que as pessoas costumam evitar fazer referência à

negritude. Talvez, paradoxalmente, essa fuga e o excesso de palavras usadas tanto no discurso pragmático como no descritivo chamem a atenção para as diferenças de cor e despertem dentro da hierarquia institucional o escalonamento de valores ligados a essas diferenças. Quando se refere ao fato de que todo mundo é igual, tenta transmitir independentemente da maneira como a cor é construída, referencial ou pragmaticamente que todo mundo vem da mesma condição social, tanto na classe de origem, como no fato de ser “de cor”.

As formas sutis de racismo na PMSE não são totalizadoras nem dominantes. Constituem uma espécie de subterrâneo: são onipresentes e ressonantes, mas não totalmente elaboradas nem articuladas em voz alta. Quando um policial diz saber em seu ambiente de trabalho que é negro, mas depois em outra situação nos fala que é moreno, está revelando certa espécie de cor subjacente a todos esses discursos. Embora muitos autores já tenham sugerido que os brasileiros desfrutam de imensa liberdade nas maneiras como se definem e descrevem a si mesmos, o aprisionamento cultural, social e o significado político, tanto de raça como de cor, é sutilmente e poderosamente articulado em todos os discursos que tentamos aqui analisar e esclarecer.

Entendemos que em tal contexto ou situação, os argumentos dos policiais militares sergipanos reiteram um discurso sobre a mestiçagem brasileira e sergipana, não para demonstrar que os brasileiros e sergipanos não são racistas, mas para apontar que a mestiçagem é o motivo pelo qual não deveriam ser racistas. Apesar da quantidade de termos utilizados na Corporação para definir raça ou cor, seja entre os oficiais ou praças, há uma tendência subjacente nas argumentações dos mais jovens e que possuem ensino superior; de um discurso voltado para uma espécie de polarização das categorias definidoras de raça/cor, mas ainda de forma situacional.

Esses policiais mais jovens, por sua socialização e condição intelectual que propicia uma maior inserção nas discussões em voga na atualidade, mantém uma relação de diálogo e conexão com as idéias e reivindicações do movimento negro. Conhecendo o ideário de defesa das políticas afirmativas e de toda uma pauta de discussões que visam amenizar toda uma condição desfavorável em relação ao negro na sociedade. Por tal condição, em dado momento, expressam-se de forma que parecem reproduzir aspectos do discurso sobre raça/cor comum aos participantes ou simpatizantes de entidades do movimento negro.

3.3 Retóricas de racismo na PMSE

Falar sobre racismo no Brasil sempre foi algo complexo, envolto em uma idéia de negação ou tabu que durante décadas tornou-se quase uma fronteira intransponível e carregada de intencionalidades. Entretanto, nos últimos vinte anos, com todo processo de transformação pelo qual passou o Brasil; seja em termos econômicos, sociais e políticos, sobretudo como reflexo desse processo marcado por mudanças que afetam determinadas características da sociedade, tenha se tornado mais comum se falar de racismo entre os brasileiros de qualquer esfera social. Para nós, escrever este tópico é ao mesmo tempo crucial para caracterização deste trabalho, como também é, acima de tudo, um desafio de superação das nossas próprias limitações e a transposição das barreiras que tornam ocultos e ambíguos os aspectos demarcadores do racismo dentro do contexto social brasileiro.

De modo geral, os indivíduos falam muito mais sobre racismo na atualidade, mas ainda há uma imensa dificuldade das pessoas em apontar casos concretos ou referir-se a alguma experiência vivida pelo próprio indivíduo que denuncia esse racismo, ou fazer comentário sobre esse determinado assunto. Observa-se que esta situação de denúncia é sempre pontual e não gera maiores questionamentos ou tomada de atitude, ainda sendo o racismo visto na sociedade como algo extremamente delimitado e localizado, e porque não dizer, reduzido a determinados acontecimentos esporádicos e desencadeados por indivíduos que são considerados “doentes” em uma sociedade ideologicamente harmoniosa.

Se essa é uma teoria que permeia a nossa sociedade de modo generalizado, teria então tais aspectos sua repetição dentro das instituições numa escala micro, a partir do contexto corporativo limitado e perpassado por regras severas? Na PMSE, a análise do discurso retórico dos policiais possibilita o entendimento das características que moldam a formação do contexto social sergipano, e porque não afirmar, dentro dessa perspectiva, também seu contexto sócio-racial. Como já foi mencionado, o universo corporativo é perpassado pela existência de uma imensidão de casos de conhecimento da maioria dos policiais, e que tratam de situações onde invariavelmente as noções de racismos estiveram presentes como tema ou pano de fundo de discussões e questionamentos.

Há algumas décadas seria muito difícil um policial expor com clareza sua opinião sobre qualquer um dos referidos casos, seja por causa dos rígidos códigos

militares, ou pela influência do discurso corporativo, que em muitos aspectos reproduzem a idéia de democracia racial nos moldes que encontramos na sociedade. Mas atualmente, tendo em vista a nova situação do País, vislumbramos a possibilidade de uma análise retórica sobre racismo na PMSE, partindo do entendimento que os policiais militares têm sobre os casos cotidianos já mencionados. Para tal, foi solicitado dos entrevistados ou informantes, quando possível, que expressassem sua opinião sobre estes acontecimentos de conhecimento da maioria dos membros da Corporação e catalogados em diferentes períodos das três últimas décadas de história dessa instituição policial.

Ao entrevistar um soldado com catorze anos de serviço, o questionamos sobre os casos com enfoque racial de qual conhecíamos, e de imediato o policial respondeu ter conhecimento das histórias. Falou demoradamente sobre os rumores em relação a um determinado oficial que costumava escolher as pessoas para trabalhar nas unidades que comandava utilizando como parâmetro a cor dos indivíduos, tendo como preferência, na maioria das vezes, militares de cor branca. E em sua opinião considerava aquela atitude uma forma de menosprezar os negros através dessa maneira particular de escolha dos policiais, que era, para ele, na verdade, totalmente racista. Porém, quando perguntado sobre alguém que teria vivenciado esta situação ou se ele próprio, o soldado respondeu:

“... Eu não sofri qualquer constrangimento por parte desse oficial durante meus catorze anos de serviço, mas já soube algo referente a um colega de minha turma que teria passado por um fato semelhante a esses, só que já faz muito tempo e não lembro se foi com o mesmo oficial...”. (Soldado, 14 anos de serviço, 32 anos de idade, ensino médio completo).

A exemplo de como iniciamos em nossa argumentação, falando da sociedade de modo generalizado, há no discurso desse policial militar uma característica marcante da atualidade quando nos referimos ao racismo ou retóricas de racismo no Brasil, que é a possibilidade de reconhecimento do racismo como algo existente, mas ao mesmo tempo como fenômeno localizado ou pontual e distante dos contextos vivenciados por aquele que denuncia ou reconhece a sua existência no meio social. É bem verdade que no caso da Polícia Militar de Sergipe esta separação do contexto torna-se algo complexo e até mesmo contraditório, já que o universo da corporação é extremamente bem delimitado. Nesse ponto entra como uma adaptação desses aspectos a possibilidade de fortalecimento da idéia de fenômeno localizado e restrito, que

aparentemente estando no mesmo universo simbólico pode ser relegado a uma ocorrência isolada e específica.

Em entrevista a outro soldado com dez anos de serviço, em sua argumentação aponta para semelhante direção quando expõe opinião sobre o referido tema, dizendo entender que:

“... Essa situação mostra um comportamento no mínimo errado por parte desse oficial que prefiro não citar o nome. Eu considero racismo sim seu procedimento, e até hoje não compreendo o motivo de ninguém à época ter tomado uma atitude contra essa postura inadmissível...”. (Soldado, 10 anos de serviço, 30 anos de idade, Ensino Superior incompleto).

Segundo este soldado, em várias ocasiões ouvira relatos que teria sido recorrente essa prática em toda carreira do referido oficial. Mas quando perguntado se o próprio tomaria providências no sentido de denunciar caso ocorresse com ele, o mesmo pondera e, em seguida, argumenta dizendo ser algo difícil para um policial militar em seu grau hierárquico fazer uma denúncia dessa natureza contra um oficial comandante da unidade a que pertence, ou de qualquer outra unidade, e não sofrer represálias. Mais uma vez fica claro que mesmo com uma postura de repúdio a procedimentos que possam ter qualquer conotação racista, há ainda uma certa distância entre o falar sobre racismo e admitir sua existência, da possibilidade de denunciar e reconhecer, ter sido vítima de racismo em qualquer circunstância do ambiente cotidiano da Corporação (Sansone, 2002).

Quando fizemos referência ao termo “neguinho” anteriormente neste capítulo, argumentamos que a exemplo da análise de Sheriff (2002), este poderia ser compreendido como algo pejorativo e depreciativo, como também a depender da situação em que é usado, poderia significar carinho, afeto e camaradagem, sendo esta situação de ambivalência alimentada por uma imensidão de palavras com semelhantes características. Partindo de tal perspectiva, lembramos de um determinado coronel que todas às vezes ao encontrar um subordinado negro, costumava usar em público a seguinte expressão: “ele é pretinho assim, mas é meu amigo”. Ao entrevistar um determinado major com dezenove anos de serviço, perguntamos qual a sua opinião em relação ao fato, que também era de seu conhecimento. O referido major respondeu que:

“... Não considero essa expressão citada por você, agressiva ou ofensiva, mas a forma como era enfatizada pelo coronel nos mais variados momentos e

diferentes lugares, dava a entender, em minha opinião, que o mesmo tentava justificar algo, ou que no fundo o pensamento do coronel era justamente ao contrário daquilo que ele sempre repetia todas às vezes...”. (Major, 19 anos de serviço, 40 anos de idade, ensino superior completo).

Para o major, esse comportamento corriqueiro do coronel seria, na verdade, uma tentativa de melhorar sua própria imagem, desgastada por rumores dentro da corporação de que o mesmo seria racista. Em outra entrevista um sargento com vinte e oito anos de serviço comenta a mesma situação, dizendo que:

“... O coronel, ao tentar amenizar sua má fama, acaba de certa maneira se denunciando e mostrando o que todos nós já sabíamos; o coronel não engana a mais ninguém, só a ele mesmo...”. (3º Sargento, 28 anos de serviço, 50 anos de idade, ensino médio incompleto).

Neste caso particular o que realmente vale para nosso entendimento é o sentido de inversão que a expressão transmite, ou seja, a representação contrária da verdadeira realidade, como já fora mencionado antes ao analisarmos o significado dos termos e expressões usadas na PMSE para indicar raça/cor. As argumentações dos entrevistados tendem a certa ética social presente no contexto da Corporação, como também na sociedade de modo geral, nos moldes descritos por Sheriff (2002), em seu trabalho, e acionada com o intuito, nesse caso em particular, de não admitir diretamente ou de forma objetiva que as atitudes do coronel têm uma orientação ou aspectos racistas em relação à cor dos indivíduos. O major procura a neutralidade diante da situação, entretanto, deixa transparecer com muita cautela que a atitude do coronel é reprovável, e tenta explicar as possíveis motivações para tal. Já o sargento fala em tom de denúncia e repúdio ao fato, mas não acusa diretamente; apenas argumenta como se fosse algo claro, impossível de se negar.

Em outra entrevista perguntamos para um tenente-coronel com vinte e quatro anos de serviço sobre discussão ocorrida em uma solenidade militar envolvendo três coronéis, que teriam trocado insultos com conotação racista; o fato ocorrido no final da década de 1980 ou começo da década de 1990 teria colocado em oposição dois coronéis brancos contra um negro que, segundo relatos dos policiais mais antigos, fora ofendido com palavras que depreciavam sua condição étnica ou que tinham uma orientação racista. O coronel negro, por sua vez, teria respondido aos insultos com argumentos que questionavam a legitimidade de seus agressores para estarem na condição de coronéis

da Polícia Militar e, portanto, mesmo ele sendo negro estaria legitimado por ter curso superior, e os coronéis brancos, seus algozes, não. O tenente- coronel responde que:

“... Realmente conheço o fato e em minha opinião não vejo aquela situação como racista, pois na verdade foi muito mais uma discussão motivada por uma disputa de poder do que de racismo propriamente dito...”. (Tenente coronel, 24 anos de serviço, 43 anos de idade, ensino superior completo).

Já um cabo com dezesseis anos de serviço, quando questionado sobre o mesmo fato, argumenta que:

“... Essa discussão foi por causa de poder, mais a atitude dos coronéis foi errada; só porque são brancos não poderiam ofender o outro coronel naquele momento com palavras que em minha opinião são racistas; isso mostra na verdade toda a dificuldade que o coronel passou, só por ser negro, para chegar aonde chegou, e para mim, realmente, existe racismo aqui na polícia, mas tem gente que ainda diz que não...” (Cabo, 16 anos de serviço, 35 anos de idade, ensino médio completo).

Neste ponto encontramos dois discursos diferenciados, mas já conhecidos na sociedade. O primeiro é a idéia recorrente no Brasil sobre a não existência de racismo e a tentativa de levar tal questão no País para uma esfera que dialoga com motivações para este tipo de problema, fora da questão étnica e muito mais pelo fator econômico e social. Do outro lado, encontramos uma argumentação mais recente na sociedade: a idéia que vem se fortalecendo na atualidade sobre a existência de racismo no Brasil e o esforço constante para tentar ocultá-lo. Ambos os discursos acabam por, de certa forma, dialogar com a idéia de democracia racial. Por um lado sua confirmação ou tentativa nessa direção, e pelo outro, a denúncia do racismo e negação da proclamada democracia racial do País.

Em outra oportunidade entrevistamos um soldado com dez anos de serviço e o questionamos sobre outro caso menos popular que o anterior, mas, todavia, de seu conhecimento. O fato tratava-se de uma situação que ocorrera também em uma solenidade militar, em que um cabo teria sido retirado de seu devido local na formação da tropa e enviado para outro, contrariando o que determina o regulamento. Tal ocorrência não teria maiores complicações, ou gerado visibilidade, se o fato não tivesse sido ordenado por um capitão que frequentemente era alvo de comentários que atribuíam a ele atitudes ou postura diante de determinadas situações, que eram tidas como racistas. O entrevistado argumentou por sua vez da seguinte forma:

“... Não vejo problema nessa ação ordenada pelo oficial, mas conhecendo ele como eu conheço, não me admira essas atitudes do capitão; e também sabendo que o cabo é preto não tem como negar que tudo foi motivado pela cor do policial, apesar de que, no meu entendimento isso não prejudicou ninguém, mas eu acho que o capitão não gostava mesmo de preto...” (Soldado, 10 anos de serviço, 30 anos de idade, ensino superior completo).

Já um tenente com oito anos de serviço disse ter ouvido falar da referida situação, mas que, mesmo em desacordo com o regulamento, em sua opinião “os motivos poderiam ser os mais variados e não necessariamente a cor do cabo como costumavam comentar”. Outro policial, um soldado também com oito anos de serviço, ao ser questionado sobre o mesmo caso, disse:

“... Andaram dizendo por aí que a vontade do capitão era afastar do local de destaque na cerimônia militar, o cabo, e pelos comentários que já ouvi entre os praças, realmente o motivo é o fato de o cabo ser negro. Para mim isso é uma atitude racista por parte do capitão...” (Soldado, 08 anos de serviço, 26 anos de idade, superior incompleto).

Se os casos narrados são ou não comprovadamente situações de racismo, não nos cabe sermos os juízes, mas na ótica dos policiais militares tendem a indicar certa conotação racista. Em suas retóricas são visíveis essas identificações nas situações do cotidiano. De certa forma há uma sutil barreira que delimita o ponto entre as dimensões do significado de uma determinada expressão a partir de seu contexto de origem ou da situação a qual está inserida (Sheriff, 2002). De alguma maneira, seguindo uma tendência da sociedade na atualidade, os policiais militares quando questionados conseguem falar sobre racismo dentro da Instituição, quando em esfera particular. Entretanto, o discurso de unidade e universalidade ou discurso oficial da polícia, já citado no início, tende a ignorar essa possibilidade. Diante dessa situação os policiais procuram construir uma idéia de racismo baseado no entendimento que é algo pontual ou aquilo que ocorreu com outros, mas nunca com eles mesmos.

Contudo, mesmo considerando tais fatores, entendemos que os praças tendem a admitir a existência do racismo com maior clareza e disposição, em certa consonância com aspectos que geram questionamentos e discussões sobre o tema na sociedade. Entretanto, os oficiais procuram falar ou admitir o racismo com certa moderação ou ressalva, na maioria das vezes fazendo uso de uma espécie de ética social já citada, não tendo uma diferenciação em relação à cor dos informantes. Ambos os oficiais, negros ou brancos, tendem a utilizar o artifício proporcionado por essa ética

social, todavia o discurso retórico dos policiais da PMSE de modo geral é enfático em identificar ou apontar situações de racismo no cotidiano da Corporação.

Em nosso entendimento, diante da gama de aspectos analisadas nas relações do cotidiano dos policiais militares sergipanos, percebemos a construção do racismo nesse ambiente, como uma espécie de fenômeno adaptado a condições extremamente delimitadas de um determinado campo de trabalho ou instituição, mas que acaba por reproduzir as nuances que possibilitam a perpetuação de um racismo disfarçado em um ideal de harmonia na sociedade como um todo, seja em Sergipe ou no Brasil de modo geral. O que de forma macro por suas características, apresenta-se como algo de difícil análise no universo restrito da Polícia Militar de Sergipe configura-se em códigos simbólicos que visam à construção de uma imagem negativa da identidade étnica e conseqüentemente do ser negro, aliado a idéia de harmonia e unidade do grupo. Pela utilização de uma espécie de ética social que provoca o contínuo afastamento e negação do policial da condição de ser negro e aceitação de suas origens, potencializada pela posição ocupada na escala hierárquica de modo específico. Em Sergipe e no restante do País, resguardada determinadas características de cada região, o processo de perpetuação possivelmente ocorre de forma análoga, pela unidade do grupo, nesse caso, classe social ou posição social e pela idéia de harmonia racial que viabiliza a contínua perpetuação do ideal de branqueamento e possível afastamento e negação da identidade étnica, em particular, da construção de uma imagem positiva do que é ser negro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, as classificações baseadas na descrição da cor propriamente dita e na situação econômica e social, geram um complexo problema de indeterminação da raça/cor dos indivíduos, constatação essa que pode ser observada melhor depois que o IBGE fez, em 1976, sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e que divulgou a auto-atribuição de 136 cores diferentes. Apesar de as categorias censitárias cobrirem aproximadamente 60% das respostas espontâneas nessa pesquisa, o conjunto de nomes mostrou-se muito mais complexo. O resultado dessa radiografia da população brasileira indicou como é fluida a representação com relação à raça/cor e como é problemática sua definição. O mais notável não é a multiplicidade de termos, mas a subjetividade e a dependência contextual ou situacional de sua aplicação e sua difícil classificação. Yvonne Maggie (1996) apresentou uma série de trabalhos sobre o tema insistindo no caráter relacional da classificação dos indivíduos no País. É essa situação que Lívio Sansone (1996) também analisa. Este autor avalia a idéia de que os negros que não querem se definir como negros e se tem uma condição um pouco melhor tendem a se autoclassificar como escuros ou, mais ainda, como pardos ou morenos. E de maneira semelhante acontece com os mestiços com uma condição melhor, que tendem mais a se autoclassificar como brancos. Nessa perspectiva, o termo “pardo” forma uma categoria que contém os mais escuros; aqueles negros com renda, escolaridade, e nível social baixo demais para se aventurarem no complexo emaranhado formado pelos códigos de cor e pelo *status social*. Nesse *status* racial, pardo não é preto nem branco, já que na prática aproxima-se, na representação popular, dos negros.

Silva (1994), também explica esse uso da cor ao tentar entender o branqueamento (nas autoclassificações) existente no Brasil, ou seja, as discrepâncias entre cor atribuída e cor autopercebida, que estariam diretamente relacionadas com a própria situação sócio-econômica dos indivíduos pesquisados. Todavia, é bem verdade que a persistência das diferenças de *status* e de posição social têm se reproduzido desde os tempos de colonização e resistido à industrialização, a exemplo do que nos mostra Guimarães (1998).

Partindo de tais autores e das demonstrações feitas nesta dissertação, percebemos o quanto é complexo analisar e entender as relações “raciais” no Brasil,

com uma infinidade de questões que ainda carecem de esclarecimentos e compreensão. Demonstrar as falácias da democracia racial em uma instituição extremamente hierarquizada como a Polícia Militar de Sergipe, talvez não seja tão importante ou pertinente, mas ao fazê-lo estamos refletindo, antes de tudo, sobre a eficácia e permanência desse ideário na sociedade como um todo, e que resiste ao descrédito teórico, já anunciado desde os finais dos anos 1950. Por outro lado, é possível pensar que a conclamada democracia racial, por diversas vezes estudada e analisada, possui hoje uma infinidade de possibilidades ou variadas versões, que não permitem mais entendê-la no singular. A noção presente na obra de Freyre (1933) apontava na direção da caracterização de uma relação de tratamento entre brancos e negros, descoberta por meio das análises de cunho histórico, cuja intimidade e convivência harmoniosa eram em si um modelo exemplar. A interpretação de Florestan Fernandes (1978) levava a pensar na existência de um preconceito de classe, mas não de raça. E o sentido que deriva da crítica presente em seus livros analisava o papel dos mestiços como válvulas de escape na rígida hierarquia social, ao refletir sobre a função da discriminação racial e seu papel na manutenção das estruturas do passado, acabando por destacar os vínculos entre a idéia de democracia racial e a representação peculiar de um país mestiço.

O debate em defesa ou crítico sobre a democracia racial foi com frequência vinculado à desigualdade de direitos, como também foi associado à igualdade de direitos, independentemente da cor dos indivíduos de modo geral. Na PMSE não é diferente quando se proclama, sempre que há questionamentos de qualquer natureza, as garantias de igualdade de condições na Corporação, em contrapartida ao que ocorre na sociedade. Mesmo diante da convivência com tensões sociais dentro da instituição, o que se percebe é como a idéia de democracia racial, longe de estar atenuada ou em colapso na sociedade atual, continua viva. Isso implica em evitar associá-la à noção de farsa ideológica, ou compreendê-la apenas como um intencional mascaramento da realidade. Em lugar de insistir nas falácias que a democracia racial alimenta, ou naquilo que oculta, talvez se possa analisar as recorrências que não parecem fruto do acaso, mas sim resultado de um excesso de significação.

Mesmo reconhecendo a existência do preconceito no Brasil, a idéia de harmonia racial é um discurso institucional na PMSE que se impõe à própria consciência da discriminação. Os policiais podem até admitir serem racistas, todavia logo fazem questão de destacar que são mais brandos do que os outros, em clara oposição à sociedade. E esta sem dúvida é mais uma das novas possibilidades de um

“mito da nação” que não para de se atualizar e se transformar. É possível dizer que algumas coisas se alteraram, pois atualmente no País talvez não seja tão fácil sustentar publicamente a igualdade de oportunidades como ainda a Corporação o faz, frente a tantos dados que comprovam o oposto, assim como é evidente a pressão dos grupos e instituições negras no sentido de divulgar a discriminação. Talvez, hoje, seja até mais fácil criticar a idéia da democracia racial do que explicar sua sobrevivência. O fato é que as coisas mudam de patamar, mas às vezes nem tanto, ou seja, o pensamento recorrente parece ser, agora na sociedade, delatar o racismo.

Reconhecer a existência do racismo não leva, assim, à compreensão de seu processo de reposição ou resistência na sociedade, nem, sobretudo, à percepção de sua especificidade. A mestiçagem não é uma característica, mas uma construção discursiva. Uma sutil, mas essencial diferença (Marcon, 2005), e se a mestiçagem não é uma característica exclusivamente formulada ou construída no Brasil, é aqui que a idéia da convivência racial harmoniosa ganhou uma penetração ímpar, que lhe assegurou um lugar de modelo, em contraposição a outras experiências como a dos Estados Unidos da América e da África do Sul.

Na Polícia Militar de Sergipe, apesar de um discurso institucional envolvido pela idéia de democracia racial, que trata a raça/cor como algo fixo durante toda a carreira do policial e tem como referência as categorias oficiais de cor utilizadas pelo IBGE, o policial convive cotidianamente com um emaranhado de discursos que possibilitam a existência subjacente à classificação oficial, de uma espécie de reclassificação que é, acima de tudo, contextual, a exemplo do que foi diagnosticado por Silva (1994) em seus estudos, como um comportamento particular da sociedade brasileira de forma geral, sendo influenciado por fatores como posição social, condição econômica e da educação formal dos indivíduos, que na PMSE tem uma influência preponderante. Aliado a esse comportamento identifica-se um discurso retórico dos policiais que contribui para a formação de uma visão de cor de si e do outro, que tende em parte a essa ambivalência, e que leva determinada parcela da Corporação a uma bipolarização da visão que constrói do outro e de si; que lembra em dado momento os moldes do processo de classificação norte-americano, mas que ainda dessa maneira é situacional e extremamente volúvel.

A hierarquia institucional na PMSE junto com o discurso de igualdade é situacionalmente confrontada pelas retóricas cotidianas das diferenças de raça/cor e do racismo sutil e circunstancial do cotidiano; principalmente quando há uma relação

voltada para a disputa de poder e autoridade entre policiais do mesmo grau hierárquico. Apesar de contraditórias, essas relações de confronto sobrevivem subjacentes ao discurso institucional, e por sua vez não nos parece sofrer qualquer espécie de abalo diante de tais circunstâncias.

O fato é que na PMSE raça e cor são conjuntamente um problema e uma projeção. É preciso pensar os impasses dessa construção contínua de identidades que, se não se resumem a fácil equação da democracia racial, também não podem ser jogadas na vala comum das uniformidades antagônicas. Temos a compreensão de que esta conclusão do nosso estudo não é algo definitivo, pois sabemos que a sociedade não é estática, e nesse momento acreditamos que a Polícia Militar de Sergipe vive um processo de intensas transformações a exemplo dos demais organismos responsáveis pela segurança pública em todo País.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **Violência e racismo: discriminação no acesso à justiça penal.** In: SCHWARCZ, Lilia M.; QUEIROZ, Renato da Silva. *Raça e diversidade*. São Paulo: Estação Ciência/Edusp. 1996.

AMORIM, Samuel Silveira. **Polícia Civil, Instituição e Personagens.** Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, UFS, S. Cristóvão - Sergipe. 1999.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura/** Kwame Anthony Appiah; tradução Vera Ribeiro; revisão e tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

AQUINO et al. **História das sociedades: das comunidades primitivas às sociedades medievais.** Rio de Janeiro, 1ª ed. Ao Livro técnico. 1980.

AZEVEDO, Thales. **As elites de cor numa cidade brasileira. Um estudo de ascensão social e classes sociais e grupos de prestígio.** 2ª ed. Salvador: EDUFBA: EGBA. 1996.

BEZERRA, Felte. **Etnias sergipanas: Contribuição ao seu Estudo.** Aracaju: J. Andrade. 1989.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento.** São Paulo, 2ª ed. Edusp. 2002.

BRESSER PEREIRA, Luiz C.; WLHEIM, Jorge; SOLA, Lourdes (orgs.). **Sociedade e estado em transformação.** São Paulo: ENAP, Ed. UNESP, Imprensa Oficial. 1999.

BRETAS, Marcos Luiz. **Observação sobre a falência dos modelos policiais,** Tempo Social; Rev. Social. USP, S. Paulo. 1997.

BRUSCHINI, C e LOMBARDI, M. R. **O trabalho da mulher brasileira nos primeiros anos da década de noventa.** In: *Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 10. Caxambu, Minas Gerais. 1996.

COSTA, Sérgio Bomfim da. **Polícia e escola: um estudo de prevenção às drogas e a violência no ensino fundamental de Aracaju**. São Cristóvão: Departamento de Ciências Sociais/UFS (Trabalho de conclusão de curso). 2004.

CUNHA, Manuela C. da. **Antropologia do Brasil: mito, história, etnicidade**. Brasiliense - São Paulo. 1986.

DaMATTA, Roberto. **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. 1980.

_____. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**, 4ª ed. Petrópolis: vozes. 1984.

DANTAS, Beatriz G. **Vovó nagô e papai branco: usos e abusos da África no Brasil**. Rio de Janeiro, Graal. 1998.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**; tradução Paulo Neves; revisão da tradução Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes. 1999.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional 1965. 2v.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Os militares como categoria social**. – São Paulo: Global Ed. 1976.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **O negro e a violência do branco: o negro em Sergipe**. Rio de Janeiro: José Álvaro. 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: M & Schmidt/José Olympio. 1933.

FRY, Peter. **Para inglês ver**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1982.

_____. **O que a Cinderela negra tem a dizer sobre a política racial no Brasil.** Revista da USP, N° 28. 1995/96.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar. 1978.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** – 4ª ed. São Paulo: Atlas. 1994.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: modernidade e dupla consciência**/Paul Gilroy; tradução de Cid Knipel Moreira. – São Paulo: 34; Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos. 2001.

GUIMARÃES, Antonio S. Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil.** Novos estudos Cebrap, N° 43. 1995.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais.** Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil. 2003.

HANCHRD, Michael. **Americanos, brasileiros e a cor da espécie humana: uma resposta a Peter Fry.** Revista da USP, N° 31. 1996.

HOBBS, Thomas. **Leviatã Vol. I.** São Paulo, 3ª ed. Nova Cultural. 1988.

_____. **Leviatã Vol. II.** São Paulo, 4ª ed. Nova Cultural, 1988.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 5. ed. São Paulo: José Olympio. 1969.

LEITE, Ilka Boaventura (org). **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Ilha de Santa Catarina: Letras Contemporâneas. 1996.

MAGGIE, Yvonne. **Aqueles a quem foi negada a cor do dia. As categorias cor e raça na cultura brasileira.** In: MAIO, Marcos Chor (org.). Raça, ciência e sociedade. Rio de Janeiro: Fio Cruz/CCBB. 1996.

_____. **Raça como retórica: a construção da diferença.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

MAIA, K. **Progresso tecnológico, qualificação da mão-de-obra e desemprego.** Brasília: UnB/Departamento de Economia (Tese de Doutorado). 2001.

MARCON, Frank N. **Diálogos transatlânticos. Identidade e nação entre Brasil e Angola.** Florianópolis/SC: Letras contemporâneas. 2005.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e antropologia.** São Paulo: EPU. 1974.

MICELI, Sergio (org.). **O que ler nas ciências sociais brasileiras.** 2ª ed. São Paulo: Sumaré; ANPOCS, Brasília, DF. 2004.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e sociedades na Europa.** São Paulo. Edusp. 2001.

MOTT, Luiz Roberto de Barros. **Sergipe Dey Rey: população, economia e sociedade.** Aracaju: Fundesc. 1986.

MUNANGA, Kebengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica. 2008.

NOBRE, Carlos. **O negro na Polícia Militar: cor, crime e carreira no Rio de Janeiro** – 1ª ed. Editora Multifoco. 2010.

NOGUEIRA, Oracy. **Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem** (sugestão de um quadro de referência para a interpretação do material sobre as relações raciais no Brasil. In: Anais do XXXI Congresso Internacional dos Americanistas. São Paulo: Editora Anhembi. 1955.

_____. **Tanto preto quanto branco: estudo de relações raciais.** T. A Queiroz, São Paulo. 1985.

OLIVEIRA, João Ribeiro de. **A formação do policial militar de Sergipe: um estudo exploratório para uma educação profissional**. Monografia (Especialização em Gestão Estratégica em Segurança Pública) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE. 2004.

OLIVEIRA, Roberto C. de. **Identidade, etnia e estrutura social**. 1ª ed. Pioneira, São Paulo. 1976.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne; BARTH, Fredrik. **Teorias da etnicidade. Seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: UNESP. 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo. 2ª ed. Abril Cultural. 1978.

SANSONE. Lívio. **Cor, classe e modernidade em duas áreas da Bahia (algumas primeiras impressões)**. Estudos Afro-asiáticos 23. Rio de Janeiro. 1992.

_____. **Fugindo para força: cultura corporativista e “cor” na Polícia Militar do Rio de Janeiro**. Estudos Afro-Asiáticos, ano 24, nº3. 2002. pp. 513-532.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930** 5ª ed. Companhia das letras, São Paulo. 2004.

SCORZAFAVE, L. G. e MENEZES-FILHO, N. A. **A Evolução da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro**. In: *Encontro Nacional de Economia*, 28. Campinas. 2000.

SHERIFF, Robin E. **Como os senhores chamavam os escravos: discurso sobre cor, raça e racismo num morro carioca**. In: MAGGIE, Yvonne. *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2002.

SILVA, Nelson do V. **Uma nota sobre raça social no Brasil**, Estudos Afro-Asiáticos, (26): 81-98. 1994.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**; tradução de Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1976.

SOUZA, Abigail Maria Santos de. **Gestão estratégica do policiamento comunitário: o caso dos PAC's na cidade de Aracaju**. Aracaju: Departamento de Administração /UFS-Tec (Trabalho de conclusão de curso). 2000.

SOUZA, Dilson Ferraz de. **A participação da Polícia Militar de Sergipe na Revolução Constitucionalista de 1932**. Aracaju: Polícia Militar do Estado de Sergipe, 1997.

SOUZA, Marcos Santana de. **A violência da ordem: Polícia Militar e representações sociais sobre violência em Sergipe**. (Dissertação de mestrado) Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFS. São Cristóvão. 2008.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Vol. I. Brasília, Editora UNB. 1991.

_____. **Economia e sociedade**. Vol. II. Editora UNB, 1999.

WOOD, Charles H. **Desigualdade racial no Brasil contemporâneo. Categorias censitárias e classificações subjetivas de raça no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEPEPUR. 1991.

Documentos Pesquisados:

Boletins Gerais Ostensivos e seus equivalentes (BGO): Publicados pela Ajudância Geral da PMSE:

De 1930-1940.

De 1940-1950.

De 1950-1960.

De 1960-1970.

De 1970-1980.

De 1980-1990.

De 1990-2000.

De 2000-2009.

_____. **Constituição Federal de 1988**. SP: Manole, 2004.

_____. **Decreto nº 3874** de 15 de dezembro de 1977.

_____. **Lei de promoção de praças nº 4378** de 29 de maio de 2001.

_____. **Lei nº 6013** de 30 de outubro de 2006.

_____. **Lei de Organização Básica da Polícia Militar do Estado de Sergipe nº 3669** de 09 de novembro de 1995.

Documentos Subsidiários:

Consulta ao **censo populacional do ano 2000**, disponível em [http:// www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br). Acesso em 10/09/2008.

Consulta ao **arquivo virtual da Polícia Militar de Sergipe**, disponível em: <http://www.pm.se.gov.br>. Acessos em 08/08/2008; 08/05/2009; 12/06/2010; 14/06/2010.

Programa “**Caminhos da PM**” na Rede Vida de Televisão (10/11/2005).

Programa “**Terra Serigy**” apresentado pela TV Sergipe em 13 de dezembro de 2009.

ANEXOS

ANEXO: A**ROTEIRO DE ENTREVISTA**

A seguir, segue a lista de questões estabelecidas com o objetivo de nortear as entrevistas realizadas com os policiais militares. Cabe ressaltar que a depender do rumo que determinada resposta pode tomar, outras questões necessárias para o devido esclarecimento de certas informações foram formuladas, o que não denotou prejuízo algum ao andamento da entrevista.

1. Posto/Graduação:

- 1() Coronel
- 2() Tenente-Coronel
- 3() Major
- 4() Capitão
- 5() 1º Tenente/2º Tenente/ Aspirante/Aluno Oficial
- 6() Sub Tenente/1º Sargento/2º Sargento/3º Sargento
- 7() Cabo
- 8() Aluno CTSP/Soldado

2. Tempo de Serviço:

- 1() Até 2 anos
- 2() De 2 a 4 anos
- 3() De 4 a 7 anos
- 4() De 7 a 10 anos
- 5() De 10 a 20 anos
- 6() De 20 a 30 anos

3. Profissão:

- 1() Militar
- 2() Outra Qual? _____

4. Sexo:

- 1() Masculino
- 2() Feminino

5. Local de Trabalho:

- 1() Capital
- 2() Interior Qual? _____

6. Nome: _____

7. Data de Nascimento: _____

8. Local de Residência:

- 1() Capital
- 2() Interior
- 3() Outros Estados

9. Naturalidade/ se de outra cidade, há quanto tempo reside no município onde mora:

- 1() Aracaju
- 2() Interior
- 3() Outros Estados Qual? _____

10. Grau de Instrução:

- 1() Fundamental Incompleto
- 2() Fundamental Completo
- 3() Médio Incompleto
- 4() Médio Completo
- 5() Superior Incompleto
- 6() Superior Completo
- 7() Pós graduação
- 8() Mestrado/Doutorado

11. Qual a sua Religião?

- 1() Católica
- 2() Evangélico
- 3() Espírita
- 4() Rel. Afro-Brasileira
- 5() Ateu
- 6() Outros

12. Qual a sua cor? _____

13. Qual a sua cor:

- 1() branco
- 2() Preto
- 3() Parda
- 4() Amarelo/Índio
- 5() Outra

14. Classificação de cor para o pesquisador:

15. Para o senhor, qual é a cor de (par de graduação ou posto) ?

16. Para o senhor, qual é a cor de (subordinado) ?

17. Para o senhor, qual é a cor de (superior de graduação/posto) ?

ANEXO: B

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

PROJETO DE PESQUISA

A Cor da farda:

As relações raciais na Polícia Militar de Sergipe

OBJETIVO DA PESQUISA

Compreender como o policial militar se define no que se refere à questão da cor; e se essa definição está ligada ou é influenciada pelo lugar de fala do policial, e nesse caso particular, por sua posição hierárquica na carreira.

PROCEDIMENTOS ADOTADOS NA PESQUISA

Foram realizadas entrevistas individuais, nas quais os policiais de diferentes graduações e patentes responderam questões relacionadas à raça/cor nas relações sociais do ambiente cotidiano da corporação. Cabe ressaltar que a depender do rumo que determinada resposta pode tomar, outras questões necessárias para o devido esclarecimento de certas informações foram formuladas, o que não denotou prejuízo algum ao andamento da entrevista.

COORDENADORES DA PESQUISA

Profº. Dr. Frank Nilton Marcon (NPPCS-UFS/Orientador)

George Luiz Pires (Mestrando-UFS)

TERMO DE CONSENTIMENTO INFORMADO

Pelo presente documento, declaro ter conhecimento dos objetivos da pesquisa, que me foram apresentados, pelo responsável pela aplicação do questionário, e conduzida pelo mestrando George Luiz Pires da Universidade Federal de Sergipe.

Estou informando(a) que, se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos adotados durante a condução da pesquisa, terei total liberdade para questionar ou mesmo me recusar a continuar participando da investigação.

Meu consentimento, fundamentado na garantia de que as informações apresentadas serão respeitadas, assenta-se nas seguintes restrições:

- a) O entrevistado(a) não será obrigado(a) a realizar nenhuma atividade para qual não se sinta disposto(a) e capaz;
- b) O entrevistado(a) não participará de qualquer atividade que possa vir a lhe trazer qualquer prejuízo;
- c) O nome do entrevistado(a) não pesquisa não será divulgado;
- d) Todas as informações individuais terão o caráter estritamente confidencial;
- e) Os pesquisadores estão obrigados a fornecer ao entrevistado(a), quando solicitados, as informações coletadas;
- f) O entrevistado(a) pode, a qualquer momento, solicitar aos pesquisadores que os seus dados sejam excluídos da pesquisa.
- g) A pesquisa será suspensa imediatamente caso venha a gerar conflitos ou qualquer mal estar à corporação Polícia Militar de Sergipe.

Ao assinar esse termo, passo a concordar com a utilização das informações para os fins a que se destina, salvaguardando as diretrizes das Resoluções 196/96 e 304/2000 do Conselho Nacional de Saúde, desde que sejam respeitadas as restrições acima enumeradas.

O pesquisador responsável por este projeto de pesquisa é o mestrando George Luiz Pires, que poderá ser contatado pelo e-mail: fidalggo@bol.com.br, telefone: (79) 9982-9335, endereço: Rua Tenente Wendel Quaranta, nº 2149, B: Pereira Lobo, Aracaju/SE.

Aracaju, ____ de _____ de 2010.

Nome: _____

Assinatura: _____

Assinatura do responsável pela pesquisa: _____

ANEXO: C**PERFIL DOS ENTREVISTADOS**

GRADUAÇÃO/POSTO	TEMPO DE SERVIÇO	IDADE	ESCOLARIDADE
1º Sargento	20 anos	42 anos	Médio Completo
Capitão	23 anos	45 anos	Superior Completo
Cabo	18 anos	38 anos	Médio Completo
Soldado	12 anos	34 anos	Médio Completo
Coronel	25 anos	48 anos	Superior Completo
Subtenente	21 anos	42 anos	Médio Completo
2º Sargento	18 anos	40 anos	Médio Completo
Cabo	20 anos	44 anos	Médio Incompleto
Soldado	10 anos	30 anos	Superior Completo
Soldado	08 anos	26 anos	Superior Incompleto
Soldado	14 anos	32 anos	Médio Completo
Soldado	10 anos	35 anos	Médio Completo
Major	19 anos	40 anos	Superior Completo
3º Sargento	28 anos	50 anos	Médio Incompleto
Cabo	16 anos	35 anos	Médio Completo
Tenente-Coronel	24 anos	43 anos	Superior Completo
Soldado	10 anos	30 anos	Superior Incompleto
Soldado	08 anos	29 anos	Médio Completo
1º Tenente	08 anos	27 anos	Superior Completo
Cabo	15 anos	35 anos	Médio Incompleto

ANEXO: D

HIERARQUIA DA POLÍCIA MILITAR DE SERGIPE

Insígnias de grandes comandos

Em algumas corporações a insígnia de Comandante-Geral já existia anteriormente a 1971, quando então ela foi abolida e regulamentados os atuais modelos pela Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). Na década de noventa elas foram reinseridas, sendo também criadas novas insígnias para outros importantes postos de comando.







- A insígnia do Comandante Geral possui relativa padronização. Na parte central da insígnia, a PM usa uma estrela de cinco pontas, e o CBM usa o distintivo de bombeiro.
- As insígnias de Comando Intermediário são mais diversificadas. Basicamente são usadas pelo Chefe da Casa Militar e pelo Chefe de Estado Maior; mas também por outros postos de importância.



Comandante-Geral		Comandos Intermediários	
			
PM	CBM	1	2

- **1** - Comandante do CPC, CPI, e CCB da Polícia Militar do Paraná.
- **2** - Subcomandante do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo.

Insígnias básicas

Na parte central das insígnias há uma estrela de cinco pontas para os oficiais da PM, e o distintivo de bombeiro para o CBM.

Oficiais Superiores		
		
Coronel PM/BM	Tenente-Coronel PM/BM	Major PM/BM
Oficial Intermediário	Oficiais Subalternos	
		
Capitão PM/BM	Primeiro-tenente PM/BM	Segundo-tenente PM/BM

Praça Especial	Praça
	
Aspirante PM/BM	Subtenente PM/BM

Em muitos Estados os CBMs adotaram o modelo de insígnia do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, com as divisas no sentido inverso em relação às da PM. Em alguns uniformes as divisas possuem cores diferenciadas para se destacarem melhor sobre o fardamento. No vértice das divisas é sobreposto o distintivo de especialidade.

Praças graduados da Polícia Militar				
				
Primeiro Sargento PM/BM	Segundo Sargento PM/BM	Terceiro Sargento PM/BM	Cabo PM/BM	Soldado de 1ª Classe PM/BM



Insígnias especiais

Existem ainda insígnias especiais para uniformes históricos, bandas de música, e também para os militares em formação. Os alunos das Academias de Polícia Militar são classificados como praças-especiais, e possuem diversificadas designações. Em algumas corporações são denominados alunos-oficiais, e em outras, cadetes. Cada corporação possui um modelo próprio de insígnia.



- 1 - Aluno-Soldado da PMPR.
- 2 - Cadete da PMPR (cada barra representa um ano de curso).
- 3 - Aluno-oficial da PMERJ (cada estrela representa um ano de curso).
- 4 - Cadete do CBMAP (cada barra representa um ano de curso).
- 5 - Soldado de Segunda Classe da PMSC.

Particularidades

Após a Constituição de 1988, algumas corporações realizaram modificações em suas estruturas; abolindo alguns níveis hierárquicos.

Brigada Militar do Rio Grande do Sul

Foi abolido o segundo tenente e o aspirante a oficial; sendo o posto preenchido pelos primeiros sargentos através de concurso interno. Existe o aluno oficial, com a denominação de cadete; o qual realiza curso com duração de dois anos (Curso Superior de Polícia Militar - CSPM), que lhe dá o direito ao posto de capitão. Entretanto, o candidato deve possuir bacharelado em Ciências Jurídicas ou Sociais, e possuir Carteira Nacional de Habilitação, Categoria B.

Polícia Militar do Estado da Bahia

Em 2001 foi suprimido o posto de segundo tenente, o aspirante a oficial, o segundo e terceiro sargento, o cabo, e o soldado de segunda classe. Recentemente foi reativado o aspirante a oficial, o subtenente, e o cabo.

Polícia Militar do Estado do Tocantins

Em 2000 foi abolido o posto de segundo tenente. O aspirante a oficial, após realizar o período de estágio, e o subtenente, através do Curso de Oficial de Administração, são ambos promovidos diretamente ao posto de primeiro tenente.
















FONTE: <http://www.pm.se.gov.br/insignias.php>, página consultada em 08/08/2008.

ANEXO: E

HIERARQUIA DAS FORÇAS ARMADAS BRASILEIRAS

Os militares estão distribuídos em duas classes: *oficiais*, classificados por postos; e *praças*, classificados por graduações. Essas classes se subdividem em outras de acordo com o nível de responsabilidade e qualificação profissional. Para cada grau hierárquico corresponde uma insígnia regulamentar.

Preenchidos apenas em caso de guerra: 1, 2, 3

	Marinha do Brasil	Exército Brasileiro	Força Aérea Brasileira
Oficiais gerais	 1. almirante	 2. marechal	 3. marechal-do-ar
	 almirante-de-esquadra	 general-de-exército	 tenente-brigadeiro-do-ar
	 vice-almirante	 general-de-divisão	 major-brigadeiro
	 contra-almirante	 general-de-brigada	 brigadeiro
	 capitão-de-mar-e-guerra	 coronel	 coronel
Oficiais superiores			



capitão-de-fragata



tenente-coronel



tenente-coronel



capitão-de-corveta



major



Major



capitão-tenente



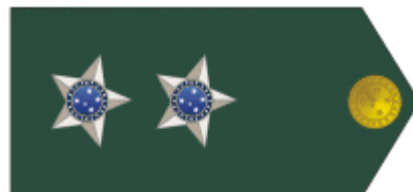
capitão



capitão



primeiro-tenente



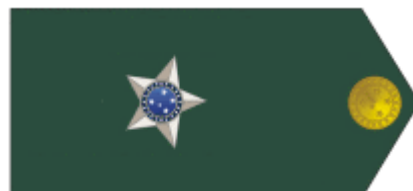
primeiro-tenente



primeiro-tenente



segundo-tenente



segundo-tenente



segundo-tenente



guarda-marinha



aspirante



aspirante



suboficial



subtenente



suboficial

**Oficiais
intermediaries**

**Oficiais
subalternos**

**Praças ou
graduados**



primeiro-sargento



primeiro-sargento



primeiro-sargento



segundo-sargento



segundo-sargento



segundo-sargento



terceiro-sargento



terceiro-sargento



terceiro-sargento



cabo



cabo



cabo



marinheiro



soldado



soldado

Observações:

- Todas as platinas da Marinha (insígnias de ombro) no quadro acima estão com alguma especialidade.
- As platinas da Força Aérea estão representadas sem a especialização - que ficaria aposta entre a insígnia e o botão prateado - com exceção das platinas de Tenente-Brigadeiro e de Marechal-do-Ar, postos exclusivo a Aviadores.
- Os postos de Almirante, Marechal, e Marechal-do-Ar somente são preenchidos em caso de guerra.

- Na Marinha, os oficiais do Corpo da Armada possuem uma ligeira distinção (acréscimo da *Volta de Nelson*) em suas insígnias, em relação às dos demais oficiais.
- Com poucas exceções, anexo às insígnias, são também usados os distintivos de especialização.

FONTE: <http://www.pm.se.gov.br/insignias.php>, página consultada em 08/08/2008.

ANEXO: F**COMANDANTES DA PMSE - 1909 a 2010**

1. Maj EB Francis da Silveira Neto
23-09-1909 / 12-11-1909
2. TC EB Antero Meneses de Carvalho
20-11-1911 / 12-05-1913
3. TC EB Candido da Silva Itajahy
10-03-1915 / 03-11-1917
4. TC EB João José Gonçalves
03-11-1917 / 23-12-1919
5. TC EB Caetano José da Silveira
13-07-1920 / 15-07-1924
6. TC EB José Marinho dos Santos
05-05-1925 / 20-09-1926
7. Gen Bda João Pereira de Oliveira
20-09-1926 / 07-01-1928
8. TC EB Severino Gonçalves
07-01-1928 / 29-01-1931
9. TC EB Teodoreto C. Nascimento
29-01-1931 / 22-11-1934
10. Maj QOPM Rodomarque de Barros Mendonça
22-11-1934 / 17-12-1934
11. TC EB Enjolras Vieira de Melo
17-12-1934 / 28-03-1935
12. Maj QOPM Rodomarque de Barros Mendonça
28-03-1935 / 16-04-1935
13. TC EB João de Melo Rezende
16-04-1935 / 07-11-1935
14. Maj QOPM Rodomarque de Barros Mendonça
07-11-1935 / 05-01-1936

15. Cel EB Rivaldo Jardim de Brito
05-01-1936 / 30-06-1941
16. Maj QOPM João José dos Anjos
30-06-1941 / 14-08-1941
17. Cel EB Jose Viera Sobral
14-08-1941 / 14-04-1942
18. Cel EB Bernadino Dantas
14-04-1942 / 07-11-1945
09-11-1945 / 18-12-1945
19. Cel QOPM Hermeto Rodrigues Feitosa
01-01-1946 / 18-11-1946
20. Maj QOPM Stanley F. da Silveira
18-11-1946 / 12-04-1947
21. Cel EB Djenal Tavares de Queiros
12-04-1947 / 31-01-1951
23-05-1951 / 31-01-1955
22. Maj QOPM Themístocles Pereira de Albuquerque
17-02-1951 / 23-05-1951
23. Cel QOPM Miguel Rodrigues Pereira
05-02-1955 / 05-01-1958
24. Cel QOPM Américo Batalha de Góis
05-01-1958 / 19-06-1958
25. Cel QOPM João José dos Anjos
19-06-1958 / 31-01-1959
26. TC EB Luiz de Carvalho Costa
31-01-1959 / 04-02-1959
27. Gen Bda Ruy Santiago
04-02-1959 / 30-06-1960
28. Cel EB Francisco Rodrigues da Silveira
30-06-1960 / 07-08-1961
29. TC EB Luiz de Carvalho Costa
07-08-1961 / 22-11-1961
30. Cel EB Paulo Barroso Pinto
22-11-1961 / 09-1962

31. Cel EB Luiz de Carvalho Costa
26-10-1962 / 21-01-1963
32. Cel EB Milton dos Santos
21-01-1963 / 30-03-1963
33. Cel EB Anatólio Ettinger de Meneses
30-03-1963 / 02-02-1965
34. Cel QOPM João Machado
03-02-1965 / 15-08-1965
35. Cel EB Oscar Ribeiro Fontes Lima
16-08-1965 / 01-12-1967
36. Cel EB Gildasio Barbosa de Matos
28-12-1967 / 24-06-1970
37. Cel EB José Carlos da Costa Albuquerque
25-06-1970 / 22-11-1973
38. Cel QOPM Milton dos Santos
20-11-1973 / 28-02-1974
39. Cel EB Wilmaly Moreira Bandeira de Melo
28-02-1974 / 30-04-1975
40. Cel EB Antônio Bendocchi Alves Filho
30-04-1975 / 02-04-1979
41. Cel EB João de Albuquerque Feijó
02-04-1979 / 30-03-1982
42. Cel EB Paulo H. Soares Nascimento
31-03-1982 / 23-02-1983
43. Cel QOPM João Barreto Mota
23-02-1983 / 14-02-1986
44. Cel QOPM José Batista dos Santos Filho
14-02-1986 / 12-06-1987
45. Cel EB Joseluze Ramos Prudente
12-06-1987 / 01-11-1994
46. Cel QOPM Adelino Silva Filho
01-11-1994 / 04-02-1995
47. Cel EB Pedro Paulo da Silva
04-02-1995 / 30-12-1997

48. Cel QOPM Hélio Silva
01-01-1998 / 30-12-1999
49. Cel QOPM Jaime Simões
30-12-1999 / 13-04-2000
50. Cel QOPM Dinaldo Lima da Cruz
13-04-2000 / 26-10-2000
51. Cel EB Antônio Freitas de Alcântara
26-10-2000 / 13-08-2001
52. Cel EB Pedro Paulo da Silva
13-08-2001 / 08-09-2002
53. Cel QOPM Osvaldo Santos Bezerra
08-09-2002 / 08-09-2003
54. Cel QOPM Claudemir Mendonça Silva
08-09-2003 / 19-01-2005
55. Cel QOPM José Péricles Menezes de Oliveira
19-01-2005 / 23-02-2006
56. Cel QOPM José Anselmo Santos
23-02-2006 / 02-01-2007
57. Cel QOPM José Péricles Menezes de Oliveira
02-01-2007 / 10-09-2008
58. Cel QOPM Alberto Magno Silvestre do Santos
10-09-2008 / 22-05-2009
59. Cel QCOPM José Carlos Pedroso Assumpção
22-05-2009 / ...

31 Comandantes oriundos do Exército Brasileiro

21 Comandantes pertencentes aos quadros da Polícia Militar, sendo 20 do quadro QOPM e 01 do quadro QCOPM.

Fonte: <http://www.pm.se.gov.br/modules/tinyd0/index.php?id=12>.

Acesso em 08/05/2010.

ANEXO: G

MODELO DE BOLETIM GERAL OSTENSIVO DA PMSE:**Página número 122****Confere com o original:****CEL QCOPM
Chefe do EMG.****= POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE =****= Quartel em Aracaju/SE, de março de 2010 =****= BOLETIM GERAL OSTENSIVO NÚMERO 000 =***“Polícia Militar do Estado de Sergipe – 175 anos de Proteção e Segurança”****“Não existe o esquecimento total: as pegadas impressas na alma são indestrutíveis”.******Thomas de Quincey*****- Para conhecimento deste Corpo e devida execução, publico o seguinte:****= 1ª P A R T E =****= SERVIÇOS DIÁRIOS =****= ESCALA DE SERVIÇOS =****= SERVIÇO PARA O DIA DE MARÇO DE 2010 (SEGUNDA-FEIRA) =**

Superior de Dia – Turno Integral –	QCG
Supervisor ao CIOSP – 1º Turno – Cap	CIOSP
Supervisor ao CIOSP – 2º Turno – Cap	CIOSP
Oficial de Operações – 1º Turno – 1º Ten	CPRP
Oficial de Operações – 2º Turno – 1º Ten	CPRP
QCG	
Fiscal de Dia ao QCG –	CCSv
Adjunto do Fiscal de Dia ao QCG –	CCSv
Comandante da Guarda do Quartel – 3º Sgt	CCSv
Armeiro de Dia ao QCG (24 h) –	CCSv
Ordem à Corporação – 3º Sgt	CCSv
Eletricista-de-Dia – 3º Sgt	CCSv
Auxiliar do Cmt da Guarda -	CCSv
Permanência (das 13h00 às 19h00) -	

POLICIAIS DA GUARDA DO QUARTEL	
Portão Lateral (24 horas) –	CCSv
Guarita do Flanco Esquerdo (18h00 às 06h00) –	CCSv
CPD	
Permanência do CPD (24:00 horas) –	CCSv
CIOSP – DESPACHANTES	
1º Turno –	PCSv/BPGd
2º Turno –	PCSv/BPGd
3º Turno –	PCSv/BPGd
CIOSP – MONITORAMENTO	
1º Turno	PCSv/BPGd
2º Turno	PCSv/BPGd
3º Turno	PCSv/BPGd

Página número 123

Confere com o original:

CEL QCOPM
Chefe do EMG.

= 2ª P A R T E =
= INSTRUÇÃO =
(SEM ALTERAÇÃO)

= 3ª P A R T E =
I = (ASSUNTOS GERAIS) =

II = ALTERAÇÕES DE OFICIAIS =
(SEM ALTERAÇÃO)

III = ALTERAÇÕES DE PRAÇAS =
(SEM ALTERAÇÃO)

IV = MOVIMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE =
(SEM ALTERAÇÃO)

= 4ª PARTE =
= JUSTIÇA E DISCIPLINA =
(SEM ALTERAÇÃO)

a. JUSTIÇA
(SEM ALTERAÇÃO)

b. DISCIPLINA
(SEM ALTERAÇÃO)

Assina:

CEL QCOPM
Comandante-Geral

Confere com o original:

CEL QCOPM
Chefe do EMG.

ANEXO: H

MODELO DA FICHA DE CADASTRO DA PMSE

NOME				ESTADO CIVIL				RELIGIÃO				CONTROLE DAS FICHAS												Cadastro	
				[S][C][V][D]				[C][P][E][D]				A [1] B [1] C [1] 2 [1] 3 [1] 4 [1] 5 [1] 6 [1] 7 [1] 8 [1] 9 [1] 10 [1] D [1]													
Cor	Cabelos	Olhos	Bigode	Altura				Data				INCORPORÇÃO				Nº Armatamento				Compulsória					
Tipo Sanguíneo	Fator RH	Nº da Cabeça	Nº do Calçado	Nº do Uniforme				Engajamento				1º Reengajamento				Posto									
Outros Sinais								2º Reengajamento				Estabilidade													
Nacionalidade				Local e Data do Nascimento				Código				PRAÇAS				Data				BCG					
FILIAÇÃO				Pai				Soldado PM não engajado																	
				Mãe				Soldado PM engajado																	
CÔNJUGE				Esposa				Cabo PM																	
				Companheiro				3º Sargento PM																	
Rua - Número - Bairro - Cidade								2º Sargento PM																	
								1º Sargento PM																	
								Subtenente PM																	
								OFICIAIS																	
								Aluno 1º ano Es FO PM																	
								Aluno 2º ano Es FO PM																	
								Aluno 3º ano Es FO PM																	
								Aluno 4º ano Es FO PM																	
								Aspirante Oficial PM																	
1º GRAU				2º GRAU				SUPERIOR				2º Tenente PM													
												1º Tenente PM													
												Capitão PM													
												Major PM													
												Tenente Coronel PM													
												Coronel PM													
Espécie				Número				Data				SITUAÇÃO FUNCIONAL				Local				Retorno					
Carteira Habilitação												Especificação													
Certificado Isenção												Agregado													
Certificado Reservista												Excluído													
CPF												Reserva													
Identidade Civil												Aguardando Reforma													
IPES												Reforma													
PASEP																									
Título Eleitoral																									
GOVERNO DE SERGIPE				FICHA DE CADASTRO				a-								POLÍCIA MILITAR									

[illegible]

MODELO DA FICHA DISCIPLINAR DA PMSE

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE			
GRAD. HIER.	NOME	Nº	
PAI	MÃE		
DATA NASC.	EST. CIVIL	NAT. DE	
GRAU INST.	R.G.	CPF	T. DE ELEITOR
PROMOÇÕES DE PRAÇAS DATA CABO _____ BGO Nº _____ 3º SGT _____ BGO Nº _____ 2º SGT _____ BGO Nº _____ 1º SGT _____ BGO Nº _____ SUBTEN _____ BGO Nº _____		PROMOÇÕES DE OFICIAIS DATA ASP OF. _____ BGO Nº _____ 2º TEN. _____ BGO Nº _____ 1º TEN. _____ BGO Nº _____ CAP. _____ BGO Nº _____ MAJ. _____ BGO Nº _____ TEN. CEL. _____ BGO Nº _____ CEL. _____ BGO Nº _____ DATA ____/____/____	
CURSOS DATA BGO Nº MÉDIA COLOCAÇÃO CTSP _____ CFC _____ CFS _____ CAS _____ CFO _____ CAO _____ CSP _____			
DESTINO: _____			

VERSO DO MODELO DA FICHA DISCIPLINAR

[illegible]

MODELO DO FORMULÁRIO DE FÉRIAS DA PMSE

[illegible]

[illegible]

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE CARTEIRA FUNCIONAL DA PMSE



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SERGIPE – PMSE
QUARTEL DO COMANDO GERAL - QCG

1.º SEÇÃO DO ESTADO MAIOR GERAL

- FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CÉDULA DE IDENTIFICAÇÃO -

NOME			
POSTO OU GRADUAÇÃO	NÚMERO (1)	R.G. SSP/SE	C.P.F.
REGISTRO DA CNH (2)	TÍTULO ELEITORAL	TIPO SANGUE E FATOR RH	
		<input type="checkbox"/> A- <input type="checkbox"/> A+ <input type="checkbox"/> B- <input type="checkbox"/> B+ <input type="checkbox"/> AB- <input type="checkbox"/> AB+ <input type="checkbox"/> O- <input type="checkbox"/> O+	
DATA INCLUSÃO	DATA EXCLUSÃO (3)	SITUAÇÃO FUNCIONAL	
DATA NASCIMENTO	DECRETO REFORMA (4)	<input type="checkbox"/> ATIVO <input type="checkbox"/> INATIVO	
QUANTIDADE DE FOTOS ANEXADAS - 3 X 4			
<input type="checkbox"/> DUAS <input type="checkbox"/> QUATRO <input type="checkbox"/> SEIS <input type="checkbox"/> OITO <input type="checkbox"/> DEZ			
TIPO DE CÉDULA		MOTIVO	
<input type="checkbox"/> IDENTIFICAÇÃO FUNCIONAL <input type="checkbox"/> PASSE LIVRE		<input type="checkbox"/> PERDA	
		<input type="checkbox"/> FURTO/ROUBO	
		<input type="checkbox"/> EXTRAVIO	
		<input type="checkbox"/> MÁ CONSERVAÇÃO	
		<input type="checkbox"/> ALTERAÇÃO DE DADOS	
		<input type="checkbox"/> PROMOÇÃO	
OBSERVAÇÃO			
CÓPIA(S) DO(S) DOCUMENTO(S) ANEXADO(S)			
<input type="checkbox"/> DECRETO DE REFORMA <input type="checkbox"/> BOLETIM DE OCORRÊNCIA – DELEGACIA POLÍCIA CIVIL <input type="checkbox"/> BOLETIM DE OCORRÊNCIA – PM-2			
PARECER DO CHEFE DA PM-1			

1 – Preencher apenas se for militar da ativa.

2 – Preencher apenas quando for habilitado.

3 – Preencher apenas se for militar da reserva remunerada.

4 – Preencher apenas se for militar da reserva remunerada.

QCG em Aracaju/SE, ____/____/____.

Assinatura do Requerente